

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas:
um estudo de caso a partir do território**

Rafael José Navas da Silva

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor
em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

**Piracicaba
2014**

Rafael José Navas da Silva
Engenheiro agrônomo

**Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo
de caso a partir do território**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Profa. Dra. **MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO
GARAVELLO**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor
em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Silva, Rafael José Navas da

Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território / Rafael José Navas da Silva. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2014. 147 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

1. Sistemas agroflorestais 2. Reserva Extrativista 3. Agroecologia 4. Populações tradicionais 5. Recursos pesqueiros 6. Crassostrea brasiliana I. Título

CDD 630.2745
S586p

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

DEDICATÓRIA

Às famílias da comunidade quilombola Mandira,
pela receptividade, paciência e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo e apoio;

À Maria Elisa, pela orientação, ensinamentos, paciência e confiança;

Ao professor Rufino Acosta, pela orientação e recepção durante o período de intercâmbio;

À ESALQ, à Universidad de Sevilla e à Universidad Internacional de Andalucía pela oportunidade de aprendizado;

A todos que acompanharam e fizeram parte deste ciclo, compartilhando a vida e as experiências, em especial, Andrea, Tarita, Rodrigo, Kátia, Renata e Erik;

Aos amigos de Capão Bonito, pelos valiosos dias juntos.

EPIGRAFE

"As pessoas são como rios,
crescem à medida que se encontram".

Autor desconhecido

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
RESUMEN.....	15
Lista de gráficos.....	17
Lista de abreviaturas e siglas.....	19
1 Introdução.....	21
2 Referencial Teórico.....	25
2.1 As comunidades remanescentes de quilombos.....	25
2.2 A perspectiva teórica do território.....	30
2.3 Território quilombola.....	36
2.3.1 Território negro no Vale do Ribeira.....	38
2.4 A Política Agrícola no Brasil.....	40
2.4.1 As Políticas Públicas em Agroecologia.....	46
2.5 Agroecologia e Segurança Alimentar.....	51
2.6 A comunidade remanescente de quilombo Mandira: história, território e Políticas Públicas.....	58
2.6.1 Histórico da comunidade.....	58
2.6.2 Histórico de uso e ocupação do território.....	60
2.6.3 As Políticas Públicas na comunidade.....	64
2.6.3.1 Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Mandira.....	71
2.6.3.2 A Cooperativa dos Produtores de Ostra – COOPEROSTRA.....	71
2.6.3.3 Sistemas Agroflorestais.....	73
3 HIPÓTESE.....	74
4 OBJETIVO.....	75
4.1 Objetivos específicos.....	75
5 METODOLOGIA.....	75
5.1 Métodos utilizados.....	76
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	79
6.1 Caracterização da comunidade.....	79
6.2 Análise Territorial dos Projetos.....	85
6.2.1 Projeto de Criação da Resex e Ordenamento das Atividades.....	85
6.2.1.1 Perspectiva Econômica.....	85

6.2.1.2 Perspectiva Ambiental.....	89
6.2.1.3 Perspectiva Sociocultural.....	97
6.2.1.4 Perspectiva Política.....	104
6.2.2 Projeto com Sistemas Agroflorestais.....	107
6.2.2.1 Perspectiva Econômica.....	107
6.2.2.2 Perspectiva Ambiental.....	111
6.2.2.3 Perspectiva Sociocultural.....	112
6.2.2.4 Perspectiva Política.....	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO.....	143

RESUMO

Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, as comunidades remanescentes de quilombos adquiriram direito legal às áreas tradicionalmente ocupadas e o Estado passou a implementar Políticas Públicas visando seu desenvolvimento. Estas Políticas atualmente têm como foco a agroecologia, no sentido de manejo ecológico dos recursos naturais por meio de ação social coletiva. Porém, mesmo os projetos com tal enfoque não têm alcançado os resultados esperados, priorizando apenas a substituição de insumos sintéticos e práticas degradadoras. Considerou-se que o território pode ser um importante instrumento de análise de projetos de agroecologia e que projetos agroecológicos que abrangem as diferentes perspectivas do território têm maiores chances de resultados efetivos para comunidades quilombolas. Assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar os Projetos Agroecológicos desenvolvidos na comunidade quilombola Mandira, em Cananéia/SP/Brasil. O trabalho foi realizado entre 2011 e 2014 através de técnicas qualitativas, com entrevistas, observação participante, história oral e análise de documentos. Os projetos analisados foram os relativos à criação da Reserva Extrativista do Mandira e manejo de recursos marinhos, e à implantação de sistemas agroflorestais. O projeto de manejo de recursos marinhos proporcionou inicialmente maior sustentabilidade à atividade e agregação de valor a partir da criação de uma Cooperativa, porém tem mostrado indícios de redução dos estoques naturais, segundo a percepção dos moradores, além da especialização na atividade e redução da produção para autoconsumo. O projeto de sistemas agroflorestais, de abrangência territorial, proporcionou maior diversidade de produtos, tanto para consumo quanto para comercialização, realizada em uma feira agroecológica. As famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos possuem maior dependência do mercado, tanto para comercialização, quanto para obtenção de alimentos, diferentemente do outro projeto, que proporcionou maior autonomia, formação de capital social e alimentação saudável. Esses resultados podem confirmar a hipótese de que a perspectiva territorial se constitui um importante instrumento de avaliação de Projetos e também pode contribuir na implementação de ações de Políticas Públicas agroecológicas.

Palavras-chave: Sistemas agroflorestais; Reserva Extrativista; Agroecologia; Populações tradicionais; Recursos pesqueiros; *Crassostrea brasiliensis*

ABSTRACT

Public Policies for agroecological maroon communities: a case study from the territory

With the Federal Constitution of Brazil of 1988 the remaining maroon communities acquired statutory right to traditionally occupied areas and the Govern started to implement Public Policies aimed at their development. These policies currently are focused on agroecology, in the sense of ecological management of natural resources through collective social action. However, even projects with this approach have not achieved the expected results, just prioritizing the substitution of synthetic inputs and degrading practices. Whereas that the territorial approach involves endogenous and exogenous issues of the relationship between the community and the society, and would offer a greater opportunity of success in the implemented agroecological actions, the objective of this study was to evaluate Public Policies in Mandira maroon community in Cananéia, São Paulo State, Brazil, on these two different perspectives, agroecological and territorial. The study was conducted between 2011 and 2014 using qualitative techniques, including interviews, participant observation, oral history and document analysis. The analyzed projects were those concerning to the establishment of the Mandira Extractive Reserve and management of marine resources, and the implementation of agroforestry systems. The management project of marine resources initially provided greater sustainability to activity and adding value through the creation of a Cooperative, but it has shown signs of stock reduction, as perceived by residents, besides the specialization in the activity and reduction of production for self-consumption. The project of territorial coverage agroforestry systems, provided greater diversity of products, both for consumption and for sale, held in an agroecological fair. Families working with the marine resources management have greater dependence on the market, either for marketing as for obtaining food, unlike the other project, which provided greater autonomy, social capital formation and healthy eating, indicating that the territorial approach in Public Policy agroecological actions can contribute to more effective and sustainable results.

Keywords: Agroforestry; Extractive Reserve; Agroecology; Traditional populations; Fishery resources; *Crassostrea brasiliana*

RESUMEN

Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: un estudio de caso a partir del territorio

Con la Constitución Federal de Brasil de 1988, las comunidades remanentes de quilombos adquirieron el derecho legal de las áreas tradicionalmente ocupadas y el Estado empezó a implementar Políticas Públicas dirigidas a su desarrollo. Estas políticas actualmente se centran en la agroecología, comprendida como la gestión ecológica de los recursos naturales a través de la acción social colectiva. Sin embargo, incluso los proyectos con este enfoque no han logrado los resultados esperados, priorizando sólo la sustitución de insumos sintéticos y prácticas degradantes. Considerando que el enfoque territorial implica en cuestiones endógenas y exógenas de la relación entre la comunidad y la sociedad en general, puede ofrecer una mayor posibilidad de éxito en las acciones implementadas por la agroecología, y así, el objetivo de este estudio fue evaluar las políticas públicas en la comunidad quilombola Mandira ubicada en Cananéia/SP/Brasil, en dos puntos de vista diferentes, agroecológicas y territoriales. El estudio se realizó entre 2011 y 2014 con el uso de técnicas cualitativas, incluyendo entrevistas, observación participante, historia oral y análisis de documentos. Los proyectos analizados fueron los relativos a la creación de la Reserva Extractiva Mandira y la gestión de los recursos marinos, y la implementación de sistemas agroforestales. La gestión de proyectos de los recursos marinos proporcionaron inicialmente una mayor sostenibilidad a la actividad y el valor agregado a través de la creación de una cooperativa, pero ha mostrado signos de reducción de estas acciones, según la percepción de los residentes, además de experiencia en la actividad y la reducción de la producción para el consumo. El diseño de los sistemas agroforestales, con el enfoque territorial, proporcionó una mayor diversidad de productos, tanto para el consumo como para la venta, que se celebra en una feria agroecológica. Las familias que trabajan con la gestión de los recursos marinos tienen una mayor dependencia del mercado, tanto para la comercialización y para la obtención de alimentos, a diferencia de otro proyecto, que permite una mayor autonomía, la formación de capital social y la alimentación saludable, lo que indica que el enfoque territorial en la acción de Políticas Públicas agroecológicas pueden contribuir a resultados más eficaces y sostenibles.

Palavras clave: Sistemas agroforestales; Reserva Extractiva; Agroecología; Pueblos tradicionales; Recursos pesqueros; *Crassostrea brasiliiana*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária da comunidade de Mandira.....	80
Gráfico 2 – Escolaridade dos membros da comunidade Mandira.....	81
Gráfico 3 – Fontes de renda na comunidade.....	82
Gráfico 4 – Dias trabalhados pelas famílias.....	82
Gráfico 5 – Renda média mensal das famílias.....	84
Gráfico 6 – Recebimento de benefícios.....	85
Gráfico 7 – Produção e uso de recursos naturais entre as famílias que trabalham com recursos marinhos.....	86
Gráfico 8 – Produtos comercializados e formas de comercialização pelas famílias que trabalham com recursos marinhos.....	86
Gráfico 9 – Número de viveiros por família.....	88
Gráfico 10 – Quantidade de <i>Crassostrea brasiliiana</i> coletada pelas famílias.....	90
Gráfico 11 – Evolução na produção de ostras.....	92
Gráfico 12 – Evolução no número de extrativistas de ostras em Cananéia.....	93
Gráfico 13 – Produção de ostras desmariscadas.....	93
Gráfico 14 – Captura por unidade de esforço para ostra.....	94
Gráfico 15 – Produção de caranguejo-uçá.....	96
Gráfico 16 – Evolução no número de coletores de caranguejo-uçá.....	96
Gráfico 17 – Captura por unidade de esforço para caranguejo-uçá.....	97
Gráfico 18 – Fontes de proteína animal na alimentação das famílias.....	100
Gráfico 19 – Alimentos embutidos e industrializados consumidos pelas famílias....	100
Gráfico 20 – Fontes de alimentos vegetais na alimentação das famílias.....	101
Gráfico 21 – Fontes de proteína e carboidratos na alimentação das famílias.....	101
Gráfico 22 – Bebidas consumidas pelas famílias.....	102
Gráfico 23 – Recordatório 24horas: café-da-manhã.....	102
Gráfico 24 - Recordatório 24horas: almoço.....	103
Gráfico 25 - Recordatório 24horas: lanche-da-tarde.....	103
Gráfico 26 - Recordatório 24horas: jantar.....	104
Gráfico 27 – Uso de recursos naturais e produção entre as famílias que trabalham com agroecologia.....	108

Gráfico 28 – Produtos comercializados e locais de comercialização.....	109
Gráfico 29 – Fontes de proteína animal na alimentação.....	115
Gráfico 30 – Alimentos embutidos e industrializados consumidos pelas famílias que trabalham com agroecologia.....	116
Gráfico 31 – Fontes de alimentos vegetais na alimentação das famílias que trabalham com agroecologia.....	116
Gráfico 32 – Fontes de proteína e carboidrato na alimentação das famílias que trabalham com agroecologia.....	117
Gráfico 33 – Bebidas mais consumidas pelas famílias.....	117
Gráfico 34 – Recordatório 24 horas: café-da-manhã.....	118
Gráfico 35 - Recordatório 24 horas: almoço.....	118
Gráfico 36 - Recordatório 24 horas: jantar.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNPT	Comissão Nacional de Populações Tradicionais
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPEROSTRA	Cooperativa dos Produtores de Ostra
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NUPAUB	Núcleo de Estudos de Populações de Áreas Úmidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDA	Projetos Demonstrativos Categoria A
PROTER	Programa da Terra, Assessoria, Pesquisa e Educação Popular
REMA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mandira
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SISBIO	Sistema de Informação sobre Biodiversidade

1 INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, as comunidades remanescentes de quilombos passaram a ter direito legal aos territórios tradicionalmente ocupados, cabendo ao Estado a demarcação e titulação dos mesmos. A partir deste momento, estas comunidades ganharam destaque frente às instâncias governamentais, na luta pela demarcação e regularização dos territórios ocupados e na necessidade da implantação de políticas visando seu desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida e sua incorporação à economia predominante.

Tradicionalmente estas comunidades tinham como atividades econômicas, a agricultura de coivara ou corte e queima, além da caça e do extrativismo, visando atender suas demandas por alimentos, sendo realizada a comercialização dos excedentes agrícolas.

A partir da década de 1960, com a criação de leis ambientais, a derrubada da vegetação e o uso do fogo para plantio foram proibidos, dificultando e reduzindo esta prática, o que levou as comunidades a buscarem novas alternativas econômicas, com exploração de outros recursos naturais.

Neste cenário, na última década, várias políticas governamentais foram lançadas para este grupo visando torná-los sustentáveis, como o Programa Brasil Quilombola, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída em 2007 e a Nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pela Lei nº 12.188/10. Diferentes atividades vêm ganhando espaços na economia local, como o turismo, a produção e comercialização de artesanato, o manejo sustentável de recursos locais e produção agrícola com valor agregado, como, por exemplo, os produtos agroecológicos.

As políticas para este grupo estão sendo baseadas em modelos de agricultura agroecológica, que prioriza o uso dos recursos locais, com menor dependência de insumos externos, visando à sustentabilidade das atividades de produção.

Porém, mesmo com inúmeros projetos desenvolvidos nas comunidades, observam-se poucos resultados concretos e efetivos e normalmente estes acabam sendo dependentes de novos aportes financeiros. Embora com base na agroecologia, tais projetos têm priorizado a substituição de insumos sintéticos e práticas degradadoras ambientalmente por técnicas sustentáveis, desconsiderando

as relações existentes entre a população e seu território e sem observar esta perspectiva nas ações.

Há que considerar que a agroecologia tem incorporado em seus processos as questões técnicas de produção, o saber local e a cultura, mas vinculados às atividades produtivas. A abordagem territorial, por sua vez, possui uma perspectiva mais abrangente, envolvendo além das questões endógenas, que caracterizam a própria identidade, as questões exógenas, da relação da comunidade com a sociedade mais ampla. Por esse motivo, essa abordagem deveria estar na base dos projetos agroecológicos e sua implementação.

Considerando que o território é delimitado e demarcado segundo a ocupação dos grupos, sua forma de uso e manejo dos recursos naturais e pelas relações socioculturais que mantém com o ambiente, é um importante instrumento de análise e compreensão do modo de vida da comunidade e da própria definição de comunidades remanescentes de quilombos. Nesta temática, território e identidade aparecem intimamente relacionados - a construção do território produz uma identidade e a identidade perpassa o território, e este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, dos sujeitos sociais.

Assim, este trabalho buscou avaliar a contribuição dessa perspectiva na implantação de políticas para comunidades quilombolas, tendo como hipótese que os projetos agroecológicos baseados na perspectiva territorial terão maiores chances de resultados efetivos, comparativamente àqueles que não têm essa base. Para esta análise, foi selecionada a comunidade Mandira, por ter sido alvo de Políticas Públicas agroecológicas levadas a termo e com resultados concretos.

Foram analisados dois projetos nesta comunidade: a criação da Reserva Extrativista do Mandira e ordenamento das atividades pesqueiras; e a implantação de sistemas agroflorestais, tendo como base metodológica o conceito de território em suas diferentes dimensões.

Para a compreensão deste processo e análise, a revisão teórica do trabalho contemplou os conceitos de comunidade remanescente de quilombo ao longo da história e os elementos que compõem esta definição, em especial autonomia e o uso de territórios específicos.

Na temática territorial, o conceito utilizado é de José Luís Garcia, pioneiro na abordagem antropológica. A revisão sobre o histórico das Políticas Públicas Agrícolas no Brasil tem o objetivo de propiciar maior compreensão da mudança

nestas políticas, que passaram de assistencialistas com priorização do uso de técnicas da Revolução Verde para a abordagem participativa, com técnicas agroecológicas de produção.

O conceito da agroecologia inserido no trabalho traz as abordagens de Miguel Altieri, com a perspectiva das técnicas de produção sustentáveis; de Stephen Gliessman, com a abordagem ecológica dos agroecossistemas e de Eduardo Sevilla Guzmán, com maior profundidade para as questões socioculturais, integrando desta forma, o que se define por agroecologia, como a abordagem da agricultura que busca a sustentabilidade nos aspectos técnico, social e ambiental e promotora do desenvolvimento sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As comunidades remanescentes de quilombos

O quilombo constituiu questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial. Reapareceu no Brasil República com a Frente Negra Brasileira, entre 1930-40 e retornou à cena política no final dos anos 1970, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes (LEITE, 2000).

A resistência ao regime escravocrata, por parte dos escravos, ocorreu em todas as regiões onde o mesmo imperava no território brasileiro. Conforme Moura (2006, p. 17)

Enquanto Vicente Salles dá-nos notícias e pormenores de quilombos na Ilha de Marajó e na região continental da Amazônia; Roquete Pinto informa-nos sobre documentos que registram a existência do Quilombo da Carlota, em Mato Grosso; Pedro Tomás Pedreira inventariou os existentes na Bahia; Ariosvaldo Figueiredo fala-nos de quilombos em Sergipe; Walter Piazza em Santa Catarina; Waldemar de Almeida Barbosa em Minas Gerais e Mário José Maestri Filho estudou a existência de quilombos em terras gaúchas.

Não apenas no Brasil houve quilombos, mas em todos os lugares onde havia escravidão do povo Afro. Segundo Moura (2006, p. 13)

Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro marron, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente, contra o sistema que o escravizava.

Falar de comunidades remanescentes de quilombos implica em resgatar o conceito histórico e entender como o mesmo veio sendo ressemantizado ao longo do tempo. A sua origem é do idioma africano quimbundo, que significa “sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades” (LEITE, 1999, p. 126). Durante o período colonial, seu significado era “um conceito próprio dos africanos bantos e queria dizer acampamento guerreiro na floresta” (LOPES; SIQUEIRA e NASCIMENTO, 1987, p. 27-28). No processo de escravidão, o Conselho Ultramarino Português de 1740 modificou este conceito para “toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (LEITE, 2000, p. 18).

Essa definição, segundo Schmitt et al. (2002) se manteve e influenciou os estudos sobre estas comunidades até os anos de 1970, sendo novamente

reformulada com a Constituição Federal do Brasil de 1988, que reconheceu estas comunidades como sujeitas de direito a seus territórios tradicionalmente ocupados, havendo necessidade de avaliar o próprio conceito de quilombo, passando a ser definidos como “grupos que desenvolveram, ao longo do tempo, práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (BRASIL, 2008).

Outras definições em diferentes abordagens, também possuem como tema central, a resistência ao regime escravocrata e a ocupação de territórios específicos. Para Arruti (2006), resistência e autonomia são os elementos fundamentais para caracterizar o conceito contemporâneo de quilombos. Sendo estes dois fatores elementos sócio-políticos que definem esses grupos, o vínculo ao território apresenta-se em todas as definições apresentadas.

Estes grupos se constituem como grupos étnicos, cuja organização confere pertencimento através de normas e de meios empregados que indicam afiliação ou exclusão; a territorialidade é caracterizada pelo uso comum, pela sazonalidade das atividades agrícolas e por uma ocupação do espaço que tem por base os laços de parentesco e de vizinhança, assentados em relações de solidariedade e de reciprocidade (ITESP, 2002).

Com elementos semelhantes, Moura (2006, p. 55) define quilombo como:

Uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração.

Percebe-se nos últimos anos, em todo o Brasil, uma mobilização das comunidades negras rurais, que gradativamente vivenciam processos de retomada de suas identidades quilombolas; o que significa se auto afirmarem como grupo negro e reivindicarem o pertencimento a um determinado território e o reconhecimento por seus direitos enquanto grupo étnico. Para Assunção (2006) esse reconhecimento deve-se em parte, à ação política do movimento negro e principalmente à promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, que, em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aponta para a possibilidade de uma ação efetiva de reconhecimento de direitos dos descendentes de africanos que foram trazidos à força para o Brasil, na condição de escravos,

desde o período da colonização portuguesa. Esse artigo constitucional identifica como sujeitos de direito os remanescentes das comunidades dos quilombos, determinando ao Estado a responsabilidade de “conferir-lhes os títulos definitivos de propriedade” de seus territórios tradicionais (BRASIL, 1988).

Para Almeida (2002), o processo histórico que trouxe aos indivíduos de um grupo a auto identificação como quilombos apresenta a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver um lugar, nesse caso, um território. Essas conquistas somente se tornaram possíveis através da materialização de sua história e cultura vinculadas ao território, no caso rural.

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA (1994, p. 81) sobre Terra de Quilombo:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.[...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.

Para Ferreira (2006) um avanço significativo na temática veio com a elaboração do Decreto Presidencial nº 4.887/2003, ao definir a autoatribuição como o critério para o reconhecimento das comunidades quilombolas. Esta consideração afirma que a identidade do grupo sobre seu território-patrimônio é a condição maior para o impulsionamento do processo de conquista jurídica das terras:

Art. 2. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Nota-se que a apropriação do espaço e as formas de uso constituem fator importante e determinante para estes grupos.

De acordo com Milton (1997, p. 47) o moderno conceito antropológico de remanescente de quilombo é também definido de forma ampla e enfatiza os elementos identidade e território. Indica

a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico.

Segundo Ferreira (2006) a mão-de-obra escrava das grandes fazendas monocultoras era retransformada em grupos familiares que produziam sua existência material através de práticas agrícolas e extrativistas, constituindo territórios da liberdade. Os territórios quilombolas aparecem, então, enquanto espaços apropriados por estes grupos humanos antes escravizados, num processo de ruptura em relação ao contexto predominante.

Ainda segundo a ABA (1994, p. 81):

O termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

No Brasil, as comunidades remanescentes de quilombos são consideradas populações tradicionais pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, em seu Artigo 3º, são compreendidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Um dos pesquisadores pioneiros nesta definição foi Diegues (2001), definindo-as através de sua organização, conhecimentos e usos de tecnologias de baixo impacto:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o

conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra "respeito" que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 2001, p. 77).

Mais recentemente, Cunha e Almeida (2009, p. 300) ampliaram esta definição, incorporando outros elementos, em especial políticos, relacionados à liderança e à identidade conservacionista:

Populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui as características de uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

De acordo com Arruti (2008) existem atualmente 3.900 comunidades quilombolas no Brasil, com aproximadamente 325 mil famílias. Porém, o número de comunidades que foram certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares é de apenas 1.749 e apenas 189 receberam o reconhecimento de seus territórios.

Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre a autodefinição da comunidade. O processo para essa certificação obedece a uma norma específica desse órgão, através da Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98/2007. Com o Decreto nº 4.883/2003 ficou transferida para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a competência para a delimitação das terras das comunidades remanescentes, bem como as demarcações e titulações. Após o processo de auto definição reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, a primeira parte dos trabalhos do INCRA consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território. Uma segunda etapa é a recepção, análise e julgamento de eventuais contestações que podem ocorrer em relação à ocupação destes territórios. Aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte do processo administrativo

corresponde à regularização fundiária, com desintração de ocupantes não quilombolas, mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação. O processo finaliza com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado em cartório de imóveis.

Observa-se que este é um processo burocrático e desde a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 poucos títulos foram emitidos. As Políticas Públicas destinadas a estas comunidades somente são implementadas a partir de seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.

Nota-se que o território aparece em todas as definições apresentadas para estas comunidades, sendo o elemento central para sua conceituação e manutenção, relacionando-se a sua identidade. Deste modo, compreender o território e as relações nele existentes é de fundamental importância para a implementação de Políticas Públicas e projetos para este grupo.

2.2 A perspectiva teórica do território

A perspectiva territorial observada frequentemente nos trabalhos científicos no Brasil está relacionada à área da Geografia, com referência a Raffestin, Ratzel e Guatarri (SAQUET, 2010; SPOSITO et al., 2004; HAESBART-COSTA, 1997) que abordam as relações de poder inscritas nesse âmbito.

Nesta pesquisa será utilizada a perspectiva antropológica que teve início com os trabalhos de José Luís Garcia em 1976, que privilegia as dimensões econômica, sociocultural, política e ambiental do território.

Esta escolha se deve ao fato das comunidades quilombolas possuírem estreita relação com seu território, nas múltiplas dimensões, e este com sua identidade, nas representações e práticas cotidianas.

Na relação com o ambiente o homem se apropria de espaços, determina caminhos e confere sua marca à natureza, influenciando, afetando e controlando ações, mediante o estabelecimento de um domínio em uma área específica. Por isso, o território é uma zona de refúgio, meio de subsistência, fonte de recursos, área geopolítica estratégica e também paisagem, beleza natural, objeto de apego afetivo, lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva (GIMENEZ, 2000).

Para Garcia (1976, p. 342) é um espaço portador de significados que sobrepõem a configuração física e sendo parte integrante da cultura, relaciona-se às formas de compreensão, direcionando as ações das comunidades. Um aspecto importante nesta definição é que o território se constitui no substrato espacial sobre o qual o ser humano é capaz de relacionar-se, elaborando significados (GONZALES, 2010; RIOS, 2011). É um espaço socializado e culturizado, de tal maneira que seu significado incide no campo semântico da espacialidade e tem um sentido de exclusividade (GONZALES, 2010). Assim, não é qualquer território que faz parte da cultura quilombola, mas aquele relacionado a sua história de busca pela autonomia e liberdade.

Este é um espaço de inscrição da cultura e equivale a uma de suas formas de objetivação. Qualquer elemento de natureza antropizada deve ser considerado como marco ou área de distribuição de instituições e práticas espacialmente localizadas e pode ser apropriado subjetivamente como objeto de representação e de apego afetivo e como símbolo de pertencimento socioterritorial. Neste caso, os grupos interiorizam o espaço, passam de uma territorialidade externa para uma realidade interna e invisível, culturalmente marcada. Também é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade (BONNEMAISON, 1981, p. 256). Por meio de práticas culturais e relações é que se constrói, coletivamente, a identidade quilombola.

As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e criando uma identidade vinculada a este espaço. Para Garcia (1976, p. 73):

Os lugares, os trajetos, os territórios apresentam-se impregnados da consciência, da intencionalidade humana, da identidade. Desse modo, as representações e práticas cotidianas se enraizam num húmus que é fator de sociabilidade.

Ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações externas com outros grupos e com a sociedade.

Esta dimensão cultural atua como “um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço”, marcando a ideia de diferença ou de distinção entre comunidades. Esse vínculo expressa-se também em reivindicações da comunidade ou grupo social (GARCIA, 1976), como é o caso das comunidades quilombolas ao reivindicarem seu direito ao território tradicionalmente ocupado.

A cultura – incluindo conhecimentos, capacidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes – é construída no tempo (história) e no espaço. A noção de cultura passa a estar associada ao que não é inato, tratando-se de um comportamento aprendido socialmente. As representações, tanto individuais como sociais, não só contribuem para formar o território, como também constituem um patrimônio ideológico que atua no sentido da sua conservação, estabelecendo-se uma complexa relação com a identidade, mitos e legitimação política. “O espaço molda coercitivamente os hábitos e costumes do dia-a-dia que, por sua vez, permitem a estrutura comunitária”. Assim é que o imaginário de uma nação ou de uma região é povoado de imagens e emblemas (GARCIA, 1976).

Tizon (1995) destaca que território é o “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade”. Também Cruz (2011) considera que o uso social do território não se pode tomar em abstrato, pois se concretiza em domínios culturais como o parentesco, a economia, a saúde, a política, a religião. As disposições territoriais são garantias da identidade social e cultural e asseguram sua reprodução. O sentimento de pertencimento se constrói desde a representação física, como pela representação mais intelectual e espiritual. Cruz (2000) relatou que para os índios yanaconas esse sentimento se expressava através da agricultura, atividade desde a qual se concebia a terra como contexto e ação e laço emocional, e desde onde se definia o processo de posse e de pertencimento.

O espaço não só se delimita pela presença física dos indivíduos, mas é o substrato onde se desenha a interação de grupos, desde a família, até a comunidade (GARCIA, 1976, p. 70).

O ser humano que tanto individualmente, como em sociedade utiliza um espaço, tem necessariamente que socializá-lo. Deste modo, sua redução à questão cartográfica é uma simplificação altamente abstrata que não responde às exigências verificadas do conceito da realidade humana (GARCIA, 1976, p. 74).

O território apresenta também uma importante dimensão econômica, sendo o resultado da apropriação e valorização do espaço mediante a representação e o trabalho, com ênfase ao seu papel como fonte de recursos. Como organização do espaço, vai responder às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade, e sob este aspecto, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam (GIMENEZ, 2000).

A análise da influência dos recursos econômicos deve iniciar-se a partir da organização territorial, para se definir sua relação com os aspectos culturais (GARCIA, 1976).

Rios (2006) acrescenta a dimensão política, ressaltando que o território é construído pelo e no tempo e vem a ser o produto do conjunto de relações que os indivíduos estabeleceram entre si e com a natureza. Dentro das combinações com outros indivíduos e com objetos, o grupo pode ter divisão do trabalho e critérios para fazê-lo, bem como *status* político e normas de relacionarem-se uns com os outros (GARCIA, 1976).

A dimensão política também está relacionada aos conflitos e alianças entre grupos socialmente distintos e a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados. O domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social. A espacialidade não é, portanto, um reflexo passivo da ação social, mas sim uma estrutura ativa, “repositório de contradições e conflitos, um campo da luta e estratégia política” (SOJA, 1989). Incorpora também o poder entre os atores que atuam num espaço, tendo como resultado uma identidade relacionada aos limites geográficos ou ao espaço determinado. Surge de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço - tanto física como simbolicamente e por isso denominado um processo de construção social (FLORES, 2006).

Cada território é constituído por um conjunto de lugares que apresentam características e propriedades físicas específicas, sejam elas naturais, sejam resultantes dos usos e práticas locais por parte dos grupos sociais. Nessa concepção, sua dimensão física corresponde à sua materialidade. Os elementos naturais são transformados em potencialidades, na medida em que a sociedade percebe sua importância como recurso e os integra à suas práticas.

O grupo, ao apropriar-se de um território, decide por um conjunto de intervenções cuja natureza está relacionada às suas concepções éticas, às suas opções políticas e ao seu nível tecnológico. Tais intervenções projetam-se espacialmente em modos de estruturação, organização, subdivisão e gestão, envolvendo um conjunto de ações, nos planos material e imaterial. Nomear o território constitui uma das primeiras marcas de apropriação e de identidade, transmitindo sua existência a outros, fazendo referência a uma área específica e

dando ao exterior uma visão unitária, global, daquele espaço geográfico (GARCIA, 1976).

A organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores – locais e externos – e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementariedade.

Pecqueur (1996) complementa as discussões no tema, utilizando os conceitos de espaço-território e espaço-lugar. A diferença entre os dois se dá pela sua “construção” a partir dos atores sociais. Designa o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas e sociais, não se opondo ao espaço-lugar; mas complexificando-o. Para Lacour (1985), o espaço-lugar de desenvolvimento - ou seja, o simples suporte das atividades econômicas - é substituído pela ideia de espaço-território, portador de vida e de cultura e de novas potencialidades de desenvolvimento.

Pecqueur (1996, p. 9) sugere que “o jogo dos atores adquire no nível local uma dimensão espacial que provoca efeitos externos e pode permitir a criação de um meio favorável para o desenvolvimento do potencial produtivo de certo local”.

Sua formação resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. O autor também faz uso dos conceitos de “território dado” - cuja delimitação é político-administrativa e pode abrigar vários “territórios construídos” – sendo o produto das ações sociais e coletivas. Pode ser visto, portanto como uma configuração mutável, provisória e inacabada, e sua construção pressupõe a existência de uma relação de proximidade dos atores (PECQUEUR, 1996).

Segundo Pecqueur (2005, p. 4) “a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar os recursos inéditos e é por isso que ela se constitui numa inovação”. Novas configurações e conhecimentos territoriais podem ser produzidos quando saberes heterogêneos são articulados e combinados. Essa transformação de recursos em ativos específicos é indissociável da história, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva e cognitiva, característica de um dado território. Esse processo de especificação consiste, portanto, na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução de problemas comuns.

Quando estes processos e relações ocorrem, o território se constitui, nos termos de Silva (2007) em capital social, ou seja, um conjunto de conhecimentos, práticas, valores, habilidades e tradições que permitem a construção da sociedade em uma estrutura que dá sentido à vida.

O capital social “refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e às normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles” (PUTNAM, 2000, p. 18-19) e

se constrói sobre a base de insumos, matéria-prima ou precursores socioculturais existentes em quase todas as sociedades; a confiança e o afeto que se associam com a familiaridade (amizade e vizinhança) e com a extensão das normas de solidariedade do lugar nuclear à rede de parentesco mais ampla. Outras matérias-primas sobre as quais se constrói o capital social através de uma inversão de tempo, esforço e bens são a identidade compartilhada (étnica e social). Quando estes recursos são aproveitados voluntariamente para construir relações de intercâmbio recíprocas ou cooperativas se tem capital social (DURSTON, 2000 p. 15-16).

Putnam (2000) estabelece que neste processo estão inclusos os atributos culturais de uma população, decorrentes da capacidade que possui de estabelecer normas e redes sociais, formadas através da confiança e reciprocidade. Este capital difunde-se principalmente por meio da confiança, estabelecida pelas normas e cadeias de relações sociais. O autor complementa que

uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados [...] é no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social; é no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população, mas o poder local de uma comunidade não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

O capital social é definido por três fatores, a confiança, as normas de reciprocidade e a participação; e desta forma, permite às pessoas cooperarem, ajudarem-se mutuamente e promoverem a prosperidade (PUTNAM, 2000, p. 22).

Assim, ao pensarmos o planejamento de projetos e Políticas Públicas que visam o desenvolvimento de grupos e comunidades, há de se considerar a ancoragem do conceito antropológico de território, ao conceito de agroecologia que lhes dão suporte, permitindo uma compreensão mais ampla dos processos

envolvidos nas realidades rurais em questão. No presente estudo, tal abordagem se configura especialmente importante, dadas as peculiaridades culturais das comunidades quilombolas aqui tratadas.

2.3 Território quilombola

Diferentes autores estabelecem a relação dos quilombos com seu território. Na própria Instrução Normativa nº 49/2008 é definido que para a demarcação e titulação dos territórios quilombolas

Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.

No espaço transformado em território, estas comunidades desenvolveram e desenvolvem diversas atividades socioeconômicas que se configuram como práticas culturais, como a agricultura de subsistência, que utiliza o sistema de pousio e a mão-de-obra familiar, identificando-se com sua história de busca pela liberdade e pela autonomia. O acesso à terra e aos recursos básicos atém-se às relações sociais, de parentesco e grupais. A reprodução cultural baseia-se em uma ocupação e utilização comunal do espaço, cuja imemorialidade é constantemente reafirmada (ITESP, 1998).

Esses grupos se localizaram em áreas de difícil acesso, em geral vales e serras próximos a mananciais e a grandes rios, bem como desenvolveram ao longo do tempo, e ainda desenvolvem práticas culturais e seus modos de vida nestes espaços (ITESP, 1998).

Há comunidades negras que surgiram com a ocupação de áreas abandonadas e/ou de propriedade desconhecida, ou adquiridas por antigos escravos, formando povoados e bairros rurais, após a abolição da escravatura:

As fugas como negação do sistema e a recomposição de um tipo de organização, permitiram a essa população viver na terra comum e constituir laços de solidariedade mútua [...]. A forma de apropriação do espaço foi fundamental (CARRIL, 1995, p. 5).

De acordo com Ferreira (2006) o território negro dava-se não pela propriedade, mas pela apropriação e uso comum dos recursos, através de práticas extrativistas nas grandes extensões de matas, brejos e rios, assim como da

produção das roças. A inserção destas comunidades na sociedade mais abrangente se estabelecia principalmente em relação à cidade mais próxima, onde se efetivavam as trocas comerciais. Assim, a venda do excedente e, portanto, a relação com o mercado, sempre esteve presente na vida das comunidades negras, como alternativa econômica que os integrassem à economia local e regional. A autora cita que, por meio do trabalho na terra, a ancestralidade quilombola imprimiu suas marcas e produziu o território-patrimônio, que é transmitido às novas gerações, reafirmando a memória do grupo.

Para Ferreira (2006), o território quilombola concretiza a disputa entre sujeitos sociais e valores e possui uma dimensão política, enquanto espaço onde se exerce um determinado poder; uma dimensão cultural, relacionada ao espaço vivido e concebido pelo grupo e uma dimensão econômica, com relação à reprodução material da família a partir do trabalho na terra e como fonte de recursos. Estas dimensões para a autora estão interligadas e têm como base material as relações do grupo com a natureza, estabelecidas na construção de saberes próprios. Podemos acrescentar a estas dimensões, a ambiental, relacionada aos recursos disponíveis e de uso pelas comunidades, e à identidade conservacionista, citada por Diegues (2001) e Cunha e Almeida (2009).

A produção do alimento se estabelece, então, como relação moral dos homens com a natureza, onde a *terra de trabalho* é construída pelos *saberes*. A organização da produção leva em conta os ciclos próprios da natureza, a partir do qual se constroem as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho. Em suas práticas produtivas, estas comunidades expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida num movimento de relações empíricas e cotidianas com o meio, na construção de seu *modo de vida*. A leitura que fazem do seu espaço ecológico remete aos usos que elas aí praticam, diretamente relacionados à reprodução da sua vida material e simbólica (FERREIRA, 2006).

A vinculação das comunidades ao território se caracteriza como fator fundamental, pois, além de ser condição de sobrevivência física para os grupos, se constitui a terra como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade de suas tradições. A terra é pensada não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo (MALCHER, 2009).

De acordo com Macena et al. (2010), para os quilombolas o território representa sua preservação cultural e biológica, cuja ocupação transcende gerações. Assim, a identidade étnica tem como referência a terra, enquanto fator condicionante desses grupos e de suas identidades, como o articulador de sua existência.

Essas comunidades construíram sua relação com o território, tornando-o repleto de significados relacionados à resistência cultural e à escravidão. Não é qualquer terra, mas aquela na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a autoestima. Dória (1985) salienta que a identidade de grupos rurais negros se constrói sempre numa correlação profunda com o seu território, e é precisamente esta relação que cria e informa o seu direito àquele espaço. Não se deve imaginar que estes grupos tenham resistido até a atualidade porque ficaram isolados. Pelo contrário, sempre se relacionaram com a sociedade brasileira, resistindo a diferentes pressões para permanecer em seus territórios ou, ao menos, em parte deles.

2.3.1 Território negro no Vale do Ribeira

O município de Cananéia localiza-se no Vale do Ribeira, mais especificamente na região denominada Baixada do Ribeira, que compreende os municípios de Jacupiranga, Iguape, Eldorado, Juquiá, Pariquera-Açu, Miracatu, Registro e Sete Barras.

Para Scarpin (1991, p. 29) Cananéia e Iguape, situadas estrategicamente uma em cada extremidade da Ilha Comprida, “funcionaram desde o século XVI como cabeças de ponte para a penetração em direção ao interior: ambas ligavam-se por mar com outros centros da capitania de São Vicente e do país”.

A atividade mineradora era preponderante nestes portos e estendeu-se pelo interior, na medida em que eram descobertas jazidas mais ricas em pontos mais afastados da costa. Durante os séculos XVII e XVIII, a extração do ouro de lavagem teve seu maior período. Embora esta exploração no Vale do Ribeira tenha sido reduzida, com o aumento da mineração em Minas Gerais no século XVII muitos proprietários deixaram o Vale em direção à nova região, havendo extração aurífera até as primeiras décadas do século XIX (SCARPIN, 1991).

Com referência à mão-de-obra escrava e sua ligação com a atividade mineradora, Scarpin (1991, p. 45) relata:

Sendo a base da atividade mineradora, a entrada da mão-de-obra negra em São Paulo já no século XVII, com ênfase a partir da segunda metade, está ligada às bandeiras de mineração que se expandiram para o interior do litoral sul. Ao contrário do ocorrido nas outras regiões de São Paulo, onde a presença de populações negras é associada à cultura do café a partir do século XIX, o Vale do Ribeira recebeu já no século XVI os primeiros contingentes negros que foram a mão-de-obra de sustentação para o desenvolvimento da atividade mineradora. Embora a maior concentração de escravos se desse em Iguape, porta de entrada pelo Porto dos africanos distribuídos na região, eles foram levados também às outras localidades situadas Ribeira acima.

O contingente de mão-de-obra empregado na mineração sempre foi subutilizado na lavoura. Somente a partir do século XVIII, “a lavoura sofreu um incremento relativamente grande, encontrando condições para a exportação de eventual excedente de produção”. A atividade agrícola passou, então, a adquirir maior estabilidade, sendo produzidos o milho, o café, a cana-de-açúcar, a mandioca, o feijão e o fumo (ITESP, 2002). No caso da cana-de-açúcar, a lavoura era ainda um pouco mais incrementada, devido ao fato de a fabricação de aguardente ter sido uma atividade bastante praticada na região.

No início do século XIX, a monocultura de arroz despontou como atividade econômica de destaque na região “incrementado pela chegada da família real ao Brasil [...], o consumo de arroz estimulou essa cultura, que passou a ser realizada em maior escala”. Durante todo o século, o arroz colhido no Vale era, em sua maior parte, comercializado com outras províncias, tornando-se o principal produto escoado pelo Porto de Iguape (SCARPIN, 1991, p. 66). A cultura do arroz modificou a estrutura da mão-de-obra vigente até então, provocando considerável diminuição do número de escravos por proprietário. Uma das razões era a dificuldade em manter o número de escravos nas grandes fazendas, frente à escassez de gêneros alimentícios que imperava.

Os pequenos produtores mantinham lavouras essenciais, mas buscavam empregar a mão-de-obra disponível na cultura do arroz, ocasionando uma alta no preço dos alimentos oferecidos em pequena quantidade no mercado local. Na segunda metade do século XIX, a rizicultura entrou em crise devido às oscilações de mercado e dificuldades encontradas para manter e repor os fatores de produção. A mão-de-obra escrava havia encarecido por conta da abolição do tráfico (1850), e o contingente existente era disputado pela cafeicultura que, então, dominava o planalto paulista. A lavoura cafeeira foi responsável, também, por abrir mercados para o arroz de outras regiões e para a entrada do produto norte-americano.

Ademais, a Baixada do Ribeira não foi beneficiada pela rede ferroviária instalada, nem pelo incremento de mão-de-obra gerada pela imigração estrangeira, medidas essas que visavam à cultura cafeeira. A situação agravou-se nas primeiras três décadas do século XX, inviabilizando a continuidade da cultura do arroz e lançando a região num período de estagnação econômica (BRANDÃO, 1991, p. 25), fato este que contribuiu para que a economia do Vale do Ribeira não se desenvolvesse em níveis comparáveis aos das outras regiões do Estado de São Paulo.

Assim, os investimentos econômicos para o crescimento foram menores, fato este que refletiu para que a região fosse detentora da maior área contínua de Mata Atlântica preservada do país. Este fato culminou a partir da década de 1960 com a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, que não permite a permanência de população residente nestas áreas, ocasionando conflitos com os moradores locais. A região apresenta aproximadamente duzentos mil hectares transformados, desde este período, em Unidades de Conservação.

A partir da década de 1990, as comunidades quilombolas passam a reivindicar os seus territórios tradicionais, bem como tem início projetos para seu desenvolvimento, e a partir de 2003 tem início a formulação de Políticas Públicas específicas visando seu desenvolvimento.

2.4 A Política Agrícola no Brasil

As Políticas Agrícolas no Brasil foram compostas por um conjunto de ações e medidas que se constituíram como programas oficiais para a área a partir da década de 1950, influenciadas pelas ideias da “Revolução Verde” e estratégias de industrialização do país. Compreender este processo histórico permite visualizar as mudanças que ocorreram e como as Políticas se desenham atualmente com a perspectiva agroecológica.

No contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, o governo iniciou os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, para promover melhorias nas condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, que estava atrelada às estratégias de industrialização do país.

Nesta ideia, em 1951, foi implantada a Comissão Mista Brasil Estados Unidos, que veio ser encerrada em 1953, sendo parte do plano norte-americano de

assistência técnica para a América Latina, quando o Brasil estava interessado em estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Foram estabelecidos como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte. Como objetivo final, estava a criação de condições para incremento dos investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, requeridos para acelerar o desenvolvimento econômico, assim como a eliminação de obstáculos que a esses investimentos se apresentavam. O objetivo consistia na preparação de projetos para inversões de capitais em setores básicos, para assegurar um crescimento equilibrado da economia brasileira e tecnicamente ajustado aos requisitos de instituições de financiamento estrangeiras e internacionais, como o Banco de Exportação e Importação, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Para este objetivo no setor agrícola, o meio escolhido foi a prestação de assistência técnica, por meio do intercâmbio de experiências e conhecimentos tecnológicos (OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1955).

No caso da agricultura, o relatório da Comissão referiu ser um importante setor, sendo responsável pelo suprimento de alimentos, matérias-primas e mão-de-obra para cidades e indústrias, constituindo-se o principal fornecedor de divisas. Era essencial a emergência de uma nova mentalidade, que conjugasse a preços e custos dos grandes empresários agrícolas engajados na cultura de produtos exportáveis, com uma sensibilidade para a adoção de métodos progressistas de cultivo. O relatório destacava que em algumas zonas do sul do Brasil, tais como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, havia uma agricultura intensiva de tipo europeu, contrastando com a maioria de outras regiões brasileiras, onde predominava uma agricultura nômade e destrutiva (grifo nosso) (OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1955).

No período, o aumento de produtividade foi atribuído a solos mais férteis, mecanização e melhor técnica agrícola. O desbravamento de terras férteis agricultáveis no oeste de São Paulo, norte do Paraná, sul de Mato Grosso e de Goiás, revelaram zonas produtoras de rendimento muito mais elevado do que o de muitas das “zonas velhas”, dessa maneira contribuindo para o aumento da produção de cereais e algodão. O emprego de métodos modernos não se limitou ao uso de implementos agrícolas. Foi significativo o aumento no emprego de fertilizantes, a seleção de sementes e aplicação de métodos de defesa contra pragas e também o

emprego de métodos modernos de irrigação (OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1955).

Porém, esses serviços de assistência técnica que eram realizados desde a década de 1950, não estavam atrelados à concessão de crédito e não havia instituições públicas específicas para a realização deste trabalho, tendo se concretizado no governo Juscelino Kubitschek, com a criação em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, sendo um sistema articulado entre estes dois eixos.

Em meados da década de 1970, o governo de Ernesto Geisel estatizou esse serviço, implantando o Sistema Brasileiro de ATER – Sibrater, que era coordenado pela Empresa Brasileira de ATER – EMBRATER, e executado pelas Empresas Estaduais de ATER – EMATER (PNATER, 2007). No Estado de São Paulo esses serviços já ocorriam antes desse investimento.

Esse período foi o de maior intervenção do governo no setor, que através da implantação de um conjunto de instituições e políticas, buscou viabilizar o processo de modernização da agricultura. Esta foi parte do processo de transformação capitalista pelo qual passava o Brasil no período. Dessa forma, a intensificação do emprego de máquinas e insumos estava associada à constituição de um importante setor industrial, produtor de meios de produção para a agricultura, cujo emprego estava associado a um conjunto de Políticas Públicas, como crédito rural, pesquisa e extensão rural, seguro agrícola e garantia de preços mínimos.

Na década de 1990, com mudanças na política governamental do país, o governo Collor extinguiu a Embrater, desativando a Sibrater e reduzindo os trabalhos de ATER. Assim, as Emater ficaram sem reajuste estrutural, com difíceis condições financeiras. Desde este período, a participação financeira do governo federal foi sendo reduzida, levando a uma crise sem precedentes nos serviços oficiais de ATER (PNATER, 2007). O efeito deste afastamento do Estado aparece atualmente na insuficiência dos serviços de ATER em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, restringindo as possibilidades de acesso ao conhecimento, aos resultados de pesquisa e Políticas Públicas. Aliado a este processo, as inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos pequenos agricultores ou aqueles com escassez de recursos financeiros, tampouco se adequaram às suas condições agroecológicas e

socioeconômicas, não resolvendo o problema da fome, da desnutrição e das questões ambientais (CHAMBERS e GHILDYAL, 1992).

As Políticas Públicas implementadas serviram de instrumento para a viabilização do uso das tecnologias geradas com a “Revolução Verde” e estavam atreladas às políticas macroeconômicas, visando o crescimento da economia brasileira (TAVARES, 2011).

A “Revolução Verde” tinha como base de produção o uso intensivo da mecanização, o melhoramento genético das plantas, o uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, proporcionando rápido aumento da produção e da produtividade. A promoção deste modelo pela adoção de políticas agrícolas que visavam o aumento da produção, sem considerar os interesses sociais e o meio ambiente, levou a uma concentração da posse da terra, ao empobrecimento dos agricultores familiares, ao êxodo rural e degradação da base de recursos naturais (ALTIERI, 2001).

Para Moruzzi Marques (2010) além destes impactos, houve o desaparecimento das explorações familiares marginalizadas, que desempenhavam importantes papéis ambientais, territoriais, sociais e culturais, bem como detinham especificidades, incluindo o saber-fazer local.

A esse respeito, Sevilla-Guzmán (2001) estudando os impactos das políticas na Espanha, argumentou que o pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento, definiu como progresso para as zonas rurais a sua homogeneização sociocultural e, com isso, levou à perda do conhecimento local, que foi desenvolvido e apropriado através da interação entre o homem e a natureza, em cada ecossistema. Essa perda aconteceu através da expansão das relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas vinculadas à modernização, definida e entendida a partir da identidade sociocultural ocidental. Assim, o modo industrial de uso dos recursos naturais foi substituindo as formas de manejo tradicionais, vinculadas às culturas locais. O contexto social, tecnológico e administrativo, como nova forma de gestão, atuou como mecanismo homogeneizador, que implementou um modo de vida moderno, hostil e reduziu as formas de relação comunitária existentes nas comunidades rurais, onde os valores de uso sempre prevaleciam sobre os valores de troca. Para o autor, a primeira modernização global do manejo dos recursos naturais, desenvolvida através da implantação da “Revolução Verde” supunha para o chamado “terceiro mundo” a substituição das propriedades familiares pelas propriedades privadas concentradas e o fim generalizado de formas

sociais de agricultura familiar que foram substituídas por latifúndios agroindustriais (SEVILLA-GUZMÁN, 2001). Os impactos citados por Sevilla-Guzmán também foram observados no Brasil e se deram em razão das Políticas Agrícolas terem seguido o mesmo modelo dos programas de industrialização, acarretando em uma estratégia de modernização direcionada para os maiores produtores e voltada para exportação (BARROS, 2010).

De acordo com Altieri (2008) mesmo com esses projetos de desenvolvimento internacionais e patrocinados pelo Estado, a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento. A produção agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (CONWAY e BARBIER, 1990). Para Conway e Barbier (1990) há necessidade de reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, e em fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível. Muitos avanços inovadores estão sendo introduzidos, mas há, ainda, muito destaque para os aspectos tecnológicos. Normalmente, o foco é a substituição de agroquímicos caros e degradadores do ambiente e tecnologias intensivas em insumos, por tecnologias de baixo uso de insumos externos.

Altieri (2008) considera que a urgente necessidade de combater a miséria rural e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades tem estimulado os países em desenvolvimento a buscar estratégias sustentáveis de manejo de recursos na agricultura. Esta ação tem sido incentivada principalmente por organizações não governamentais. Estes trabalhos estão inspirados na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem que leve em consideração a população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento e os recursos naturais existentes. Acredita-se que as estratégias baseadas na participação, capacidade e recursos locais aumentam a produtividade enquanto conservam a base dos recursos (PNATER, 2007).

Recentemente, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade¹ para o meio rural ganhou rápido impulso em resposta ao declínio

¹ A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, em 1972. Segundo a Comissão Mundial

na qualidade da vida no campo, bem como à degradação da base de recursos naturais associada à agricultura moderna (ALTIERI, 2008).

A partir do momento que os problemas ambientais ganharam relevância na opinião pública, temas como desmatamento, mudanças climáticas, distribuição de terras, degradação de solos, passaram a ser incorporadas nas discussões dos formuladores das Políticas Públicas. Em especial, as Políticas Agrícolas voltadas para os pequenos produtores, considerando sua importância para a produção e abastecimento de alimentos consumidos no país. Esta mudança teve início apenas na década de 1990, quando emergiu o imperativo socioambiental e novas exigências da sociedade com relação aos papéis do Estado diante das estratégias de desenvolvimento sustentável. Esta nova abordagem das Políticas Agrícolas surgiu a partir da análise dos resultados negativos da “Revolução Verde” e do modelo convencional difusionista da ATER que existia no país.

Segundo Barros (2010), os censos agropecuários têm mostrado a ausência do Estado no cumprimento de seu papel de apoio à agropecuária, principalmente nas regiões mais carentes e para os agricultores marginalizados.

Mais recentemente, buscando reverter este quadro, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 1999, tendo como objetivo a reforma e o reordenamento agrário, a regularização fundiária, a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas. Este foi um passo importante para a formulação de Políticas destinadas a estes segmentos, que até então, não eram beneficiados pelas Políticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, direcionadas para a produção de *commodities*, principalmente para exportação (MDA, 2014).

Com relação à abordagem territorial há a referir que a partir de 2003, segundo Bonnal e Maluf (2007), essa perspectiva foi introduzida nos Programas Públicos no Brasil. Segundo os autores, o contexto de elaboração das Políticas Públicas Territoriais evoluiu durante as duas últimas décadas não apenas no Brasil. Este fato ocorreu devido a um novo referencial de Políticas de Desenvolvimento, buscando a

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades dos seres humanos da atualidade, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as futuras gerações. Esse é conceito adotado no presente trabalho.

sustentabilidade e a emergência da noção de governança, entendida como um processo de coordenação de atores, grupos sociais e instituições com objetivos definidos e discutidos coletivamente. Nesta noção, é recomendada redução da estrutura estatal e a criação de uma rede de instituições presentes localmente com a finalidade de delegar a gestão territorial aos agentes locais, dinamizando o capital social territorial, ou seja, as interações sociais, políticas e econômicas específicas a cada local. Para Bonnal e Maluf (2007), a emergência dos grupos culturalmente diferenciados, como povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, influenciaram a criação destas políticas diferenciadas.

O Poder Público deu início a trabalhos a partir dos territórios “construídos” que se diferenciam das unidades administrativas. A criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ocorrida em 2004, tinha como perspectiva principal enfrentar o problema do acesso às Políticas Agrícolas clássicas, incorporando os enfoques da pluriatividade e da multifuncionalidade em regiões onde a situação agrícola era socialmente complexa. Em termos conceituais, esta Secretaria define o território como um espaço geográfico construído em torno de uma identidade local.

Mesmo incluindo a questão territorial nas propostas, percebe-se que esta definição apresenta apenas a questão da identidade na definição. Por outro lado, não foram implementados programas específicos para as comunidades em questão.

Outras iniciativas foram inseridas nas Políticas Públicas para a agricultura no Brasil, considerando a participação e o controle social, estabelecendo possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos ficassem à disposição da população. As atividades de ATER passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, do MDA, como estabelece o Decreto nº 4.739/2003. Essas iniciativas também passaram a incluir como público beneficiário as comunidades quilombolas, indígenas e assentados de reforma agrária, trabalho desenvolvido e estimulado pelo novo Ministério.

Para todos estes públicos, a agroecologia² passou a ser o eixo norteador destas Políticas Agrícolas.

2.4.1 As Políticas Públicas em Agroecologia

² A Agroecologia pode ser definida de modo geral como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva e fundamentada nos conhecimentos sobre ecologia.

As Políticas Agroecológicas para as comunidades quilombolas tiveram início com a implantação em 2003 do “Programa Brasil Quilombola”, sob a coordenação da Secretaria Especial de Promoção e Política da Igualdade Racial - SEPPIR. O Programa integrava um conjunto de ações de vários órgãos federais para fazer valer os direitos das comunidades quilombolas, visando melhores condições de vida e fortalecimento da organização das comunidades, através do acesso aos bens e serviços sociais necessários ao desenvolvimento, considerando os princípios socioculturais (MDA, 2011). Dentre os objetivos do programa, destacava-se a promoção da agroecologia, visando racionalizar o uso dos recursos naturais, tanto para subsistência, quanto para geração de renda. O Programa também buscava o incentivo aos governos estaduais e municipais na promoção do acesso às Políticas Públicas, com ênfase na regularização da posse da terra e no estímulo ao desenvolvimento sustentável em seus territórios; o estímulo a maior participação nas tomadas de decisão, fortalecendo sua identidade cultural e política (ARRUTI, 2006).

Outro ponto importante para as Políticas Públicas direcionadas aos quilombolas foi sua inserção na definição de agricultor familiar, através da Lei nº. 11.326/2006 que considera nesta categoria os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Em 2007 foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, com objetivo de reverter os efeitos da “Revolução Verde”, implantando estratégias de produção agropecuária compatíveis com os ideais de sustentabilidade, adotando novos enfoques metodológicos e um novo paradigma tecnológico. Segundo esta Política, para que se alcance o desenvolvimento sustentável não basta apenas trabalhar a assistência técnica como transferência de tecnologias. A transição para agroecologia indica a necessidade de resgate e construção de conhecimentos sobre os diferentes agroecossistemas e dos próprios sistemas culturais e das condições socioeconômicas locais. Nesta Política incluem-se como beneficiárias as comunidades quilombolas, e tem como objetivos o estímulo às atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras e extrativismo, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida. Dentre os objetivos estão a melhoria da renda, da segurança alimentar e diversificação da produção, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e valores socioculturais dos grupos envolvidos; a potencialização dos processos de inclusão social e fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas, que

considerem as dimensões éticas, sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais da sustentabilidade; e a promoção e valorização do conhecimento e do saber local e apoio aos agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade (PNATER, 2007).

A política de ATER foi construída de forma participativa, com instituições governamentais, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais. Dentre os pilares da PNATER, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, havendo a necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e etnia, nas orientações de projetos e programas (PNATER, 2007).

Nesta concepção, uma das diretrizes da PNATER é a viabilização de parcerias entre diversas instituições, a fim de estimular a elaboração de planos de desenvolvimento e a garantia de que os planos e programas de ATER sejam adaptados as diferentes realidades e realidades regionais e construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas.

Um ponto importante na PNATER (2007, p. 25) é que o território é considerado:

Mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e organizações; possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades.

Nesta concepção percebe-se que o território inclui as relações endógenas e exógenas, sendo um importante meio de promoção de Políticas para estes grupos. Porém, esta Política foi substituída em 2010 pela Nova Lei de ATER, excluindo-se a abordagem territorial.

Também em 2007 foi promulgada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007. Dentre os princípios desta política, destaca-se o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural; a segurança alimentar e nutricional; o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida, com respeito aos seus modos de vida e as suas tradições; a preservação dos direitos culturais, e o exercício de práticas comunitárias. Como

objetivo principal do referido Decreto, destaca-se o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade e suas formas de organização e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica, e apoio e garantia à inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social, com valorização dos recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Em 2010 foi lançada a Nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída através da Lei nº 12.188/10, em substituição à PNATER. Os principais beneficiários desta lei foram os remanescentes de quilombos, os assentados da reforma agrária, os povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. A referida Lei tem como princípios e objetivos a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente; a adoção de metodologias participativas; a promoção do desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e sua integração ao mercado produtivo nacional. Um dos aspectos relevantes na lei foi a mudança na adoção da agroecologia, que passou a ser o eixo orientador das ações - sendo assim, item a ser seguido, para enfoque preferencial. Este fato, juntamente com o tempo necessário para a implantação de uma nova Política, evidencia que as ações apresentam-se desarticuladas entre as Políticas Governamentais, contribuindo para a dificuldade da implantação da agroecologia nas ações de Políticas Públicas.

Em 2012 o Programa Brasil Quilombola deixou de existir, passando as atividades para o Plano Plurianual - PPA, que foi dividido em 65 programas temáticos, com 491 objetivos e 2.503 iniciativas. Para sua execução, o Governo Federal previu um investimento de R\$ 5,4 trilhões entre 2012 e 2015 (VERDUM, s.d.). Para Verdum (s.d.) por um lado as comunidades deixaram de ter um programa específico, mas por outro, passaram a ser público-alvo em treze programas temáticos, em alguns casos em ações voltadas para outros grupos socioculturais, como povos indígenas, ciganos, agricultores familiares e assentados.

Também em 2012 foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, através do Decreto nº 7.794/2012. Seu objetivo é de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade

de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Este Decreto evidencia também que as propostas das ações governamentais estão centradas na substituição de insumos, buscando uma agricultura certificada como orgânica e menos em processos de desenvolvimento rural. Os projetos implantados acabam sendo desenvolvidos com “pacotes tecnológicos sustentáveis”, com foco na substituição de insumos, não considerando as especificidades locais e não envolvendo a dinâmica existente entre e nas atividades das comunidades e a dimensão territorial, em suas diferentes concepções.

Iniciativas de Políticas Públicas que promovessem a transição agroecológica até agora eram pontuais, e não respondiam ao que poderia ser pensado como Política, mas ao contrário, como fragmentos isolados das iniciativas incluídas nos projetos e programas (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

Para Moruzzi Marques (2010) um novo padrão de política agrícola ainda está em desenvolvimento, bem como o surgimento de um movimento pela preservação da diversidade alimentar e das tradições agroalimentares, que considere a escala humana nas unidades produtivas. Nesse sentido, um exemplo que pode ser citado foi a realização de Conferências Regionais e Estaduais que precederam a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, todas realizadas em 2012, como iniciativa do governo em discutir as políticas de ATER no país. No caso das comunidades tradicionais houve um seminário com objetivo de discutir o documento base para a conferência, que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, vinculado ao MDA. Este seminário específico para este grupo buscou ampliar a participação e aprofundar o processo de discussão da Política Nacional de ATER (PNATER) para os quilombolas, considerando suas especificidades étnicas, culturais e territoriais. A construção participativa buscou a contribuição das comunidades quilombolas nos processos decisórios, reforçando sua identidade territorial (MDA, 2012).

Segundo Silva (2007) ao apresentar Programas de Políticas Públicas, o Estado justifica sua intervenção e propõe como objetivos o combate à pobreza, à degradação dos recursos naturais e ao êxodo rural, objetivando com isto melhorar a qualidade de vida e a capacidade produtiva das comunidades quilombolas, através da promoção de ações integradas de infraestrutura familiar e comunitária; na

geração de renda e de manejo e conservação dos recursos naturais, bem como nos projetos de suporte e desenvolvimento institucional.

Para as comunidades quilombolas, a mudança nas Políticas direcionaram as ações para a Agroecologia, considerando que esta ciência e prática tem sua origem no manejo realizado por povos indígenas e tradicionais, estando relacionada aos aspectos socioculturais.

2.5 Agroecologia e segurança alimentar

Esta abordagem ecológica da agricultura se iniciou após a Primeira Guerra Mundial, quando surgiram preocupações com a qualidade dos alimentos consumidos na Europa. Nessa época, as ideias da Revolução Industrial influenciavam o setor criando modelos baseados na produção em série e sem diversificação. Com o avanço da química industrial, surgiram os adubos sintéticos, agrotóxicos e sementes melhoradas. Surgiram em várias partes do mundo movimentos que visavam resgatar as bases naturais da atividade e tinham princípios semelhantes, e passaram a ser conhecidos como agricultura orgânica.

Após os anos 1980, estes modelos alternativos de produção passaram a ser conhecidos como Agroecologia, sendo uma nova disciplina científica que integra os aspectos tecnológicos, econômicos e sociais (ALTIERI, 2002) e o estabelecimento de novas formas de relações entre natureza e sociedade, trazendo uma visão integrada e sustentável entre as áreas de produção e preservação, resgatando também o valor social da agricultura.

Dentre as práticas da agroecologia estão incluídos a produção orgânica, biodinâmica, natural, sistemas agroflorestais, agroecológica e permacultura.

A definição para a Política Nacional de Agroecologia (Decreto 7.794/2012, Art. 2º, III) é a “produção de base agroecológica aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social”.

Percebe-se pela definição, maior ênfase aos aspectos ambientais e produtivos das unidades, não abordando as questões socioculturais e a ancoragem territorial.

Há três diferentes correntes de pensamento para a ciência agroecológica. Ainda que possuam características e componentes semelhantes, as três abordagens são complementares e a partir de uma unidade conceitual comum, cada uma delas

apresenta suas peculiaridades teóricas. Miguel Altieri tem o foco voltado às questões agrônomicas e na necessidade de geração de tecnologias agroecológicas; Stephen R. Gliessman tem o foco na perspectiva ecológica e sua relação com a agronomia; e Eduardo Sevilla Guzmán tem o foco nas questões socioculturais existentes nos processos agrícolas. Estas três abordagens são complementares e o desejado é que as ações desenvolvidas considerem as mesmas em sua formulação e implantação.

Para compreensão da visão da Agroecologia proposta pelos diferentes autores, vamos dividi-las na perspectiva proposta por cada autor.

Stephen Gliessman iniciou suas pesquisas durante a observação de sistemas agrícolas e do manejo realizado por populações tradicionais. Realiza uma aproximação entre a ecologia e a agricultura a partir do conhecimento local.

Segundo o autor, uma das primeiras ocasiões de cruzamento entre a ecologia e a agronomia ocorreu no final dos anos 1920, com o desenvolvimento da ecologia de cultivos, pois era interessante conhecer as condições ecológicas onde os cultivos cresciam melhor. Nos anos 1930, foi proposto o termo agroecologia, como sendo a ecologia aplicada à agricultura. Após a Segunda Guerra, com a crescente mecanização e uso de insumos químicos, a junção das duas áreas ficou mais restrita e no fim dos anos 1950, o conceito de ecossistema forneceu uma estrutura básica para se examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica. Somente a partir dos anos de 1970 é que cresceu o interesse em aplicar a ecologia à agricultura. No início dos anos 1980, a agroecologia emergiu como uma metodologia e estrutura conceitual para o estudo de agroecossistemas, tendo como influência o estudo dos sistemas tradicionais de cultivos, em países em desenvolvimento, que passaram a ser reconhecidos como exemplos importantes de manejo de agroecossistemas, ecologicamente fundamentados.

Para Gliessman (2001, p. 56)

a agroecologia é por um lado, o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas e por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas, que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

A agroecologia é definida como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2001, p. 54). Dois pontos são importantes nessa definição: o agroecossistema e a sustentabilidade.

O agroecossistema é considerado pelo autor como “um local de produção agrícola, compreendido como um ecossistema” (GLIESSMAN, 2001, p. 61). Essa definição possibilita uma análise complexa do sistema de produção de alimentos, incluindo todas as estruturas componentes de um ecossistema e suas relações. Assim, o sistema agrícola é visto como um todo – o fluxo de energia, a ciclagem de nutrientes, os mecanismos reguladores de população e a estabilidade do sistema.

A diversidade de um agroecossistema é considerada pelo autor como estratégia-chave para alcançar a sustentabilidade. A diversidade fortalece relações entre espécies que, similar aos ecossistemas naturais, podem diminuir a dependência de insumos externos. O conceito de diversidade é entendido como resultante da distribuição espacial, funcional e temporal das espécies que compõem uma comunidade.

Para o autor, a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Também, valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização deste conhecimento e sua aplicação na busca pela sustentabilidade.

Segundo Gliessman (2001, p. 54)

o conhecimento ecológico da sustentabilidade dos agroecossistemas deve dar nova forma à perspectiva que a humanidade tem da produção vegetal e animal, a fim de que seja alcançada, em nível mundial, a produção sustentável de alimentos.

Para Miguel Altieri, para que seja possível o desenho de sistemas sustentáveis de produção, há necessidade de uso de novas tecnologias para superar os fatores limitantes. Para que este objetivo seja alcançado é necessário o conhecimento aprofundado da natureza e dos princípios que regulam seu funcionamento.

A agroecologia considera o conhecimento e as habilidades dos agricultores na busca por restabelecer a biodiversidade a fim de criar sinergismos úteis que dotem aos agroecossistemas a capacidade de manter-se ou voltar a um estado inato de estabilidade natural.

O rendimento sustentável decorre do equilíbrio dos cultivos, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é sadio e produtivo quando prevalece a condição de equilíbrio e bom crescimento, e quando os cultivos são capazes de tolerar o estresse e as adversidades ambientais.

Se a causa das doenças, pragas e degradação do solo se atribuem a um desequilíbrio, então a meta proposta pelo autor será o retorno ao equilíbrio. A biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autorregulação e a sustentabilidade.

O autor considera a Agroecologia como disciplina científica e o ecossistema como a unidade básica de estudo. Destaca também a importância “da compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 1999, p. 18).

Na perspectiva agroecológica de Miguel Altieri o desenvolvimento é planejado como um processo coevolucionista entre o sistema social e ambiental. Considera o sistema social repleto de conhecimento, valores tecnológicos e organizacionais. Cada um destes sistemas se relaciona com os outros e cada um exerce uma pressão seletiva na evolução dos outros. Desta maneira, tudo se conecta ao mesmo tempo em que tudo se altera constantemente.

A perspectiva coevolucionista do autor destaca que os sistemas agrícolas devem ser considerados como sistemas integrais, que não são estáticos e insere as pessoas e sua forma de pensar no processo. O conhecimento cultural e experimental dos agricultores torna-se importante para o processo e coevolução (ALTIERI, 1999).

Para Sevilla-Guzmán a agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. O autor completa

y mediante propuestas participativas, desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual. Su estrategia tiene una naturaleza sistémica, al considerar la finca, la organización comunitaria, y el resto de los marcos de relación de las sociedades rurales articulados en torno a la dimensión local, donde se encuentran los sistemas de conocimiento (local, campesino y/o indígena) portadores del potencial endógeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural. Tal diversidad es el punto de partida de sus agriculturas alternativas, desde las cuales se pretende el diseño participativo de métodos endógenos de mejora socioeconómica, para el establecimiento de dinámicas de transformación hacia sociedades sostenibles³ (SEVILLA GUZMAN e WOODGATE, 1997, p. 107).

³ E mediante propostas participativas, desde o âmbito da produção à circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam a enfrentar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e os demais marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno da dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento (local, campesino e/ou indígena) portadores do potencial endógeno que permite

A agroecologia respeita a diversidade ecológica e sociocultural e, assim, outras formas de conhecimento, gerando um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (SEVILLA GUZMÁN, 2001). O autor destaca ainda a necessidade de construção e reconstrução do conhecimento local, como estratégia básica para processos de transição agroecológica.

A perspectiva endógena proposta por Sevilla Guzmán não exclui a abordagem exógena (externa à comunidade), mas adapta-a a lógica de organização local, protegendo assim, as identidades socioculturais específicas. Também, evidencia a necessidade de interação entre as ciências naturais e humanas para viabilizar uma visão não fragmentada, mas sim, uma visão holística do sistema produtivo. Seu estudo parte de uma abordagem integrativa, que se constrói contemplando as variáveis socioeconômicas e culturais igualmente às questões biofísicas (BIASE, 2010). Sevilla Guzmán evidencia que a agroecologia, para que seja compreendida de forma ampla, deve transcender os aspectos técnicos e incluir a diversidade sociocultural existente, alcançando uma dimensão referente à cultura e ao modo de organização social. É considerada uma forma de desenvolvimento endógeno, pois todas as ações são tomadas em conjunto e conformidade com a população local, sendo esta que norteia os principais interesses e perspectivas.

Assim, a agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura ou como um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis.

Para Guzmán Casado et al. (2000), o universo sociocultural específico das comunidades rurais é o ponto central da agroecologia

Um dos elementos chave para o desenvolvimento de estratégias é o controle que as unidades domésticas exercem sobre os meios de produção, sobre a terra, sobre os saberes e em geral sobre os processos de trabalho; quer dizer, o controle que exercem sobre os mecanismos de produção, e eventualmente, de todos ou de parte dos mecanismos de reprodução (GUZMÁN CASADO, GONZALEZ MOLINA, SEVILLA GUZMÁN, 2000, p. 108).

Segundo Guzmán Casado et al. (2000, p. 85), a agroecologia pode ser entendida em um sentido restrito e em um sentido amplo. No primeiro caso, ela pode

potencializar a biodiversidade ecológica e sociocultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, desde as quais se pretende o desenho participativo de métodos endógenos de melhora socioeconômica, para o estabelecimento de dinâmicas de transformação para sociedades sustentáveis.

ser considerada como “técnica ou como instrumento metodológico para melhor compreender o funcionamento e a dinâmica dos sistemas agrários”, cujo objetivo é resolver problemas técnicos no âmbito agrônomo, não resolvidos pela agricultura convencional. No segundo caso, a agroecologia tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante.

Para Sevilla Guzmán (2001) as unidades de análise têm uma natureza espacial, mas também constituem "espaços socioculturais de exploração agroecológica", incluindo a exploração da propriedade, as formas de manejo dos recursos naturais e a reprodução social.

O autor enfatiza ainda que o fortalecimento da identidade sociocultural é o ponto de partida para qualquer transformação baseada nos princípios da agroecologia. Assim, qualquer intervenção exógena, que não esteja de acordo com as premissas endógenas, deveria ser rejeitada ou ao menos adaptada a elas.

Dentre as questões socioculturais, os hábitos e práticas alimentares estão presentes, sendo o resultado e a representação de processos culturais que prevêm a domesticação, a transformação e a reinterpretação da natureza. A comida é cultura, pois é produzida, preparada e consumida e esses processos implicam a transformação dos produtos base da alimentação, mediante técnicas que expressam as práticas da cozinha (MONTANARI, 2008).

Segundo Araújo e Lima Filho (2012) a alimentação é um conjunto integrado de práticas e saberes diretamente relacionados à produção e reprodução da vida material e espiritual e configura-se como um importante eixo articulador da cultura. Exerce um papel estruturador na organização social, tornando-se o centro de um dos mais vastos e intrincados complexos culturais (POULAIN, 2004). Com aspectos ligados à sobrevivência e à subsistência, através de atividades extrativistas e agrícolas, a alimentação se torna um meio para o entendimento da relação do indivíduo com a natureza (MURRIETA, 2001).

Ao se alimentar, cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo, que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo. As práticas alimentares compreendem os itens consumidos e relacionam-se às representações coletivas, ao imaginário social, às crenças do grupo e às suas práticas culturais. É deste processo que emerge um sistema alimentar que dá sentido aquilo que o grupo ingere (MACIEL, 2001).

No mundo contemporâneo, pela influência da mídia e da modernidade, estes sistemas têm sido desestruturados e desconstruídos (TARDIDO e FALCÃO, 2006). Tais transformações se devem à ampliação do acesso ao mercado e à globalização mundial, onde produções locais saudáveis são substituídas por produtos de supermercado de fácil acesso, industrializados e processados como óleos vegetais e gorduras (KIM et al., 2000; PIPERATA, 2007; LOURENÇO et al., 2008; MONTEIRO et al., 2004).

Sobre o processo de transição alimentar, levando a uma dieta cada vez mais ocidental e industrializada, com alimentos cada vez mais processados, Pollan (2008, p. 18) acrescenta que “em qualquer lugar onde se abrir mão de uma alimentação tradicional em prol de uma dieta ocidental logo surgirá uma série de doenças típicas do ocidente, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer”.

Esta mudança no sistema agroalimentar vem ocorrendo em diferentes regiões e com diversos grupos culturalmente diferenciados. Souza e Soares (2011) verificaram em estudo com comunidade quilombola que a agricultura era um dos meios mais importantes para prover a subsistência familiar, porém este meio já se apresentava com certo esgotamento, refletindo na menor oferta de alimentos e na dependência da compra de produtos básicos como arroz e feijão, o que no passado era obtido através das produções das roças e também observaram baixo consumo de frutos e verduras. Cambuy (2006) verificou também entre comunidade quilombola que as práticas agrícolas apresentaram redução na diversidade de produtos cultivados e na insuficiência da produção para autoconsumo, principalmente pela falta de acesso a terra e sementes e os principais produtos consumidos eram adquiridos em mercados, seja pela facilidade para comprar, quanto pela influência dos meios de comunicação que, acabaram por introduzir no dia-a-dia um grande número de produtos industrializados.

Esta mudança na alimentação, com maior consumo de itens industrializados é observada também entre populações indígenas, com risco de percorrer a mesma trajetória da sociedade não indígena, em razão das modificações no manejo agrícola, nas formas de produção e nos hábitos de consumo (CGPAN, 2005).

Segundo Silva e Garavello (2012) por meio de intervenções “desenvolvimentistas” que desconsideram as características locais, reforça-se uma perspectiva de progresso que estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando as disposições socioculturais locais que propiciam

uma dieta tradicional mais saudável. Para os autores, repensar o desenvolvimento sob o viés da alimentação deve-se tornar imperativo, por considerar o seu poder de abrangência para o entendimento das relações de uso dos recursos naturais de produção e das suas consequências para o consumo humano.

Esta também foi a tônica das propostas das Políticas Públicas para quilombos que passaram a ter entre seus objetivos, a inserção da agroecologia e a segurança alimentar e nutricional, em consonância com o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida. Esta inserção aparece no Programa Brasil Quilombola, na Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188/2010) e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007).

Visando a análise da contribuição da abordagem territorial para as Políticas Públicas Agroecológicas em comunidades remanescentes de quilombos, este trabalho tomou como estudo de caso uma comunidade específica, Mandira, que teve implementados projetos nessa perspectiva.

2.6 A comunidade remanescente de quilombo Mandira: história, território e Políticas Públicas

2.6.1 Histórico da comunidade

A comunidade está localizada no município de Cananéia/SP, na estrada do Itapitangui/Ariri, no Km 11, conforme pode ser observado no Mapa 1.

De acordo com o ITESP (2002), sua fundação ocorreu na segunda metade do século XIX, no ano de 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu uma porção de terras denominada Sítio Mandira, na forma de doação, de sua meia-irmã, Celestina Benícia de Andrade. Francisco era fruto da relação do senhor Antônio Florêncio de Andrade com uma de suas escravas.

Os relatos orais (ITESP, 2002) apresentam dois filhos de Francisco - João Vicente e Antônio Vicente. Com a morte de Francisco, seus filhos dividiram entre si os cerca de 2.900 hectares que compunham a propriedade original, ficando o primeiro com as terras altas da Serra do Mandira, na região onde se localiza o Salto, e o segundo estabeleceu-se no território abaixo da serra da Boacica, hoje reivindicado pela comunidade. Segundo os moradores, a família de Antônio Vicente vendeu gradativamente suas terras e atualmente não há contato entre os descendentes deste e os atuais moradores.

Até 1974, os membros da comunidade dispunham de toda a área acima delimitada – em torno de 1.344 hectares – e nela estavam fixados em núcleos familiares relativamente próximos. Nesta época, Amâncio Mandira – que havia herdado do pai, João Vicente Mandira Filho, o status de porta-voz legal da comunidade convenceu os demais membros da família a vender as terras. Os herdeiros que não queriam vender suas terras só poderiam adquirir os alqueires referentes à parte que lhes cabia se estes fossem localizados numa das extremidades do território geral. Deste modo, os membros que permaneceram na área foram incontestavelmente prejudicados, visto que foram obrigados a abandonar a porção de terras que ocupavam e na qual trabalhavam - já que estas terras, próximas ao local onde hoje está a escola, eram as mais férteis da comunidade e concentravam praticamente toda a atividade agrícola do grupo. Os compradores não queriam que a gleba dos moradores ficasse no meio de seu território e, portanto, forçaram os que permaneceram nas terras da comunidade a se mudarem, providenciando a divisão em lotes dos 134 hectares que lhes cabiam e distribuindo cada um desses lotes para os herdeiros de maneira individualizada (o herdeiro e sua família) (ITESP, 2002).

A conformação espacial era absolutamente estranha ao modo tradicional de ocupação das comunidades, via de regra realizada – mesmo que familiarmente - mediante o reconhecimento de um território comum, cuja propriedade é coletiva. Alguns dos detentores destes lotes acabaram por vender suas porções de terra para terceiros - que, por sua vez, já revenderam as mesmas e mudaram-se com suas famílias para o bairro de Porto Cubatão. Assim, o território ocupado hoje pelos mandiranos resume-se a aproximadamente 54 hectares. O restante de seu território tradicionalmente ocupado, já foi reconhecido, como observado no Mapa 1, mas não titulado e está em processo judicial.

A comunidade ocupa as terras que reivindica pelo menos desde 1868, produzindo e reproduzindo ali sua cultura – material e simbólica. Hoje excluídos da maior parte do território que confere significado à sua existência, os mandiranos - tal como eles se autodenominam - recriaram formas de viver que incluem novas atividades produtivas, incrementadas por experiências tecnológicas e organizacionais, que já não cabem no reduzido espaço físico em que se encontram, alimentando assim a perspectiva de resgate da dimensão original de suas terras. Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão

da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais se relacionam (ITESP, 2002).

Ainda hoje, é possível ver, em pé, as grossas paredes de pedra de um provável armazém da antiga fazenda, que foi construído pelos escravos que ali viveram. No ano de 2002 a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo.

2.6.2 Histórico de uso e ocupação do território

Segundo Sales e Moreira (1996, p. 43-44), a comunidade Mandira desenvolveu até a primeira metade do século XX, atividades paralelas que englobavam a agricultura e a exploração dos recursos naturais localmente disponíveis.

A agricultura era realizada em pequenos roçados de 1,0 a 5 hectares, empreendidos pelas famílias nucleares e atendia ao consumo interno e manutenção da pequena criação de aves e suínos, também havia a comercialização dos excedentes. O arroz era o principal produto de troca – como ocorreu em várias outras comunidades rurais do Vale do Ribeira, dada a importância da região na produção deste cereal, recebendo os agricultores todo o valor em dinheiro ou trocando uma parte da produção por outros gêneros de necessidade como óleo e açúcar (SALES e MOREIRA, 1996).

Sales e Moreira (1996, p. 45) assim descreveram a forma adotada pelos moradores de Mandira para trabalhar suas terras, bem como os níveis de produtividade:

O sistema era basicamente o de rodízio (coivara), onde após a colheita (em geral anual) a área utilizada era deixada em pousio ou descanso por um mínimo de três anos, o que permitia o restabelecimento parcial da cobertura vegetal até o ponto que, após queimada, produzisse matéria orgânica suficiente para sustentar um novo plantio. Segundo os moradores, a produtividade gerada por esse sistema era significativa, mesmo sem a utilização de insumos. No que se refere ao milho, um alqueire produzia aproximadamente 500 “mãos”, o equivalente à 32.000 espigas (1 “par”=4 espigas; 16 pares=1 “mão”). Para o caso do arroz, 2 alqueires naquela época produziam aproximadamente 80 “litros”, o equivalente à 50 Kg (1 saco=50Kg=80 litros).

Tal sistema de prática agrícola indica a especificidade do uso da terra pela comunidade, determinada pela necessidade de vastas áreas para que o rodízio pudesse se processar.

Após os anos de 1960, houve a ocorrência de “fases subsequentes de predominância de exploração comercial de um determinado recurso”. Assim, à inicial predominância dos produtos agrícolas, como arroz, mandioca e milho, seguiu-se a do guanandi, depois a do palmito e a da caixeta, terminando na exploração de ostras nativas (*Crassostrea brasiliiana*) (SALES e MOREIRA, 1996, p. 44). Esta mudança com redução da atividade agrícola foi devido às restrições impostas pela legislação ambiental, não permitindo a derrubada e uso do fogo para plantio e à criação de Unidades de Conservação, aumentando a fiscalização.

Para Sales e Moreira (1996), os moradores locais remanescentes, dadas as restrições de acesso aos recursos que tradicional e sazonalmente exploravam, se tornaram mais dependentes da economia de mercado e passaram a atender de forma mais sistemática as demandas de indústrias e comerciantes por produtos com maior valor comercial (palmito, madeiras, camarão, ostra), causando pressão sobre estes recursos, comprometendo sua capacidade de reprodução natural em algumas áreas.

A situação se agravou nos anos de 1970 quando a maior parte dos moradores da comunidade vendeu suas propriedades e os remanescentes saíram das terras mais férteis – nas proximidades da escola e da ruína de pedras - e restringiram-se a uma pequena área, de terreno acidentado e qualitativamente inferior para o cultivo. Assim, segundo Sales e Moreira (1996, p. 45)

os roçados passaram a ser feitos em sua maioria em terras de terceiros (sendo, portanto, clandestinos) e tiveram as dimensões reduzidas para dificultar as ações de fiscalização, inclusive da Polícia Florestal.

Os autores citam também que a “cultura de quintal” era presente nas hortas e canteiros de especiarias e ervas medicinais localizadas ao fundo das moradias. A atividade agrícola era de suma importância pelos moradores da comunidade, pois reduzia os custos de manutenção da família.

Sales e Moreira (1996, p. 58) citaram na época que

embora a agricultura tinha uma produtividade 50% mais baixa do que a de algumas décadas atrás e seja considerada como atividade principal por apenas 4 moradores mais idosos (média de 68 anos), é desenvolvida por todas as 10 famílias do bairro, envolve metade dos moradores acima de 14 anos e é considerada a segunda atividade mais importante por 38% dos mesmos. A idade média desses moradores que têm a agricultura como atividade secundária é de pouco mais de 27 anos, o que demonstra que, apesar das dificuldades atuais, continua como atividade valorizada no bairro, principalmente por garantir a base alimentar e por permitir o desenvolvimento concomitante de outras atividades produtivas.

A extração de palmito para fins de comercialização teve início na comunidade em fins dos anos 1950, influenciada pela crescente demanda advinda da instalação de indústrias de beneficiamento em alguns municípios do Vale do Ribeira. Da sobre-exploração do palmito, decorreu a escassez do produto e, conseqüentemente, este se tornou comercialmente ineficaz para os moradores.

Outra fonte de extração vegetal foi a caixeta, árvore típica de planícies fluviais, cujo interesse econômico foi resultado da demanda comercial aberta pelas serrarias existentes no Paraná e em Pariquera-Açu. Utilizada na confecção de tamancos e solas de sapato e dotada de alta capacidade regenerativa, a caixeta deixou de ser extraída comercialmente pelos moradores de Mandira devido à falta de compradores, às dificuldades técnicas para obtenção de licenças de corte e à falta de acesso aos maiores caixetais, localizados na área vendida do território (SALES e MOREIRA, 1996, p. 47). Outras espécies de madeiras típicas da região eram também tradicionalmente exploradas pela comunidade – como o guanandi, que por volta de 1940 esteve bastante cotado comercialmente, em função da instalação de uma fábrica de barris em Cananéia.

A pesca era uma prática tradicionalmente efetuada por muitos moradores de Mandira, visando especialmente à obtenção de alimento. A comercialização dos excedentes eventuais era realizada dentro da própria comunidade, podendo se estender a pequenos comerciantes da região.

O extrativismo da ostra nativa (*Crassostrea brasiliiana*) surgiu como uma alternativa econômica devido à redução das áreas para agricultura (em razão da venda de terras) e à ação de fiscalização ambiental, impedindo o uso de fogo para abertura de áreas para plantio. Remonta a mais de 40 anos, quando um francês recém-chegado à região tornou-se comprador da produção, então representada pela ostra inteira. Pouco tempo depois, teve início a venda da ostra “desmariscada”, ou seja, já retirada da casca. Com o surgimento de outros compradores, que assumiram a função de atravessadores, exigiu-se o aumento da produção e a sofisticação das técnicas de “desmariscagem” (SALES e MOREIRA, 1996). Nesse período, toda a produção de Mandira se dava através do extrativismo no manguezal, ou seja, as ostras eram apenas coletadas do seu meio natural.

Os extrativistas de ostras iam para o mangue e coletavam indivíduos de diversos tamanhos fixados nas raízes de plantas nativas desse bioma. A comercialização era para intermediários (atravessadores) e a produção não atendia

às exigências sanitárias e, em virtude do baixo preço pago aos coletores pelos intermediários, havia a superexploração dos bancos naturais no manguezal, conferindo aspectos predatórios a esta atividade (MALDONADO, 1999, p. 3).

Passados alguns anos de exploração exclusiva na Barra do Mandira, na década de 1990 os extrativistas ampliaram suas áreas de coleta, incluindo as Barras dos Rios Boacica, Taquari, Itapitangui e Guarapari. Mesmo assim, como as demandas foram aumentando e como já concorriam por áreas mais produtivas pelo menos mais trinta produtores de outros bairros, os coletores do Mandira continuaram a expandir seu raio de atuação, alcançando também localidades mais distantes como Retiro, Marujá e Ilha do Tumba.

Nos locais de coleta os extrativistas se distribuíam em áreas de exploração individual, utilizando foices para raspagem das ostras fixadas nas raízes da vegetação do mangue, cestos de fibras para armazenagem da produção enquanto realizavam a coleta e sacos de nylon, para deposição final do volume dos cestos.

A comercialização da ostra desmariscada era realizada por todas as famílias do bairro, especialmente em razão de demandas específicas criadas por um comerciante que, em troca da cessão de uma embarcação motorizada, exigia a entrega deste produto. Os preços pagos por esses comerciantes eram extremamente baixos e a dúzia de ostra era vendida pelos extrativistas por R\$ 0,50 na década de 1990, antes da fundação da COOPEROSTRA.

No fim de 1994 estava em curso um projeto de transformação de toda a porção sudoeste de Cananéia em uma Estação Ecológica Estadual para proteção do mico-leão-caiçara, supostamente habitante das matas desta região. Nas Estações Ecológicas é proibida a permanência de moradores e o uso dos recursos locais. Tal projeto incluía parte da área terrestre da comunidade Mandira, o que acarretou na busca de criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, para que a comunidade tivesse garantida a sua permanência neste território e acesso a seus recursos. Nessa época, a comunidade de Mandira não era reconhecida como remanescente de quilombo e assim, não possuía o direito à área tradicionalmente ocupada pelo grupo.

Assim, tendo como base de referência os resultados positivos alcançados com a criação de Reservas Extrativistas⁴ - RESEX, na Amazônia, técnicos do

⁴ A Reserva Extrativista foi definida e caracterizada como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB da Universidade de São Paulo, que na época atuavam na região, deram início à criação de uma proposta com esta categoria de Unidade para uso e manutenção da comunidade Mandira, considerando que a principal atividade econômica se dava em área de manguezal através da exploração de recursos marinhos, já sendo constatada a superexploração destes recursos.

Em levantamento realizado na década de 1990, registrou-se que a produção oriunda do extrativismo no manguezal de Cananéia atingia o volume de 60.000 dúzias mensais (CAMPOLIM e MACHADO, 1997) e em 1998 foi estimado em 80.761 dúzias por mês como a oferta natural de ostras com dimensões apropriadas para extração, demonstrando que a quantidade retirada do meio natural já estava bastante próxima da capacidade máxima de exploração (MACHADO et al., 2000).

Estes fatores levaram ao desenvolvimento de projetos buscando a exploração sustentável dos recursos naturais.

2.6.3 As Políticas Públicas na comunidade

A proposta de criação de uma Reserva Extrativista em Cananéia remonta a 1989, quando foram concluídos os trabalhos técnicos de elaboração do Macrozoneamento do Litoral Sul do Estado da São Paulo, no contexto do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Entre as propostas do Macrozoneamento constavam a criação de dois tipos de zonas, baseadas no processo de elaboração conceitual e legal das Reservas Extrativistas, então em curso na Amazônia: as Unidades de Pesca e Coleta Controladas e as Unidades Extrativistas Vegetais. As primeiras, importantes áreas de reprodução, alimentação e abrigo de espécies englobavam corpos aquáticos e o manguezal, assim como porções de terra firme que podiam ter influência no equilíbrio ambiental desses ecossistemas e podiam ser exploradas de forma sustentável, prioritariamente pelas populações. As Unidades Extrativistas Vegetais compreendiam áreas com cobertura vegetal em bom estado de conservação e que apresentavam populações locais dedicadas à exploração dos recursos naturais

agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, 2000).

renováveis. Nos dois casos havia necessidade da implantação de planos de manejo de rendimento sustentável das principais espécies utilizadas comercialmente.

Em 1990, após a realização dos trabalhos técnicos e das discussões das propostas com os vários segmentos sociais, políticos e econômicos do litoral sul de São Paulo - municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida, o projeto de Macrozoneamento foi consolidado, propondo que em aproximadamente 50% da área por ele abrangida fossem realizados estudos mais aprofundados para averiguação da viabilidade de implantação das Unidades de Pesca e Coleta Controladas e de Extrativismo Vegetal (SALES e MOREIRA, 1996), uma vez que sua implantação pressupunha o interesse e a concordância dos moradores locais.

No final de 1994 o NUPAUB assumiu a continuidade e a coordenação desta proposta. Considerando a realidade de Mandira na época, com a ameaça da criação de uma Unidade de Proteção Integral, a solicitação formal à Comissão das Populações Tradicionais – CNPT, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, para criação da Reserva Extrativista foi encaminhada em 1995, com as justificativas técnicas, dados cadastrais das famílias, abaixo assinado dos moradores e cartas de apoio à criação da Unidade, firmadas por várias entidades, como Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Cananéia, Colônia de Pescadores, Pastoral da Pesca, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo. Aprovada formalmente em 1996 pela CNPT, a criação da Reserva Extrativista do Mandira, constituída exclusivamente por terrenos de Marinha, só veio a se concretizar por meio de decreto presidencial em 13/12/2002. Este considerável intervalo de tempo deveu-se principalmente às dificuldades do CNPT em disponibilizar recursos humanos e materiais para atendimento à solicitação.

Mesmo com o atraso para formalização da Unidade, em 1995 houve a criação da Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira – REMA, e a redação de uma primeira versão de um plano para Utilização da Unidade.

Esta primeira versão do Plano de Utilização da Resex do Mandira foi elaborada a partir de reuniões específicas entre técnicos e moradores do bairro e aprovada pela comunidade em 1995, embora a mesma ainda não estivesse formalmente criada. A importância deste Plano se dava em razão da superexploração dos recursos naturais.

Em 1996, a Fundação Florestal passou a coordenar os trabalhos de planejamento, em conjunto com o Instituto de Pesca, o Centro de Estudos Gaia Ambiental e a direção da REMA.

Nesse processo de planejamento foi criada em 1997 a Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia - COOPEROSTRA⁵, buscando viabilizar a comercialização, que até então era realizada por atravessadores.

Paralelamente, como forma de se promover a sustentabilidade ambiental e econômica do empreendimento foram introduzidas novas técnicas e meios de produção, como estruturas de crescimento de ostras no manguezal. Foram também iniciados, pelo Instituto de Pesca e ONG Gaia Ambiental, os estudos sobre a viabilidade de construção de uma estação depuradora de moluscos e de monitoramento da qualidade sanitária da produção, por meio da realização de análises laboratoriais periódicas. Assim, optou-se inicialmente pela instalação de viveiros de engorda⁶ de ostras em áreas de mangue de alguns bairros da região, inclusive o Mandira, fato que propiciou dois resultados imediatos: as ostras extraídas do mangue e dispostas nos viveiros apresentavam melhor aparência (mais aplainadas e livres de resíduos), podendo alcançar preços mais elevados na comercialização, e permaneciam mais tempo em seu meio natural, possibilitando mais tempo para a reprodução. Paralelamente iniciou-se uma pesquisa para certificação sanitária da produção, acarretando na busca de recursos para implantação da estação depuradora, de acordo com as normas do Serviço de Inspeção Federal.

Em 2002, a comunidade Mandira foi reconhecida como remanescente de quilombo, tendo oficialmente área de 1.275,69 hectares, que se encontra sob a responsabilidade do Itesp para realização da ação discriminatória (ITESP, 2002).

Também em 2002, a comunidade em conjunto com outras Instituições conseguiu a aprovação de um projeto pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, via Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA⁷, com duração de 24 meses.

⁵ A COOPEROSTRA foi criada no contexto de dois projetos complementares, "Contribuição ao Ordenamento e Viabilização da Produção Comercial de Ostra do Mangue na Região Estuarino-lagunar de Cananéia", coordenado pelo Instituto de Pesca e "Projeto de Criação da Reserva Extrativista do Mandira", conduzido pelo Nupaub-USP e REMA, com a colaboração da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

⁶ Os viveiros de engorda são estruturas colocadas no mangue para o crescimento das ostras, após sua coleta no mangue com tamanho de 5 a 10 cm.

⁷ O PDA propõe melhorias por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a conservação dos

O projeto tinha como objetivo e metas a estruturação da Resex, neste momento oficialmente criada pelo MMA, mas que ainda não estava estruturada, nem possuía seu Plano de Manejo. A proposta visava a otimização das práticas conservacionistas nas áreas de ocorrência de manguezais, através da implantação de técnicas de manejo e beneficiamento da produção de *Crassostrea brasiliana* e a legalização de sua exploração através da obtenção de certificados e registros do SIF. Também estava incluída no projeto a promoção da qualidade de vida dos moradores, a promoção das expressões culturais locais e a proteção da Resex da exploração indiscriminada de seus recursos (MMA, 2006). Caracterizamos este projeto como agroecológico, considerando que consiste no manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Sendo uma Unidade de Uso Sustentável, a Resex necessitava de um Conselho Deliberativo, de acordo com SNUC (2000), que então foi formado. Seu detalhamento será realizado adiante.

Mesmo com a realização do projeto financiado pelo PDA, as práticas predatórias na Unidade continuaram e em 2005 uma pesquisa de levantamento dos estoques de ostras, realizada pelo Instituto de Pesca, demonstrou queda significativa na área da Reserva Extrativista do Mandira. O estoque estimado no final da década de 1990 (PEREIRA et al., 2000) teve redução de mais de 20% em 2005 (HENRIQUES et al., 2010). Estes resultados determinaram algumas medidas entre os extrativistas, como a extração de ostras no meio natural apenas com tamanhos entre 5 a 10 cm; as ostras imersas constituiriam bancos de reprodução perenes; o defeso anual, que é o período de proibição da retirada em meio natural, de dezembro a fevereiro, deveria ser respeitado e todos os produtores teriam que possuir viveiros de engorda. Também, a maior parte dos beneficiários da Resex concordou sobre as vantagens de não realizar a venda da ostra desmariscada e em caixas (com diversos tamanhos) para que diminuíssem as pressões sobre os estoques. Houve também concordância entre a maioria dos coletores da comercialização ser realizada pela COOPEROSTRA, dado que o fortalecimento desta cooperativa seria a garantia de remunerações mais justas (GARCIA, 2005).

Diante da situação, a comunidade considerou que a Resex ainda não estava totalmente estruturada, havendo a necessidade da elaboração do Plano de Manejo. Assim, em 2005, a REMA conseguiu a aprovação de um novo projeto junto ao PDA com duração de 36 meses, com o objetivo de elaboração do Plano de Manejo, estruturação da Resex, com ampliação na infraestrutura de produção, aumentando o número de viveiros de engorda e melhorias na estação de depuração, além da formação da população local para gestão sustentada e participativa da área e valorização da cultura quilombola.

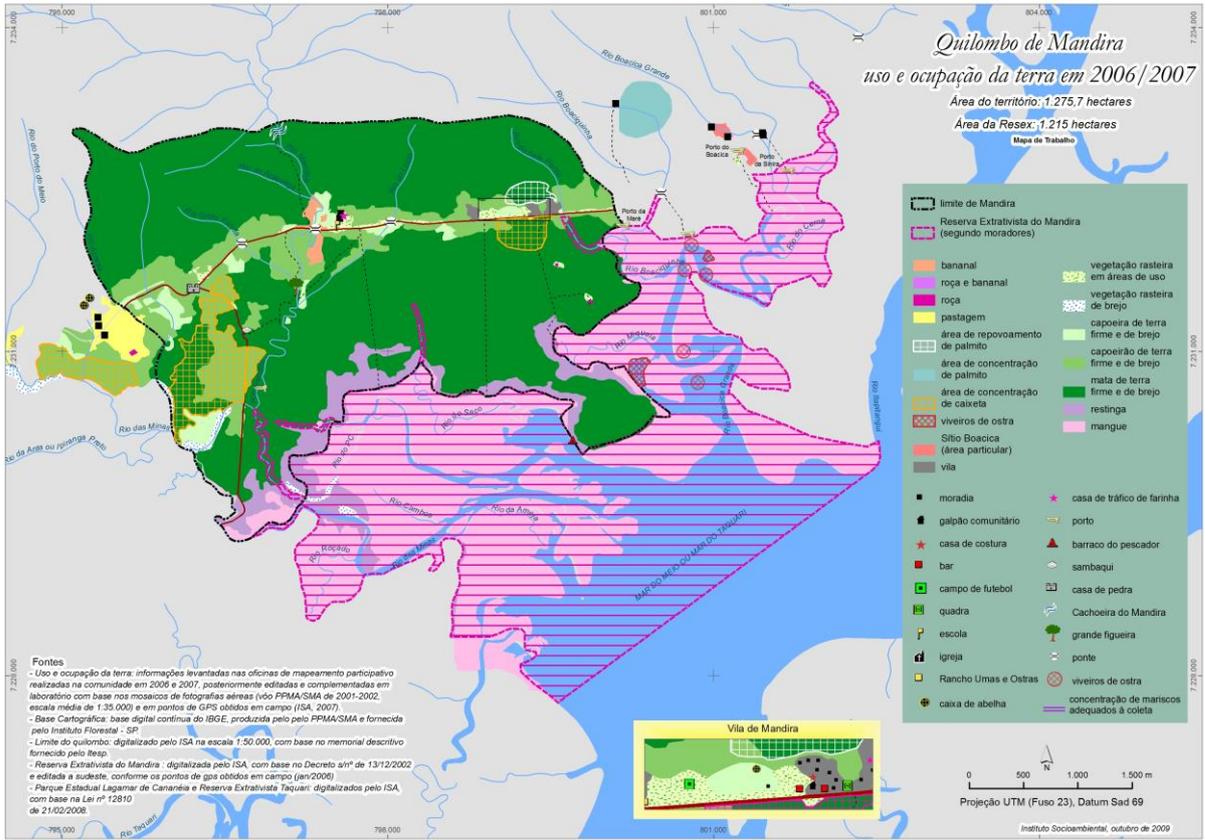
Com o desenvolvimento deste novo projeto, os estoques de ostras na área da Resex se recuperaram em menos de dois anos, havendo aumento de 70% nos estoques do recurso (MACHADO, 2009).

Segundo Cardoso (2008) essa situação determinou que os coletores não mais precisassem sair da área da Unidade para garantir a produção diária e que os trabalhos extrativistas da coleta da ostra no mangue para serem colocadas nos viveiros, restringiram-se há apenas quatro dias por semana, diminuindo a pressão sobre os estoques deste recurso.

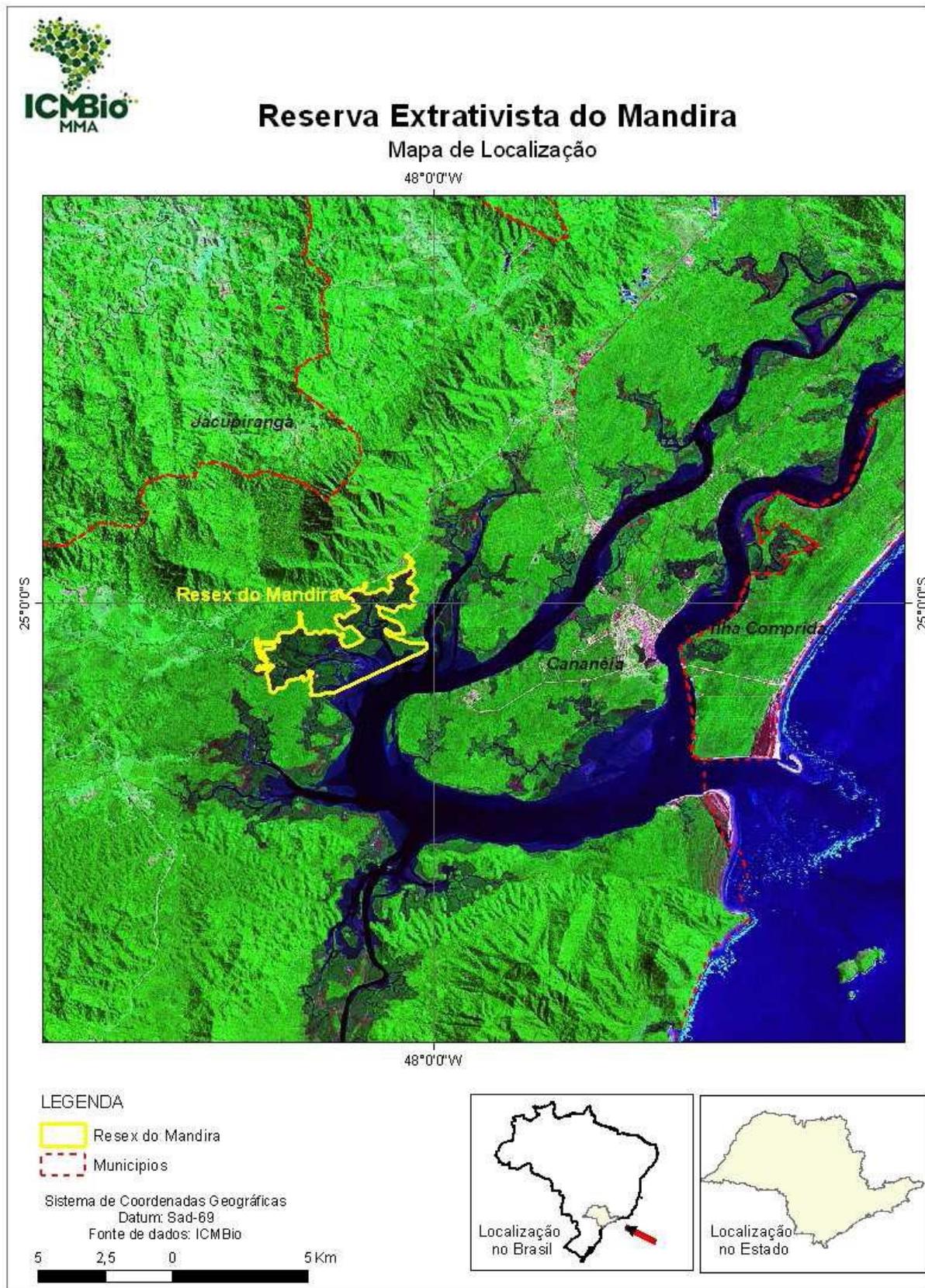
As duas fases dos Projetos que envolveram a criação da Resex do Mandira e ordenamento das atividades pesqueiras descritos acima, totalizaram montante em torno de R\$ 920.000,00.

Atualmente, da área reconhecida da comunidade, 98,63% representam alguma fisionomia vegetal - vegetação rasteira, capoeiras em diversos estágios, localizadas em brejo ou em terra firme, matas em brejo ou em terra firme, mangue e restinga ou corpos d'água. Com exceção das áreas de concentração de caixeta, que representam 5,66% da área, todos os demais usos praticados na área do quilombo não chegam a 1% da área. A maior parte dos usos dos moradores se dá ou fora dos limites atualmente reconhecidos do quilombo, como bananais, roças, pastagens ou no interior da Resex, onde se localizam os viveiros de ostra (SANTOS e TATTO, 2008).

Os mapas da comunidade e da Resex do Mandira, constam respectivamente, a seguir (Mapas 1 e 2).



Mapa 1 - Comunidade Mandira
 Fonte: Santos e Tatto, 2008.



Mapa 2 - Localização da Resex do Mandira
Fonte: ICMBio, 2010.

2.6.3.1 Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Mandira

No artigo 27 § 2º do SNUC (2000, p. 34) é estabelecido que “na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas será assegurada a ampla participação da população residente”. Este fato reflete que os beneficiários irão contribuir para a determinação das normas e regras estabelecidas para o uso da Unidade. Esta participação se dá através do Conselho Deliberativo.

Assim, entre 2002 e 2004 o IBAMA, na época responsável pela Resex do Mandira, realizou reuniões preparatórias com os moradores e entidades parceiras objetivando a criação do Conselho Deliberativo da Reserva. Em junho de 2004 foi elaborada uma primeira proposta para composição deste Conselho, sendo iniciado um processo de consulta formal às entidades selecionadas pelos atores para efetivar sua participação. Em setembro do mesmo ano a equipe técnica dos Projetos “Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros no Complexo Estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente” conduzido pelo Instituto de Pesca e “Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira”, tendo como proponente a REMA e ambos financiados também MMA, se incorporou ao processo de articulações entre a comunidade beneficiária da Reserva e seus parceiros, reforçando as discussões e ações para sua constituição, com indicação de dezessete Instituições para participar deste Conselho, sendo encaminhado um documento ao IBAMA (CARDOSO e NORDI, 2008).

Em 2005, este órgão indicou um técnico para assumir o primeiro cargo de chefia da Reserva, facilitando o processo de criação do Conselho, dado que a presidência deste Fórum é facultada a funcionários do órgão gestor, conforme a legislação vigente. Em fevereiro de 2005 foi realizada a reunião de posse do Conselho Deliberativo da Reserva do Mandira.

Desde então, o Conselho Deliberativo realizou e vem realizando reuniões e suas principais deliberações foram a redação e aprovação de seu regimento interno, a aprovação do Plano de Utilização da Reserva, a divulgação das restrições de usos na Resex a pescadores profissionais e amadores.

2.6.3.2 Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia – COOPEROSTRA

A COOPEROSTRA foi criada em 1997 com objetivo principal de viabilizar a organização para administrar uma estação depuradora de ostras que atendesse aos

interesses dos extrativistas de Cananéia, que nesta época somavam em torno de 130 pessoas, com filiação de 53 extrativistas (CAMPOLIM e MACHADO, 1998).

A COOPEROSTRA passou a funcionar efetivamente com o início da construção da estação depuradora, tendo como principal financiador o MMA.

Todo o aparato técnico para o funcionamento desta estação, segundo as normas do MAPA, foi coordenado pelo Instituto de Pesca, com mão-de-obra dos próprios cooperados, liderados pelos extrativistas do Mandira.

A estrutura da Cooperativa, estreitamente vinculada ao funcionamento da estação depuradora, é um complexo para depuração de moluscos com dois tanques, filtros e lâmpadas ultravioleta com capacidade para tratamento e beneficiamento de aproximadamente 50.000 dúzias de ostras por mês. Além desta, há infraestrutura de veículos, barcos e equipamentos de escritório.

Segundo Garcia (2005), após a inauguração da estação depuradora, em 1999, “a COOPEROSTRA, como um modelo legítimo de cooperativa de produção comunitária, teve seu início marcado por uma gerência profissional contratada, uma vez que não haviam cooperados capacitados para exercer esse tipo de trabalho”.

Entretanto, após o início da comercialização da produção, um dos primeiros “gerentes contratados foi agente causador de enorme impacto negativo, ocasionando suspeitas de desvio de recursos, as quais geraram processos judiciais”, levando a demissão por justa causa do mesmo. Este fato acarretou no descrédito de boa parte dos cooperados na capacidade da Cooperativa se concretizar enquanto instrumento para a promoção das atividades extrativistas (GARCIA, 2005).

Dessa forma, vários cooperados pararam de vender ostras à Cooperativa, causando impactos em sua capacidade de cumprir os compromissos assumidos com os clientes. Mesmo assim, a equipe técnica envolvida com o projeto apoiou os cooperados a procurar novas alternativas, realizando estudos de mercado, contratando consultores para capacitação gerencial da diretoria e encaminhando projetos para novos aportes financeiros (FEIJÓ, 1999).

Como resultado deste esforço, em 2001 houve um novo projeto, financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, com coordenação da Fundação Florestal e REMA, com enfoque à viabilização da COOPEROSTRA (GARCIA, 2005). Este financiamento contou com os objetivos de aperfeiçoamento do processo de gestão da Cooperativa; a ampliação da capacidade de manejo e estocagem da produção; ampliação e melhora do beneficiamento das ostras com reformas e

manutenção de equipamentos; o aumento da capacidade de distribuição através da compra de um veículo; início das vendas na cidade de São Paulo e divulgação da marca COOPEROSTRA (GARCIA, 2005).

Com a capacitação proporcionada por técnicos e consultores deste projeto, os cooperados passaram gradualmente a assumir o setor administrativo da Cooperativa (ICMBio, 2010).

Apesar da adesão de extrativistas, muitos ainda mantiveram sua comercialização a intermediários, mesmo sendo os preços mais baixos. Os motivos para a não adesão se deram pelo compromisso já assumido pelos extrativistas com os atravessadores e também pela desconfiança sobre a capacidade operacional, administrativa e financeira da COOPEROSTRA.

Posteriormente, a confiança dos coletores foi novamente abalada pelas dificuldades encontradas para expansão do mercado, apesar da elaboração de planos de negócios. Mesmo com todos estes problemas, a COOPEROSTRA se manteve em funcionamento, com comercialização para estabelecimentos no litoral de São Paulo, entre Peruíbe e Guarujá (GARCIA, 2005), com produção fornecida por cerca de vinte cooperados, sendo dezesseis de Mandira (CARDOSO, 2008).

2.6.3.3 Sistemas agroflorestais

Outra iniciativa que ocorreu na região de Cananéia foi o projeto proposto pela Organização Não-Governamental Programa da Terra Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural – PROTER, com sede em Registro/SP. A ONG desenvolveu um projeto de planejamento, implantação e manejo de sistemas agroflorestais e apoio à comercialização, financiado também pelo PDA em 2006.

Este sistema de produção possui a abordagem agroecológica e o caracterizamos como territorial por incluir abordagens endógenas e exógenas e possui uma perspectiva mais ampla, não atuando apenas com as técnicas de produção, mas envolvendo as famílias em todos os processos de desenvolvimento. Entre os participantes inclui-se moradores de Mandira, que aperfeiçoaram suas técnicas de manejo das áreas produtivas, em especial áreas de vegetação nativa que já utilizavam para coleta de recursos nativos, como palmito jussara.

Destaca-se no relatório do projeto (PROTER, 2011), o conceito de sistema agroflorestal, discutido entre os participantes:

No projeto, foi discutido entre os participantes, incluindo os de Mandira, o que queremos e como tentamos definir o que é um Sistema Agroflorestal – SAF: ‘para isso, queremos trabalhar dentro da perspectiva agroecológica, Sistemas Agroflorestais, como formas de agricultura que utilizam, em sucessão (arranjos sequencial), consórcios de espécies vegetais de ciclo curto, médio e longo, tanto herbáceas como lenhosas, buscando reproduzir a estrutura e a dinâmica sucessional da vegetação da região onde são instalados, proporcionando com isso, demandas humanas de modo sustentável ao longo do tempo.

Esse Projeto foi realizado no Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema/SP, com aproximadamente 800 famílias. Incluiu construção de viveiros para produção de mudas e capacitações para os agricultores, com recursos em torno de R\$ 490.000,00.

Considerando que os dois projetos descritos se inserem na proposta da agroecologia, mas que apenas um deles tem a ancoragem da abordagem territorial, trata-se de avaliá-los nessa perspectiva buscando verificar a sua real contribuição na implementação de Políticas Públicas para comunidades quilombolas.

Diversas pesquisas já foram realizadas nesta comunidade. A principal referência é o trabalho de Sales e Moreira (1996) relacionado à criação da Resex do Mandira; Garcia (2005) sobre a implantação da COOPEROSTRA; Campolim e Machado (1997) sobre extrativismo de *Crassostrea brasiliiana*; Machado (2009) sobre a sustentabilidade da exploração deste recurso, entre outros. A maior parte dos trabalhos desenvolvidos está relacionada ao manejo dos recursos na Resex ou à Cooperativa, não abordando a análise territorial na compreensão das atividades e ações na comunidade.

3 HIPÓTESE

Projetos agroecológicos que abrangem as diferentes perspectivas do território terão maiores chances de resultados efetivos para comunidades quilombolas. O território pode ser um importante instrumento de análise de projetos de agroecologia.

4 OBJETIVO

Avaliar, sob as diferentes perspectivas do território (sociocultural, econômico, político e ambiental), os projetos de agroecologia desenvolvidos na comunidade quilombola Mandira.

4.1 Objetivos específicos

Propor uma metodologia de avaliação de projetos de agroecologia sob a perspectiva territorial;

Avaliar sob as diferentes perspectivas do território os projetos de:

- Criação da Resex do Mandira;
- Ordenamento das atividades desenvolvidas na Resex;
- Implantação do Projeto de Sistemas Agroflorestais.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se um estudo de caso dos Projetos agroecológicos implantados na comunidade quilombola Mandira, localizada em Cananéia/SP.

Para Spínola (2005)

O estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. É entendido como um método de trabalho científico que envolve a análise, nesse caso de uma comunidade, de maneira mais completa e circunscrita possível. São usadas diferentes formas de obtenção de informações, como entrevistas, observação, visitas, documentos administrativos.

Esta escolha foi devido à realização de projetos citados anteriormente e objeto deste estudo, com a criação e estruturação da Resex, manejo de *Crassostrea brasiliiana*, e criação de uma Cooperativa para viabilizar a comercialização; e o projeto com implantação de sistemas agroflorestais. Este último está mais atrelado as questões territoriais e por este motivo, se insere nesta análise.

Além disso, a comunidade possui projetos de turismo étnico, produção e comercialização de artesanatos com recursos florestais e possui famílias que se dedicam a agricultura de subsistência, apresentado diversidade de atividades econômicas, que ampliam a discussão proposta neste trabalho com base no território.

As técnicas utilizadas para o levantamento dos dados foram qualitativas, com a organização e realização das entrevistas e diálogos após o conhecimento da comunidade.

5.1 Métodos utilizados

Análise dos projetos

A partir da escolha da comunidade, deu-se início à análise dos projetos existentes, identificando: público alvo; ações previstas; participação do grupo no projeto; duração e relação com outros projetos; apoio à manutenção das atividades existentes na comunidade; valorização e consideração das atividades locais; sistema de comercialização dos produtos e retorno econômico.

Na comunidade foram analisados os projetos com a criação e ordenamento das atividades na Resex e implantação de sistemas agroflorestais.

Para a coleta e análise de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas parcialmente estruturadas - em que alguns tópicos são fixados e outros redefinidos conforme o andamento da entrevista, história oral (VIERTLER, 1988), diálogos informais e análise documental dos projetos desenvolvidos. Optou-se pelo uso de entrevistas parcialmente estruturadas para permitir maior controle da situação pelo informante (VIERTLER, 1988), ficando mais livre para o diálogo. A história oral proporcionou a compreensão do histórico de intervenções das políticas públicas e dos agentes externos à comunidade, em especial no desenvolvimento dos projetos analisados. Para Viertler (1988) a partir desta técnica é possível constatar valores, expectativas, frustrações e ideais de vida face aos vários processos sociais vivenciados pelos informantes.

Em todas as etapas de coleta de dados optou-se pelo não uso de gravação, pois muitas pessoas da comunidade consideram este uso como invasivo, e poderia acabar interferindo negativamente na obtenção dos dados e na liberdade do informante. Esta constatação foi mais evidente quando os temas das conversas estavam relacionados ao manejo dos recursos e uso de áreas na Resex e fora da mesma, bem como aos problemas enfrentados durante a realização dos projetos.

As entrevistas foram realizadas com todas as famílias da comunidade, diretoria da Associação e da Cooperativa de produtores de ostra (COOPEROSTRA) e com algumas instituições que participam no desenvolvimento e na realização dos projetos, como o Instituto de Pesca, que atua principalmente no monitoramento dos

recursos marinhos. Houve a tentativa de realização de entrevistas com outras Instituições, em especial a ONG PROTER e ICMBio, porém, não houve retorno das Instituições às solicitações.

Ressalte-se que, os dados coletados não permitiram o aprofundamento da análise dos atores envolvidos e/ou mesmo a implementação e gestão dos Projetos, restringindo-se ao desenho dos mesmos.

Análise do uso do território

Paralelamente foram identificadas as formas de uso e ocupação do território e como se dá o trabalho nestas áreas: individual, familiar, comunitário; o tempo gasto nas atividades e o retorno econômico sejam em produtos obtidos ou renda.

Nesta fase, as técnicas utilizadas foram entrevistas parcialmente estruturadas; entrevistas não estruturadas; conversas informais; registro fotográfico e observação participante (VIERTLER, 1988).

A observação participante, de acordo com Bryun (1966, p.13) citado por Haguette (1987, p.70) pode ser entendida como

um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas. O tempo implica não que os observadores estejam participando do estudo, mas que eles estão participando nas atividades do grupo sendo observado.

Também foram levantadas as fontes de renda das famílias; o recebimento de benefícios, como bolsa família e aposentadoria. O sistema agroalimentar foi analisado por meio do Recordatório 24 horas e frequência de consumo. O Recordatório 24 horas consiste na obtenção de informações verbais sobre a ingestão alimentar das últimas 24 horas anteriores às consultas, com dados sobre os alimentos e bebidas consumidos. A frequência de consumo é um questionário composto por uma lista de alimentos e bebidas, apresentado ao indivíduo que deverá indicar aqueles de sua preferência e frequência de ingestão (HOLANDA e BARROS FILHO, 2006), com identificação da origem dos produtos.

O trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado em conjunto com a pesquisa de Andrea Yumi Kanikadan - "Projetos de desenvolvimento local em Paraty e Vale do Ribeira: impactos no bem-estar e na conservação da biodiversidade de comunidades

quilombolas”. A realização das atividades em conjunto facilitou o levantamento de dados, em especial as informações levantadas com as mulheres.

A primeira viagem a campo para a comunidade remanescente de quilombo Mandira ocorreu entre os dias 24 a 27/02/2011. Esta viagem foi realizada com um grupo de quatro pesquisadores e pudemos conhecer os viveiros de engorda de *Crassostrea brasiliiana* e como se dá o manejo de ostras nativas. Também, foi possível visitar outras áreas, utilizadas principalmente nas atividades de turismo, como a cachoeira do Mandira, Casa de pedra e conhecer um pouco da história contada pelo guia da comunidade. Aproveitamos na oportunidade para conversar com o Presidente da Associação sobre a possibilidade de realização das pesquisas de doutorado.

A segunda viagem ocorreu entre os dias 01 a 04/04/2011. Nestes dias, conhecemos algumas famílias da comunidade, e neste momento explicamos os objetivos da realização da pesquisa e as técnicas utilizadas para coleta de dados. Também registramos as atividades desenvolvidas pelas mesmas e acompanhamos o manejo de ostras no viveiro com as famílias.

A terceira viagem ocorreu entre os dias 27 a 29/05/2011 com apresentação dos projetos de doutorado na reunião do Conselho da Reserva Extrativista e aprovação dos mesmos por este. Também conhecemos outras famílias da comunidade, com realização de conversa com explicação dos objetivos da pesquisa e as técnicas para coleta dos dados.

A quarta viagem se deu entre os dias 21 a 27/07/2011, com visita as famílias, mapeamento das casas e moradores e realização de uma reunião com o gestor da Resex na cidade de Registro/SP, compreendendo um pouco mais os trabalhos desenvolvidos e iniciando a formalização dos projetos no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO.

A quinta viagem foi entre os dias 15 a 18/09/2011, com nova apresentação dos projetos de doutorado, de forma detalhada para o Conselho da Resex. Participamos do “Terço cantado”, uma manifestação religiosa objeto de um documentário realizado na comunidade. Conhecemos novas famílias, com a explicação dos nossos projetos para as mesmas. Tivemos a oportunidade de acompanhar a realização de uma trilha utilizada pelos moradores, com um arqueólogo desenvolvendo pesquisa sobre o uso do território.

A sexta viagem foi entre os dias 08 a 13/10/2011, com realização de entrevistas com as famílias e entrevista com o responsável pelo Instituto de Pesca, conhecendo o trabalho do órgão e o monitoramento do uso de recursos pesqueiros desenvolvido.

A sétima viagem ocorreu entre os dias 13 a 16/01/2012, com realização de entrevistas com os moradores e entrevista com o Presidente da Associação sobre as atividades e projetos desenvolvidos.

A oitava viagem a campo ocorreu entre os dias 23 a 27/03/2012, realizando observação participante em atividades de pesca de camarão, coleta de ostras no mangue, visita às áreas de coleta de ostras e pesca na e fora da Resex, em áreas citadas no plano de manejo (Tumba, Retiro, Guarapari, Marujá, Ilha da Casca e Taquari), bem como os limites da Resex. Também foi observado o manejo de áreas para plantio de feijão por uma família e roças de mandioca e arroz e uma área com início de plantio de palmito pupunha, em sistema agroflorestal. Esta última está vinculada a um projeto financiado pela Petrobrás através da Rede Cananéia. Também foram realizadas conversas informais com as famílias e observação das atividades de comercialização de produtos agroecológicos na feira realizada na cidade de Cananéia/SP, em que as famílias da comunidade participam.

A nona viagem ocorreu entre os dias 23 a 27 de julho de 2012. Foram realizadas entrevistas sobre hábitos alimentares, visita às roças tradicionais e observação participante.

A décima viagem ocorreu entre os dias 02 a 05 de setembro de 2013, com observação participante nas atividades de manejo de ostra, sistemas agroflorestais e roças tradicionais.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Caracterização da comunidade

A população da comunidade Mandira pode ser observada no Gráfico 1. Atualmente a comunidade é constituída por 18 famílias com 64 pessoas. Na realização do plano de manejo da Resex em 2002, a comunidade contava com 22 famílias, com 82 pessoas. Esta redução é citada pelos moradores, como membros de suas famílias que deixaram a comunidade para residirem em outros locais, principalmente em busca de trabalho assalariado.

A faixa etária da comunidade atualmente é composta por 54% dos moradores com idade entre 21 e 60 anos, que corresponde ao maior período dedicado ao trabalho. Da população 48% são do sexo masculino e 52% do sexo feminino. Machado et al. (2010) em estudo em Mandira identificaram que a faixa etária predominante estava entre 30 e 50 anos, o que foi observado também por Monteles et al. (2009) ao estudar marisqueiros no estado do Maranhão, identificando que 30% da população tinha entre 41 e 50 anos.

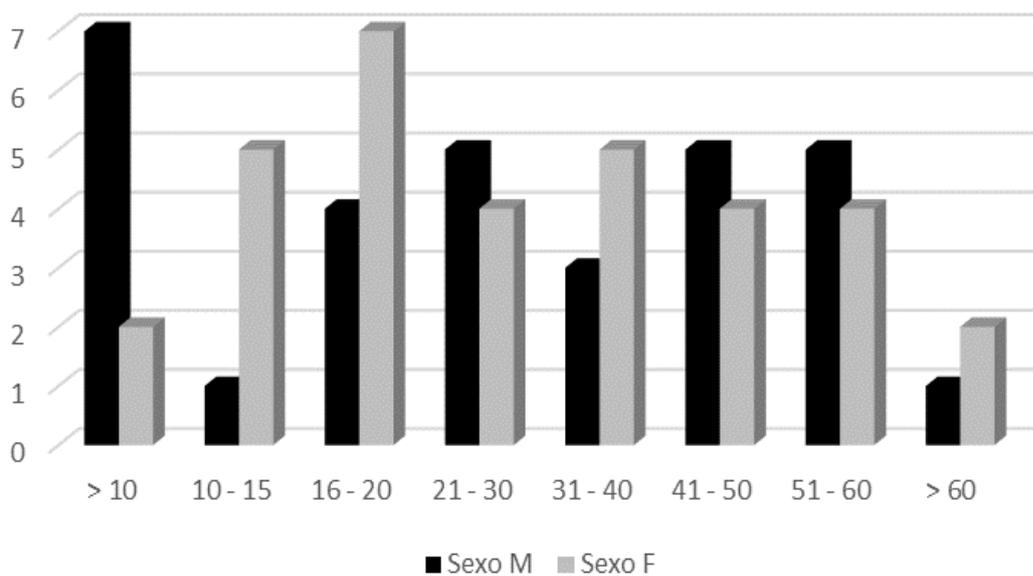


Gráfico 1 - Faixa etária da comunidade de Mandira

Aproximadamente 34% da população concluiu o 2º grau ou está cursando, conforme observado no Gráfico 2. Neste último caso, são principalmente os jovens que terminam seus estudos na Escola de Porto Cubatão, distante aproximadamente 20 km de Mandira, pois na comunidade a escola possui apenas até a 4ª série. No levantamento realizado por Machado et al. (2010), 14,5% dos entrevistados cursaram até o ensino médio, mas a maioria (65%) só cursou até a 4ª série do ensino fundamental, caracterizando a baixa escolaridade dos extrativistas. Segundo os autores, os grupos do Itapitangui e Mandira apresentaram as maiores percentagens de extrativistas que cursam ou cursaram o 2º grau em Cananeia/SP. Atualmente verifica-se que 50% da comunidade cursou ou está cursando séries posteriores ao ensino fundamental, indicando maior escolaridade.

Em todas as casas da comunidade há energia elétrica e coleta de lixo. Até o ano de 2012 todas as casas possuíam fossa negra. Neste ano deu-se início à

instalação de fossas sépticas biodigestoras em 6 residências, através de projeto da Fundação Nacional de Saúde.

As instalações de uso público existentes na comunidade são uma escola de ensino básico, uma capela, uma praça, uma quadra de esportes, um campo de futebol, uma sede para a Associação, com salão, cozinha e sanitários e um galpão, que é equipado com máquinas de costura, onde algumas mulheres dedicam-se à confecção de artes manuais e artesanatos. A comunidade ainda aponta a falta de telefones públicos e de posto de saúde comunitário, itens já citados na realização do Plano de Manejo em 2002.

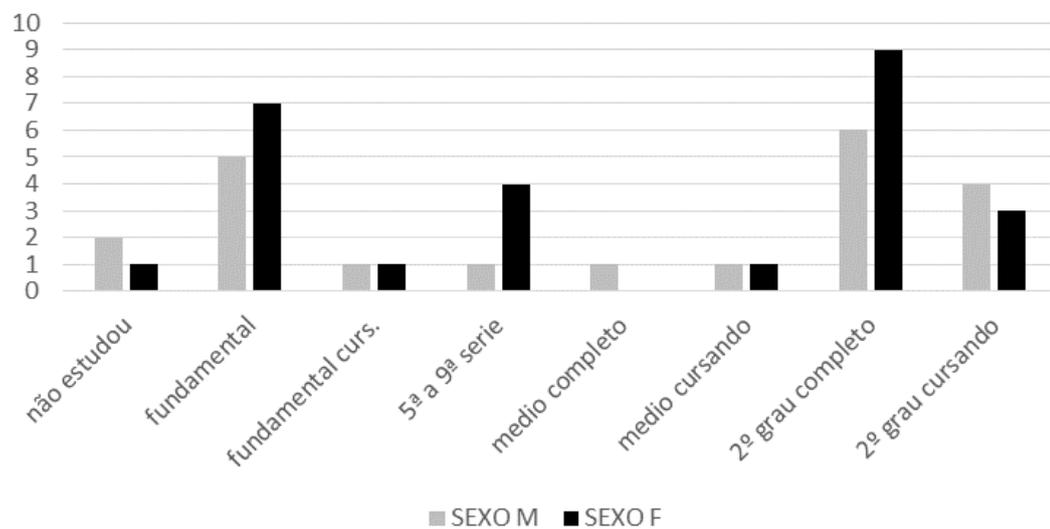


Gráfico 2 - Escolaridade dos membros da comunidade Mandira

Dentre as atividades econômicas, destaca-se o cultivo de ostras para venda, apontado por 13 famílias, a coleta de caranguejo-uçá por 6 famílias, e a agricultura, por 3 famílias, como observado no Gráfico 3, porém as famílias usam e cultivam outros recursos, seja para consumo ou para comercialização, sendo um complemento da renda. A obtenção de madeira, sementes e cipós se dá por poucas famílias, principalmente para confecção de artesanato. A caça é realizada esporadicamente, principalmente pelos mais jovens e se dá apenas para consumo. A pesca é para autoconsumo, ocorrendo a venda esporádica por apenas duas famílias. A coleta da planta cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*) ocorre com a obtenção das folhas para preparo de bebidas, que são consumidas e comercializadas localmente.

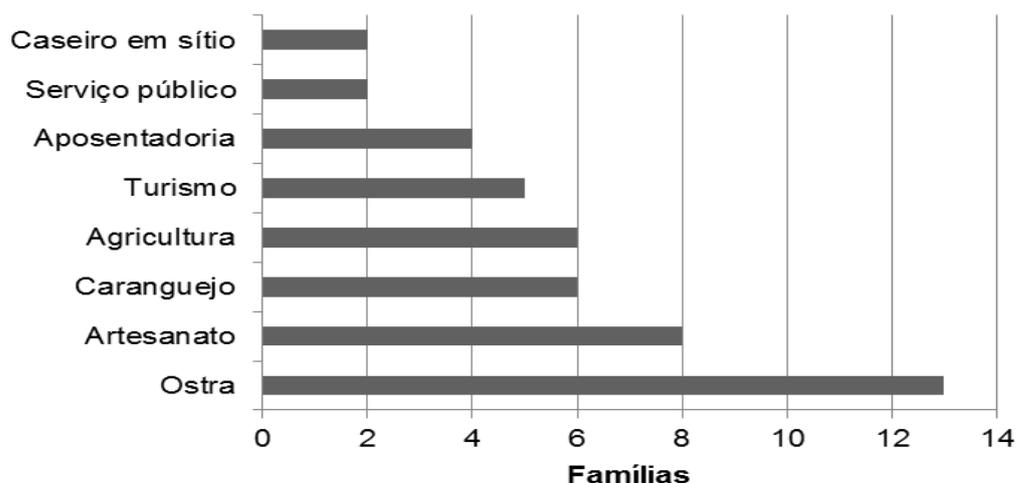


Gráfico 3 - Fontes de renda na comunidade

O número de dias trabalhados pelas famílias é apresentado no Gráfico 4. Machado et al. (2010) em estudo em Mandira, observaram a predominância masculina nas atividades econômicas (78,6%), valor próximo ao encontrado por Garcia (2005), que mostrou a pequena inclusão da mulher nas atividades de manejo de recursos marinhos.

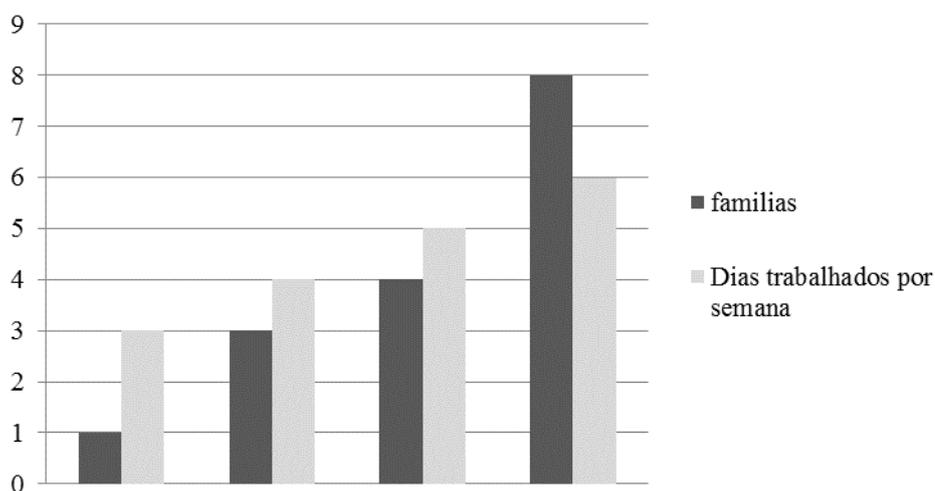


Gráfico 4 - Dias trabalhados pelas famílias

Normalmente as famílias desenvolvem mais de uma atividade e os dados apresentados referem-se à atividade econômica principal – cultivo de *Crassostrea brasiliiana*, coleta de caranguejo-uçá ou agricultura. Isto evidencia a consolidação das atividades na Resex para a formação da renda familiar. Em comparação com as atividades realizadas durante a elaboração do Plano de manejo, é interessante

destacar o aumento no número de aposentados (de 3 para 4) e de pessoas com trabalhos fora da comunidade ou como caseiro de sítios próximos a comunidade (de 1 para 4). Este fato reflete que mesmo com os projetos desenvolvidos na comunidade, buscando melhoria na qualidade de vida das famílias, ainda há preferência para trabalhos assalariados, comparativamente ao manejo dos recursos naturais existentes.

O artesanato e o turismo, mesmo realizado por muitas famílias, por ser esporádico, contribui pouco para a renda familiar. Segundo Machado et al. (2010) a comunidade de Mandira apresentou na época de seu estudo, maior diversidade de opções relativas à composição da renda entre os extrativistas de Cananéia/SP, mas Cardoso (2008) observou especificamente para Mandira, um declínio no número de fontes complementares de renda ao longo do tempo, com maior especialização e dedicação a uma atividade.

A renda familiar média das famílias varia de 1 a 2 salários por mês, como apresentado no Gráfico 5. Há variação entre os meses, em especial no período de verão, em que há maior comercialização de *Crassostrea brasiliiana*, porém, no período de inverno, com menor comercialização, a renda é menor, estando estes valores como renda média. No estudo realizado por Machado et al. (2010), cerca de 50% dos extrativistas de Cananéia obtiveram a remuneração mensal estimada de 1 a 2 salários mínimos. Neste estudo, o grupo ao qual pôde ser atribuída a melhor remuneração mensal foi Mandira, pois 45% dos extrativistas receberam valores acima de 2 salários mínimos e 15% receberam acima de 4 salários mínimos. Tal fato, de acordo com Machado et al. (2010) estava relacionado ao maior recebimento pelo produto quando comercializado pela COOPEROSTRA, considerando que a maior parte dos cooperados, são da comunidade e também pelo uso da técnica de engorda da ostra. É interessante ressaltar que neste estudo de Machado et al. (2010) foi verificado que os extrativistas de Porto Cubatão, que apresentaram a pior remuneração, trabalhavam apenas com o extrativismo da ostra e apenas 3,3% destes realizavam a engorda, evidenciando o maior retorno econômico com o uso desta prática. Na época deste estudo, a Cooperativa pagava os maiores valores pela ostra e 70% dos mandiranos comercializavam através da cooperativa. Porém, Garcia (2005) ressaltou que a entrega de produto à COOPEROSTRA não era realizada de forma equitativa entre os produtores, ocorrendo preferências pelo

recebimento de maiores quantidades de ostras de determinadas famílias, em detrimento de outras, o que fragilizou a confiança dos moradores na cooperativa.

O recebimento de benefícios consiste em bolsa escola, aposentadoria e seguro defesa, tanto de ostra quanto da pesca de bagre, como verificado no Gráfico 6. Cardoso (2008) registrou um elevado número de beneficiados de programas assistencialistas do governo, Bolsa Família e Renda Cidadã (38%) em Mandira. Atualmente sabe-se que algumas famílias de Mandira são beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde. Este foi lançado em 2011, através da Lei nº 12.512 e concede a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Mesmo tendo sido lançado em 2011, em Mandira este recebimento foi obtido apenas no final do ano de 2013, quando a coleta de dados desta pesquisa já havia sido concluída.

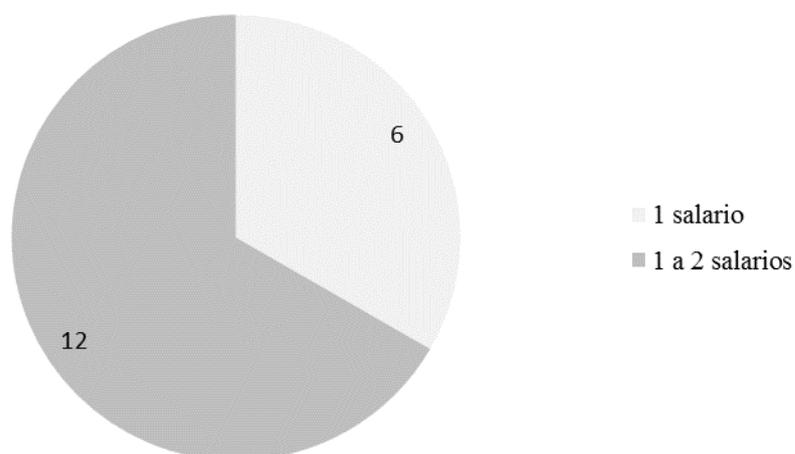


Gráfico 5 - Renda média mensal das famílias

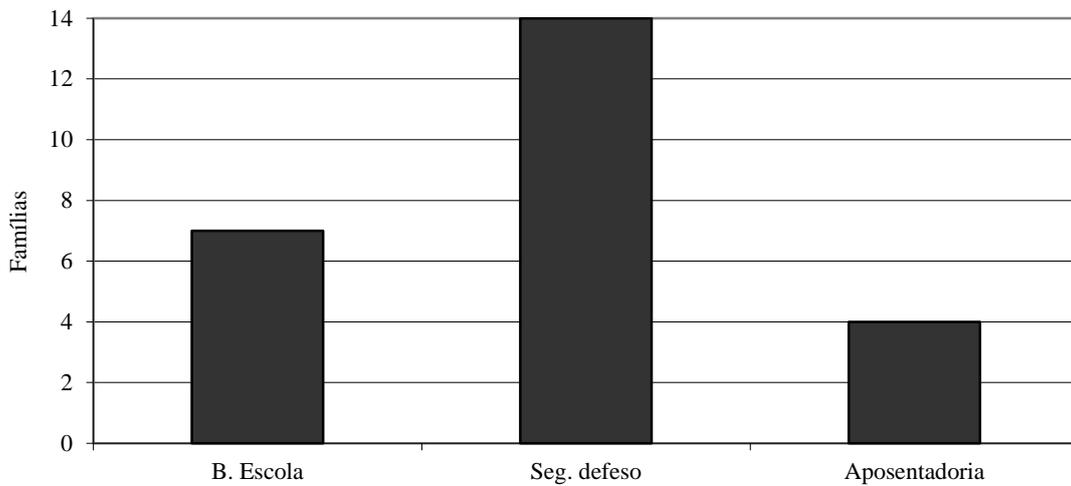


Gráfico 6 - Recebimento de benefícios

6.2 Análise Territorial dos Projetos

6.2.1 Projeto de Criação da Resex e ordenamento das atividades

6.2.1.1 Perspectiva Econômica

As famílias de Mandira fazem uso de diversos recursos, como verificado no Gráfico 7, tanto para geração de renda, quanto para consumo, sendo os principais produtos comercializados a ostra e o caranguejo-uçá. A pesca tem a finalidade de autoconsumo e seu uso não é frequente entre todas as famílias. Para Gimenez (2000) é por meio dos usos e práticas realizadas pelas comunidades que se configura a dimensão econômica do território, sendo uma fonte de recursos e meio de subsistência (GIMENEZ, 2000).

Com o manejo de ostra realizado em viveiros, a criação da Resex e a fundação da COOPEROSTRA, a remuneração com esta atividade foi maior e a técnica de engorda tornou-se mais interessante, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental, comparativamente ao extrativismo.

O valor pago é de R\$4,00 a R\$5,00 a dúzia de ostra, variando em função de seu tamanho. A comercialização dos recursos marinhos, como observado no Gráfico 8, se dá pela COOPEROSTRA e para atravessadores. Neste último caso, as famílias relataram que no início das atividades exercidas pela Cooperativa, houve problemas financeiros, acarretando em atrasos nos pagamentos, o que motivou seu desligamento. Segundo os entrevistados, este atraso tem ocorrido atualmente e assim, preferem vender para atravessadores, considerando que o preço pago por

estes é o mesmo que o valor pago pela Cooperativa e o pagamento se dá no momento da entrega dos produtos. A COOPEROSTRA vem realizando seus pagamentos após 15 ou 20 dias da entrega dos produtos, segundo informação dos moradores. Assim, os mesmos preferem comercializar com atravessadores por ter garantido o escoamento e recebimento pelo produto.

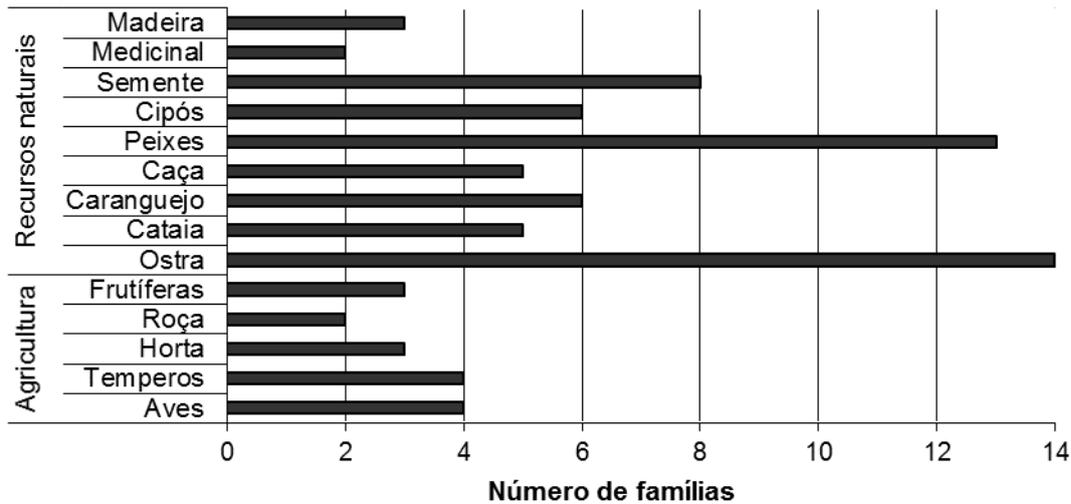


Gráfico 7 - Produção e uso de recursos naturais entre as famílias que trabalham com recursos marinhos

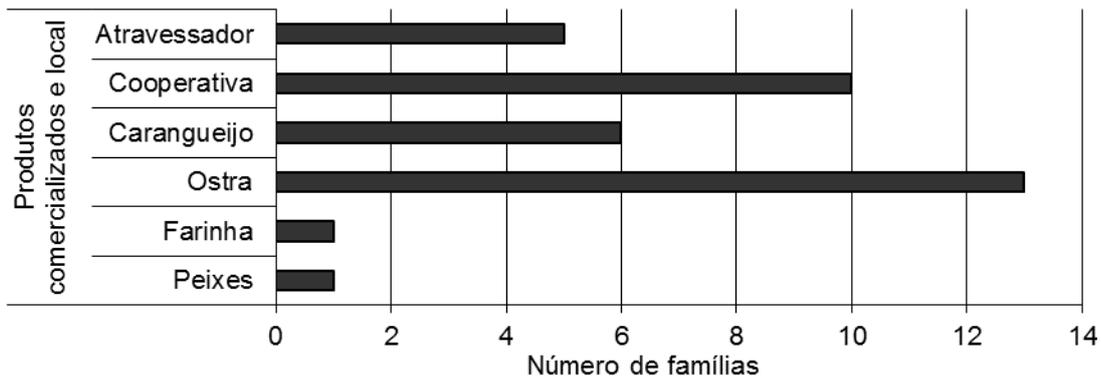


Gráfico 8 - Produtos comercializados e forma de comercialização pelas famílias que trabalham com recursos marinhos

Segundo Cardoso (2008) a COOPEROSTRA possuía cerca de 120 clientes que absorviam sua produção, sendo os do litoral paulista responsáveis pela aquisição de 82% da produção e os do município de São Paulo pela aquisição de 18%, no ano de 2007. Atualmente, a Cooperativa realiza a entrega das ostras duas vezes por semana na cidade de São Paulo e em todo litoral paulista.

A fundação da Cooperativa favoreceu a comercialização da ostra, agregando valor ao produto. Porém, inicialmente como a comunidade não estava capacitada para o trabalho administrativo, houve a contratação de funcionários, o que acarretou nos problemas citados anteriormente. Mesmo sendo alvo dos projetos desenvolvidos, a Cooperativa continua com problemas financeiros e processos trabalhistas dos antigos funcionários contratados no início das atividades e que ainda não foram resolvidos.

Segundo Gehen (2004) Políticas Públicas têm sido implementadas com o estímulo à criação de cooperativas, na expectativa de que esta ação irá resolver os problemas de geração de renda de comunidades culturalmente diferenciadas. Porém nem sempre superam os problemas existentes, pois estes grupos são portadores de racionalidades centradas em valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e nas relações sociais e com o meio natural, priorizando valores de convívio em detrimento de competitividade econômica. Assim, estes fatores podem ser o motivo para a pouca participação das famílias na gestão da COOPEROSTRA, principalmente após os problemas financeiros.

Nos meses de dezembro a fevereiro as famílias recebem o seguro-defeso, como observado no Gráfico 6 e vendem apenas as ostras que estão nos viveiros. Esse fato garante o cumprimento das normas de proibição de coleta de ostras no período reprodutivo, contribuindo para a manutenção dos estoques naturais e garantindo renda às famílias.

Com a análise das atas de reuniões do processo de elaboração do Plano de Manejo da Resex, em 2005 foi determinado que o cenário ideal da Unidade era que cada família possuísse a quantidade de 20 viveiros, obtendo com este montante retorno econômico e sustentabilidade na atividade. O número atual de viveiros por família está abaixo desse valor, com apenas 4 famílias possuindo mais de 15 viveiros, como observado no Gráfico 9. Nesses locais, o tempo para a engorda da ostra, permite que haja a reprodução, contribuindo para a manutenção dos bancos naturais e o maior número de viveiros pode contribuir para esse processo, além de gerar mais renda às famílias. A diversificação de atividades pode também contribuir para a geração de renda, sem comprometer os estoques naturais.

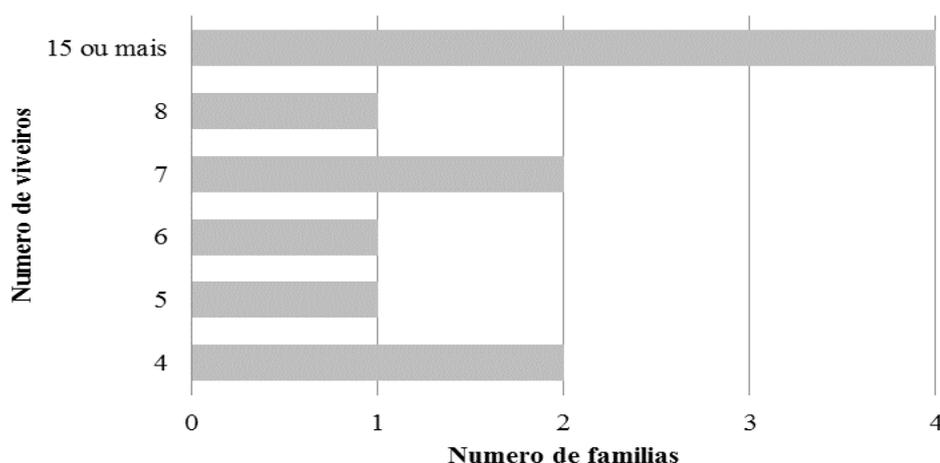


Gráfico 9 - Número de viveiros por família

O projeto de manejo de recursos pesqueiros tem seu principal foco o manejo de ostra, buscando a racionalização por meio da engorda em viveiros. Este maior incentivo acabou por promover a especialização na geração da renda familiar, considerando que as famílias que trabalham com essa atividade, dedicam-se exclusivamente a ela e apresentam menor diversidade de atividades econômicas, não explorando as outras oportunidades que existem ou podem existir no território, estando mais dependentes deste recurso.

Em trabalho com cultivo de ostras, Henriques et al. (2010) verificaram que economicamente o cultivo de engorda apresentava maior viabilidade econômica que outras formas de cultivo, na região de Cananéia/SP. Porém, já existem outras técnicas que apresentam crescimento mais rápido, como a produção em lanternas⁸ na fase inicial do cultivo, com menor período para comercialização (GALVÃO et al., 2009), porém, em Mandira, não há o uso dessas estruturas.

Com relação ao caranguejo-uçá, atualmente seis famílias realizam sua comercialização periodicamente e as demais realizam a exploração no período de “andada”⁹, tanto para consumo, quanto para comercialização esporádica. Entre as famílias que comercializam rotineiramente, a quantidade extraída é de 65 a 85 dúzias por semana, segundo as entrevistas realizadas. De acordo com o Plano de Manejo, no ano de 2007, o extrativismo desta espécie estava em torno de 500

⁸ Neste tipo de cultivo as ostras ficam dispostas verticalmente em uma espécie de gaiola e são empregados em locais com profundidade de até 3 metros.

⁹ O período de andada é aquele em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos.

dúzias por semana, o que foi considerado sustentável. Em 2008, doze pessoas em Mandira dependiam primordialmente da exploração comercial do caranguejo-uçá para seu sustento econômico e três tinham nesta atividade sua segunda fonte de renda (ICMBio, 2010). A redução de moradores dedicados à atividade e a menor quantidade extraída do recurso, podem estar relacionadas à maior dedicação e importância do cultivo de ostras para a geração de renda.

A venda de caranguejo-uçá é realizada principalmente para atravessadores e em menor quantidade para COOPEROSTRA.

No que diz respeito ao aspecto econômico, o projeto de criação da Resex e ordenamento das atividades promoveu melhorias para as famílias, obtendo melhor remuneração pelos produtos do extrativismo.

6.2.1.2 Perspectiva Ambiental

O manejo de ostras se caracteriza pela coleta mangue, com tamanhos entre 5 e 10 cm que posteriormente são colocadas nos viveiros de engorda. Nesse local, o tempo para comercialização varia de acordo com o seu crescimento, pois seu preço aumenta conforme o seu tamanho, estando apta para venda em torno de 6 a 8 meses.

As ostras que estão imersas permanentemente devem ser deixadas no mangue para que constituam bancos de reprodução perenes. Também há o defeso anual da ostra, período em que não é permitida a coleta no meio natural, que deve ser respeitado de dezembro a fevereiro. Neste período é permitida apenas comercialização das ostras que estão nos viveiros de engorda.

Com relação às práticas de manejo de recursos naturais dentro da Resex, nota-se que os moradores têm conhecimento sobre as restrições e possibilidades de uso, em especial às normas para manejo de ostra; porém há relatos de moradores que coletam indivíduos da espécie em tamanhos não permitidos pelo plano de manejo (abaixo de 5 cm e acima de 10 cm). Esse caso está relacionado à comercialização da ostra desmariscada para atravessadores e foi relatado apenas em uma família.

A quantidade extraída pode ser observada no Gráfico 10 e varia de acordo com as famílias e o tipo de trabalho, se é individual ou familiar. A principal forma de produção se dá por meio do cultivo em viveiros. Quando os extrativistas encontram

ostras maiores que 10 cm no meio natural e que não estejam imersas permanentemente, realizam a coleta e vendem direto, sem necessidade de engorda.

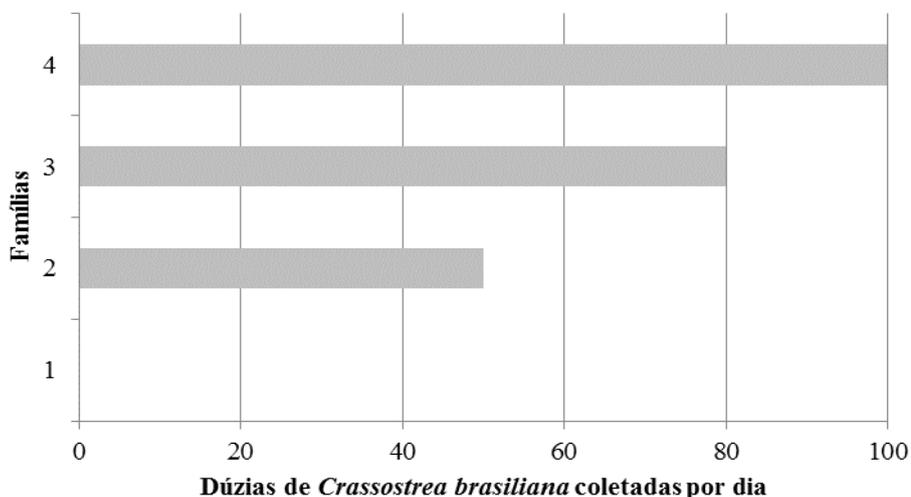


Gráfico 10 - Quantidade de *Crassostrea brasiliana* coletada pelas famílias

Em 2010 a produção de ostras em Mandira ficou em torno de 90.000 dúzias ao ano, de acordo com os dados do Instituto de Pesca. Este valor está abaixo dos dados citados em outras pesquisas na área em períodos anteriores à criação da Resex e a realização do Plano de Manejo, que alcançaram 150.000 dúzias ao ano na década de 1990.

Mesmo estando abaixo da capacidade de extração, como citado pelo Instituto de Pesca, as entrevistas e a observação das atividades dos moradores indicam que a quantidade de ostra a ser retirada dos mangues não é abundante, havendo necessidade de coleta do recurso em áreas fora da Resex. Segundo as famílias, a área da Unidade é pequena e nos últimos anos há mais pessoas se dedicando a esta atividade. Fato importante a ser destacado durante a realização do Plano de Manejo em 2005 é que a área definida como reserva foi considerada pelos técnicos que atuaram no projeto, insuficiente para a manutenção de qualidade de vida da população tradicional e consideraram importante a criação de outras Reservas com a mesma finalidade. Segundo relato de alguns moradores, em 2010 ocorreu a coleta de ostras matrizes, na área da Barra do Mandira, local em que, de acordo com o Plano de Manejo, não é permitida a realização da atividade, considerando que estas ostras são bancos naturais. Tal coleta pode ter causado a redução dos estoques de ostras nos anos posteriores, segundo os moradores. Vale citar que a percepção da

comunidade sobre os estoques de recursos é uma das metodologias citadas no Plano de Manejo para a quantificação do estoque na área da Resex.

O fato da área ser pequena juntamente com a redução dos estoques pode ser atribuído à causa da redução de moradores dedicados a esta atividade em Mandira, buscando trabalhos assalariados. Nos últimos anos, o número de extrativistas de ostras em Cananéia tem aumentado como pode ser observado no Gráfico 11, de acordo com dados do Instituto de Pesca.

Na perspectiva de Garcia (1976, p.41), o território deve ser suficientemente flexível para servir de substrato às novas situações de mudanças, para não colocar a comunidade em uma situação reduzida de possibilidades de atividades. O ideal é que o território permita várias possibilidades de uso. Como este projeto teve seu foco voltado para o manejo da ostra e do caranguejo, houve maior dependência desses recursos para a geração de renda, o que pode estar acarretando, maior exploração. Para Farjado (2010) o caráter econômico acaba direcionando a produção do território e em uma economia globalizada o mercado externo passa a contribuir para as transformações territoriais, orientando as suas modificações. Em Mandira, o recorte econômico direcionou e parece ainda direcionar a exploração e o uso do território: historicamente com a agricultura, depois com os ciclos de exploração florestal e finalmente com a ostra, com relatos da redução de seu estoque, mesmo após a implantação de projetos buscando a sustentabilidade.

De acordo com o Plano de Manejo, o cenário ideal para a Resex seria a maioria dos coletores trabalhando com o sistema de viveiros de engorda de ostras, expandindo gradualmente sua quantidade e mantendo o número de quatro dias de extração do seu meio natural. Segundo Cardoso (2008) após a criação da Resex, os coletores não mais precisaram sair da área da Unidade para garantir a produção diária e os trabalhos extrativistas de coleta no mangue foram reduzidos para quatro dias por semana, diminuindo a pressão sobre os estoques deste recurso. Atualmente, todos os moradores trabalham com viveiros e como observado no Gráfico 4, algumas famílias realizam a extração de ostras no meio natural por 5 dias na semana, o que pode também contribuir com o aumento na exploração do recurso. Nota-se que a quantidade extraída de ostras em Mandira aumentou na última década, conforme o Gráfico 11, até o ano de 2010, sendo que, de acordo com levantamento realizado, houve redução na quantidade no último ano, que é o

mesmo período citado pelos moradores como o início da redução dos estoques no meio natural.

Antes da criação da Resex, a comunidade utilizava diversas áreas para a coleta de ostras, como a Ilha do Tumba, a Ilha do Cardoso, Ariri, Ilha da Casca, sendo o conjunto dessas áreas maior para o extrativismo. A área da Resex de 1.177,8 hectares, inicialmente tinha previsão para ser maior, e devido a questões de desapropriação, evitando a demora da criação da Unidade, foi definida apenas em área de marina. Após sua criação, os extrativistas não podem mais retirar ostras de outras áreas como anteriormente, o que pode contribuir para a exploração mais intensiva na área da Unidade.

De acordo com levantamento do Instituto de Pesca, não há em Mandira comercialização de ostras desmariscadas, sendo este produto ilegal, em função de questões sanitárias, como observado no Gráfico 12; porém houve a identificação de uma família realizando esta prática.

A evolução da quantidade de ostras extraídas no litoral sul e em Mandira pode ser observada no Gráfico 13, de acordo com o Instituto de Pesca.

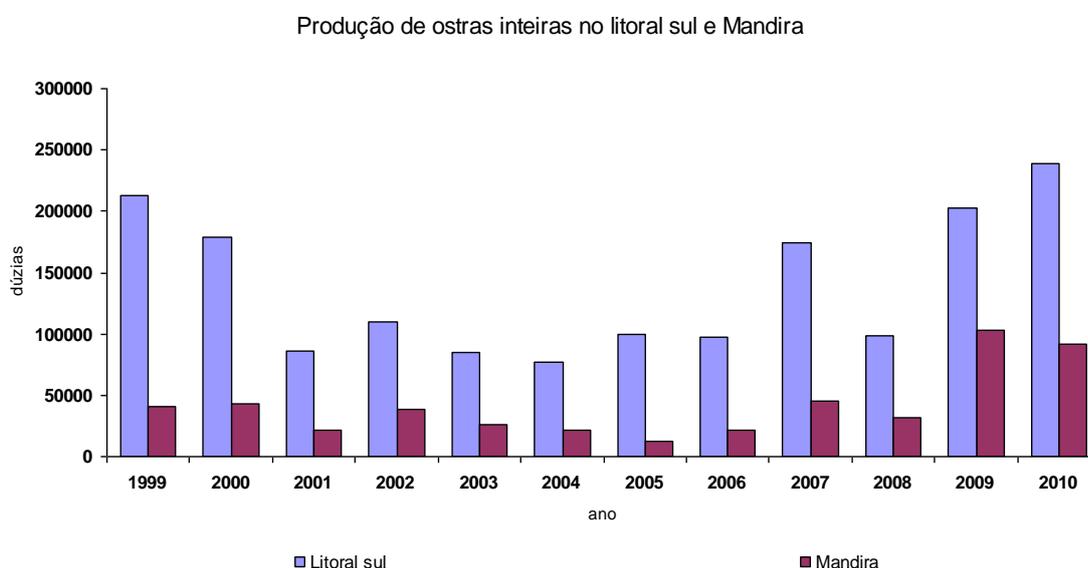


Gráfico 11 - Evolução na produção de ostras
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

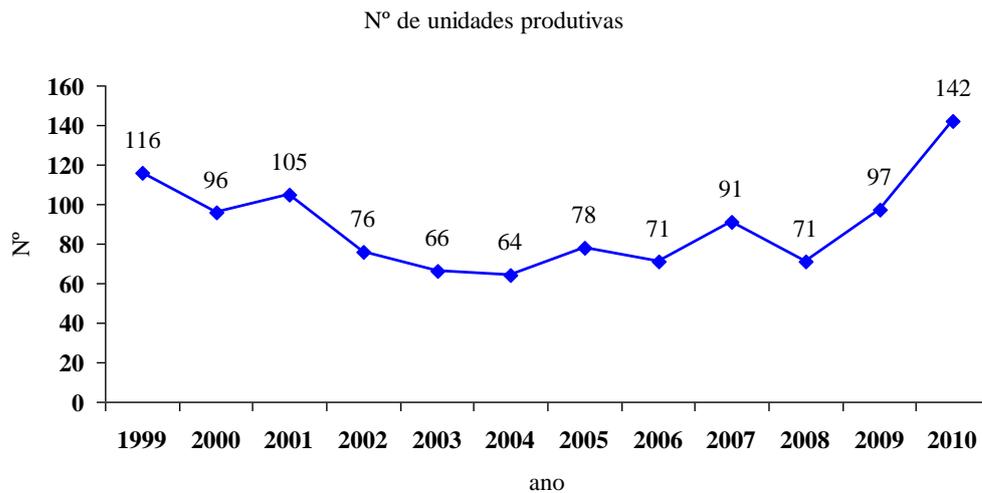


Gráfico 12 - Evolução no número de extrativistas de ostras em Cananéia
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

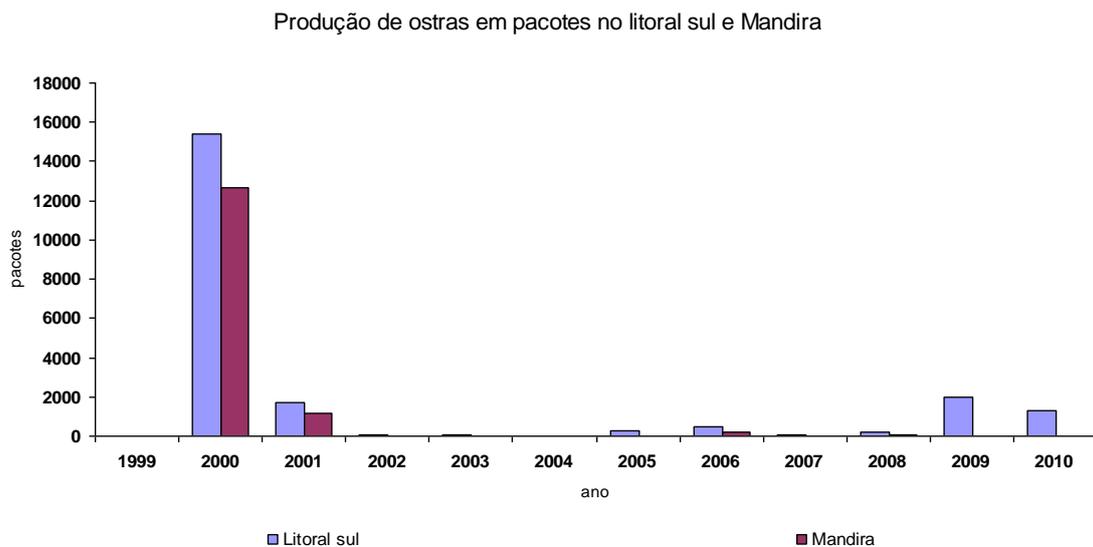


Gráfico 13 - Produção de ostras desmariscadas
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

De acordo com o Instituto de Pesca, como observado no Gráfico 14, a captura por unidade de esforço¹⁰ aumentou após a realização do Plano de Manejo, porém houve redução em 2010, período citado pelos moradores como início do declínio no estoque do recurso. Estes dados se relacionam com a necessidade de alguns extrativistas saírem da Resex do Mandira para realizarem a coleta de ostras para posterior engorda nos viveiros. Para Bonnemaïson (1981, p. 256) na medida em que

¹⁰ Captura por unidade de esforço refere-se ao trabalho dedicado para a realização do objetivo de captura.

a comunidade percebe a importância do território como recurso, estes são transformados em potencialidades e integrados às suas práticas, que podem ser predatórias ou sustentáveis.

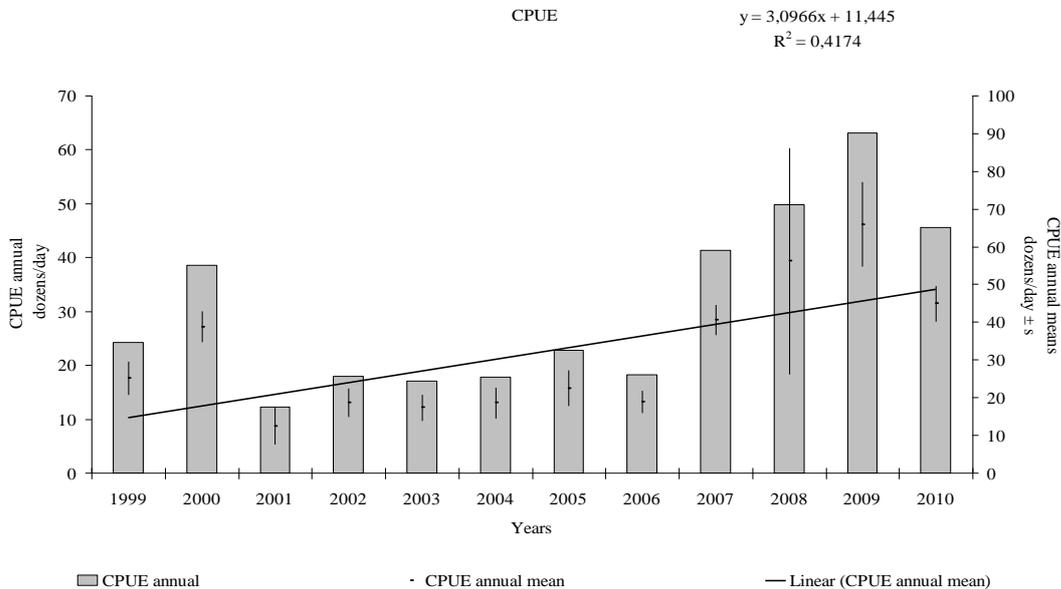


Gráfico 14 - Captura por unidade de esforço para ostra
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

Para Pereira (2010) a prática de extrativismo de caranguejo-uçá na Resex do Mandira mostrou-se sustentável em todos os aspectos analisados, considerando fator importante para este fato, o número de extrativistas em relação à área disponível para coleta e por serem os manguezais bem conservados e produtivos.

No Plano de Manejo da Resex é determinada a proibição de algumas práticas, como a abertura de grandes buracos (“cavoucar” o mangue), a coleta de fêmeas e de indivíduos pequenos (menor que 6 cm de largura da carapaça) durante todo o ano, a retirada exclusiva da pata do caranguejo, o desrespeito ao período de defeso e a captura com redes, que são colocadas na entrada das galerias e amarradas em ramos de árvores. Segundo os extrativistas, o uso das redes, não é prejudicial para a sustentabilidade da atividade e mesmo sendo proibido, de acordo com a Portaria do IBAMA nº. 52/2003, ainda há uso desta prática em Mandira. A proibição é pautada por impactos que seu uso causa, como a perda ou esquecimento das mesmas no ambiente e captura de exemplares de tamanho inadequado. De acordo com Araújo e Calado (2008) este tipo de prática é proibido por lei, pois captura fêmeas ovígeras e exemplares jovens.

Jankowsky (2007) menciona que embora a redinha seja um método mais produtivo e que facilita o trabalho, é também menos seletivo e por isso tem seu uso proibido. Apesar disso, esta armadilha, tem tido aceitação crescente nas últimas décadas entre os extrativistas de vários estados brasileiros (NORDI, 1992), por sua fácil confecção, baixo custo, transporte e instalação facilitada, possibilitando aumento do rendimento comercial da captura do caranguejo e percebe-se seu uso também em Mandira.

Desse modo, percebe-se que apenas restringir determinadas práticas não garante seu cumprimento, pois estas ações, sem o envolvimento ou consentimento dos usuários, resultam fragmentadas e mais propensas ao fracasso (BERKERS et al., 2001). Se não ocorrer o apoio local não haverá o cumprimento das normas estabelecidas (MOLLER et al., 2004) e por esse motivo há tendência para abordagens participativas e de base comunitária buscando a conservação ambiental nas ações e Políticas Públicas.

Para o caranguejo-uçá, de acordo com o Instituto de Pesca, a quantidade extraída está acima de 5.000 dúzias ao ano (Gráfico 15), com aumento no número de extrativistas na região de Cananéia (Gráfico 16). Este aumento pode ter ocasionado redução na captura por unidade de esforço deste recurso (Gráfico 17).

A captura realizada pelos beneficiários de Mandira não foi considerada predatória no Plano de Manejo, em razão dos baixos volumes extraídos, porém, observa-se aumento nos últimos anos, havendo necessidade de acompanhamento do estoque desse recurso, visando garantir a sustentabilidade de manejo.

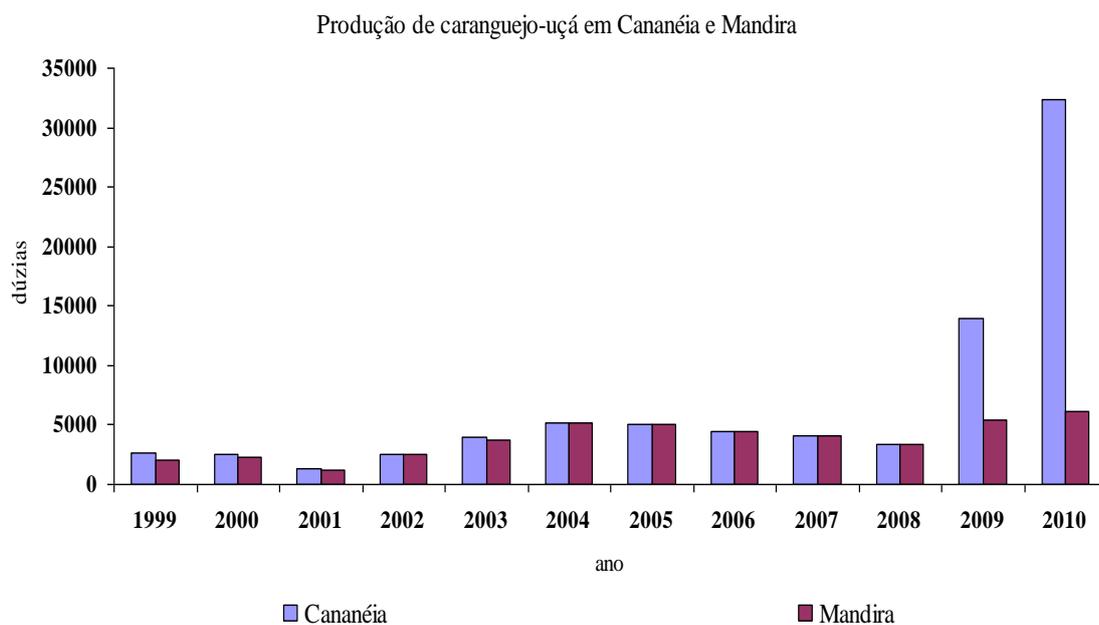


Gráfico 15 - Produção de caranguejo-uçá
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

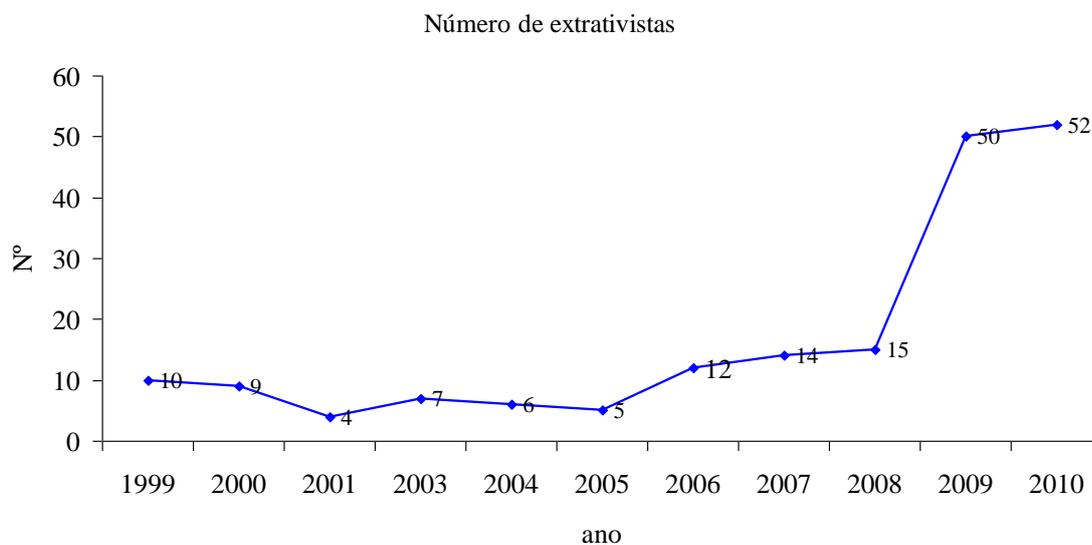


Gráfico 16 - Evolução no número de coletores de caranguejo-uçá
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

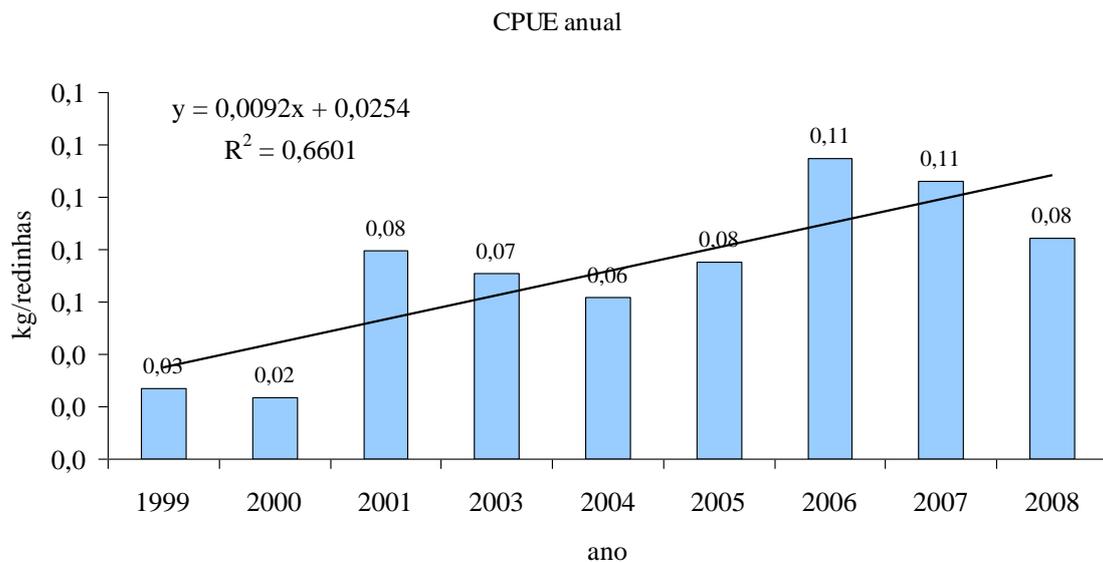


Gráfico 17 - Captura por unidade de esforço para caranguejo-uçá
Fonte: Instituto de Pesca, 2011 (Informação pessoal).

As dimensões econômica, política e cultural do território quilombola estão interligadas e têm sua base material nas relações da comunidade com a natureza, que são estabelecidas na construção de saberes próprios e dos usos praticados. As atividades e usos relacionam-se às características naturais, a partir das quais se constroem as técnicas mais adequadas e as formas de trabalho. É por meio destas práticas que as comunidades quilombolas expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida nas relações cotidianas, na construção de seu modo de vida e relacionada à sua reprodução material e simbólica (FERREIRA, 2006).

Considerando que na perspectiva econômica, o Projeto promoveu maior geração de renda, na perspectiva ambiental, há indícios de redução dos estoques de ostras no meio natural, o que pode comprometer a manutenção dos bancos naturais. A busca de um equilíbrio ambiental implicaria na adoção de novas alternativas como a diversificação de atividades, com menor exploração desse recurso.

6.2.1.3 Perspectiva Sociocultural

O território responde inicialmente às necessidades básicas de subsistência e a partir desta, sua produção está sustentada pelas relações sociais que nele se inscrevem (GIMENEZ, 2000). O território explorado pelos mandiranos deixa de ser apenas um espaço de obtenção do retorno econômico e passa a ser um espaço com a identidade da comunidade, que historicamente se constituiu neste local.

Assim, pode ser considerado como meio de subsistência, fonte de recursos e lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva (GIMENEZ, 2000), como neste caso, em que o mangue tornou-se o espaço necessário para a manutenção da comunidade ao longo do tempo, a partir da mudança nas atividades econômicas desenvolvidas.

O maior número de viveiros de ostras pertence a famílias que trabalham juntas (pais e filhos), incluindo as mulheres, que vão para o mangue de 1 a 2 vezes por semana, dedicando-se nos demais dias, a atividades de artesanato e trabalhos de casa.

São poucas as famílias que se dedicam ao cultivo nos quintais entre aquelas que trabalham com o manejo de ostra e caranguejo-uçá; a maioria deixou essa atividade, ficando mais dependente do mercado externo, tanto no que diz respeito à comercialização, quanto para a alimentação. São reduzidas as famílias que possuem cultivos de espécies frutíferas, hortaliças, temperos e criação animal. Essa redução é recente, pois no Plano de Manejo constava que o cultivo nos quintais ainda era frequente em quase todas as casas. Os motivos para essa mudança estão relacionados à facilidade de compra e especialização da atividade econômica, com maior dedicação do tempo para o manejo de recursos marinhos.

A produção do alimento se estabelece como uma relação dos indivíduos com a natureza e associada aos saberes locais, que foram construídos ao longo do tempo no território (FERREIRA, 2006). Assim, a produção tem importante vínculo com as questões socioculturais das comunidades e o abandono dessa prática como fonte de alimentos pode se configurar em um risco para a manutenção da identidade quilombola.

Vale ressaltar que, com o abandono das práticas produtivas alimentares, deixam de existir relações de solidariedade, como a prática dos mutirões em momentos como o plantio e a colheita.

Observa-se entre as famílias que as principais fontes de proteína animal (Gráficos 18, 24 e 26) se dão com consumo de frango e peixes (água doce e marinho). No caso do consumo de frango, a maior parte delas obtém este produto em supermercados. No caso de peixes, sendo a área da Reserva Extrativista rica em espécies, ainda observa-se entre algumas famílias a frequência da prática de pesca para consumo. Cambuy (2006) verificou que a pesca era uma atividade

realizada com bastante frequência, e como o frango, era uma das carnes mais consumidas em comunidade quilombola no estado do Paraná.

Entre os alimentos embutidos e industrializados (Gráficos 19, 22, 23 e 25), nota-se alto consumo de margarina e doces, presentes principalmente em sucos em pó e biscoitos.

Observa-se que as famílias que trabalham com o manejo de recursos marinhos são mais dependentes do mercado, adquirindo a maior parte dos produtos alimentícios na cidade, incluindo produtos hortícolas, pouco cultivados nos quintais e o consumo de produtos processados é frequente. Também há baixo consumo de frutas e verduras (Gráficos 20, 24 e 26). Vários trabalhos tem relatado esta mudança no sistema alimentar em comunidades culturalmente diferenciadas, com insuficiência da produção local para autoconsumo, redução de itens cultivados, predominância de produtos adquiridos em supermercados, mesmo para os itens básicos, como arroz e feijão, baixo consumo de frutas e verduras, além do alto consumo de itens processados e açúcares (CGPAN, 2005; CAMBUY, 2006; SOUZA e SOARES, 2011).

Nota-se que a base alimentar da comunidade Mandira se constitui no arroz, feijão e farinha de mandioca (Gráficos 21, 24 e 26), frequente em quase todas as famílias, porém, na maioria das vezes esses produtos são adquiridos em supermercados. Figueiredo et al. (2011) em trabalho sobre alimentação quilombola observaram que os principais alimentos consumidos eram arroz, feijão, carne e massas, com baixo consumo de frutas. Além disso, o alimento mais consumido entre refeições eram as bolachas e café com açúcar. Em Mandira este consumo também está presente (Gráfico 22).

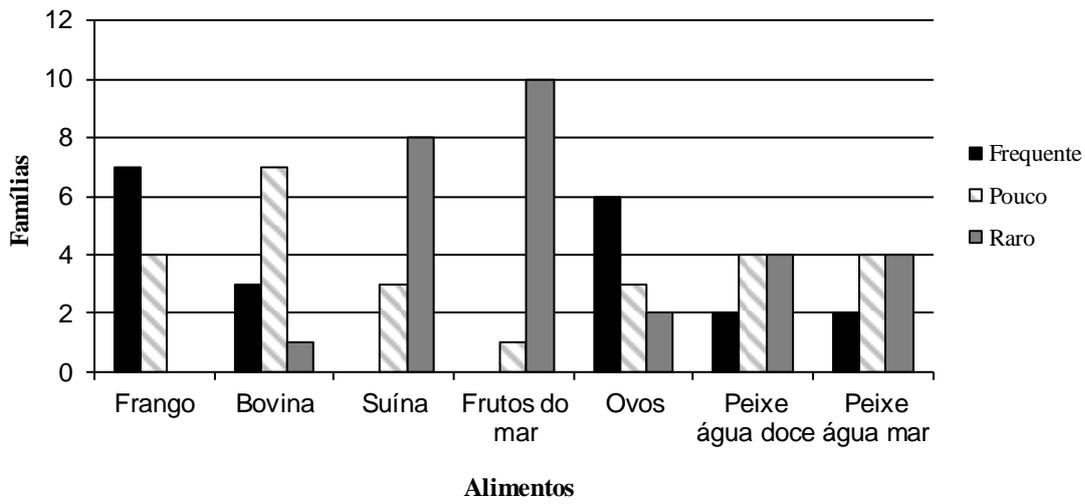


Gráfico 18 - Fontes de proteína animal na alimentação das famílias

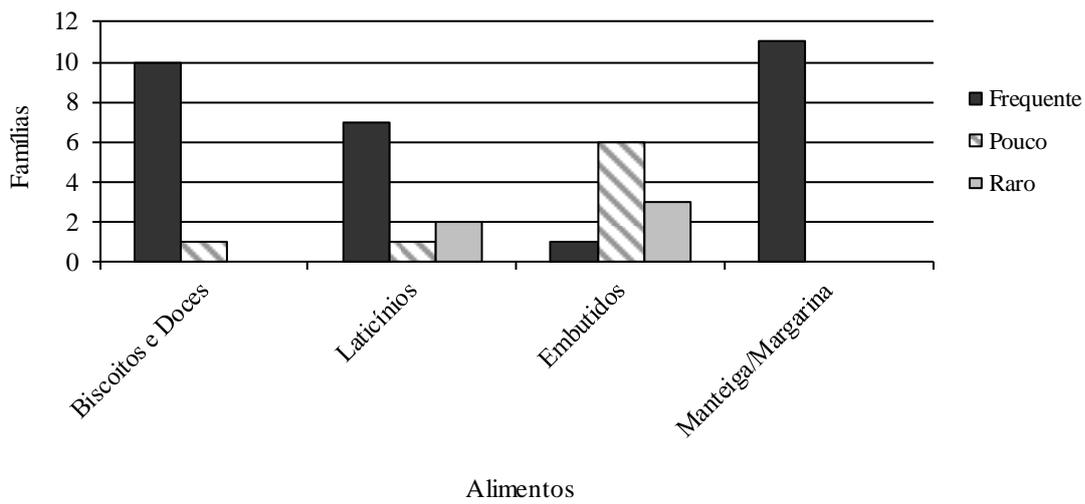


Gráfico 19 - Alimentos embutidos e industrializados consumidos pelas famílias

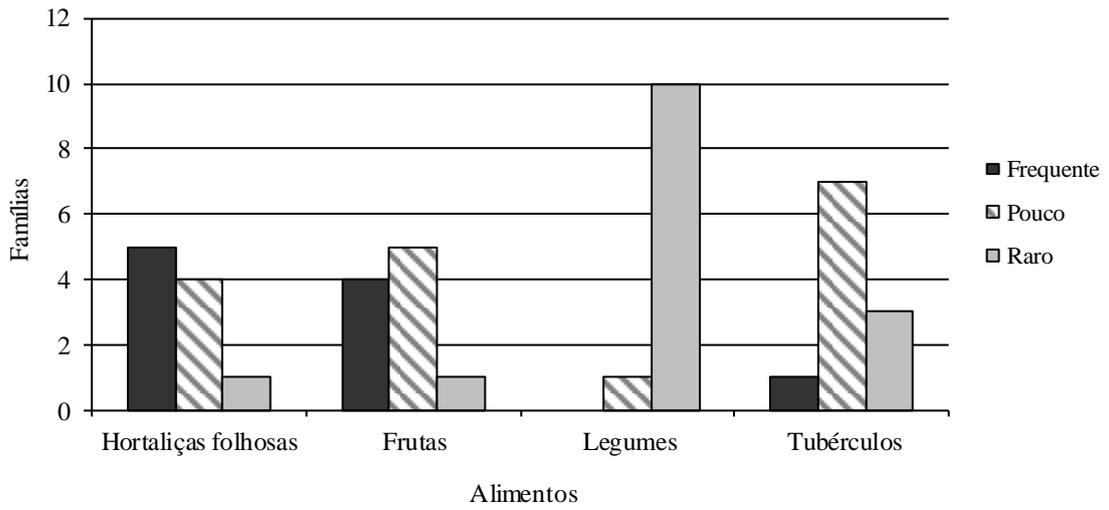


Gráfico 20 - Fontes de alimentos vegetais na alimentação das famílias

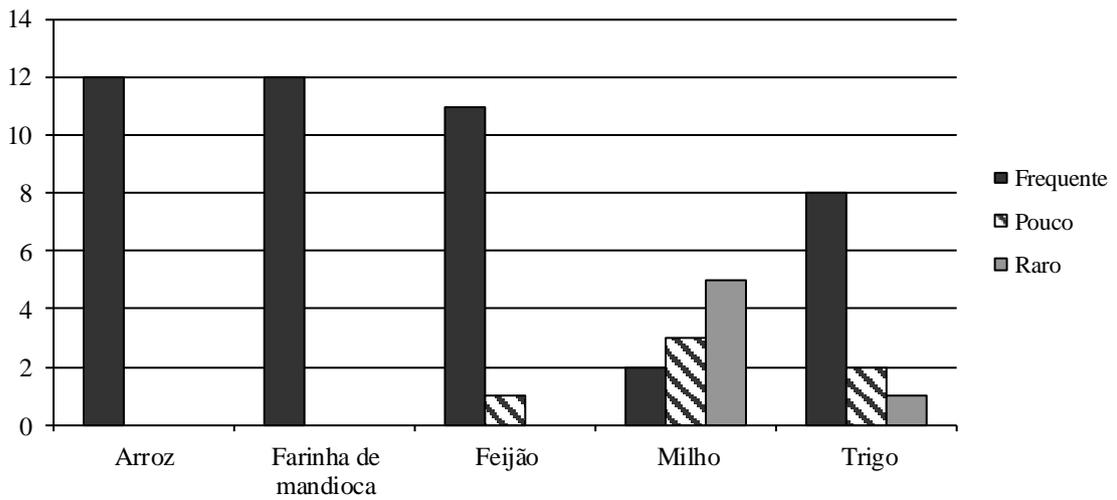


Gráfico 21 - Fontes de proteína e carboidrato na alimentação das famílias

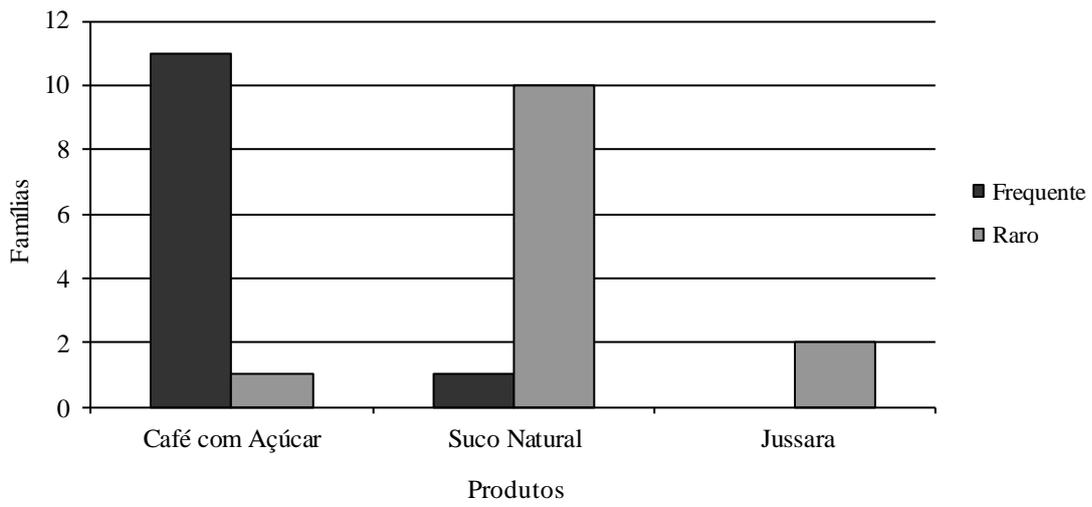


Gráfico 22 - Bebidas consumidas pelas famílias

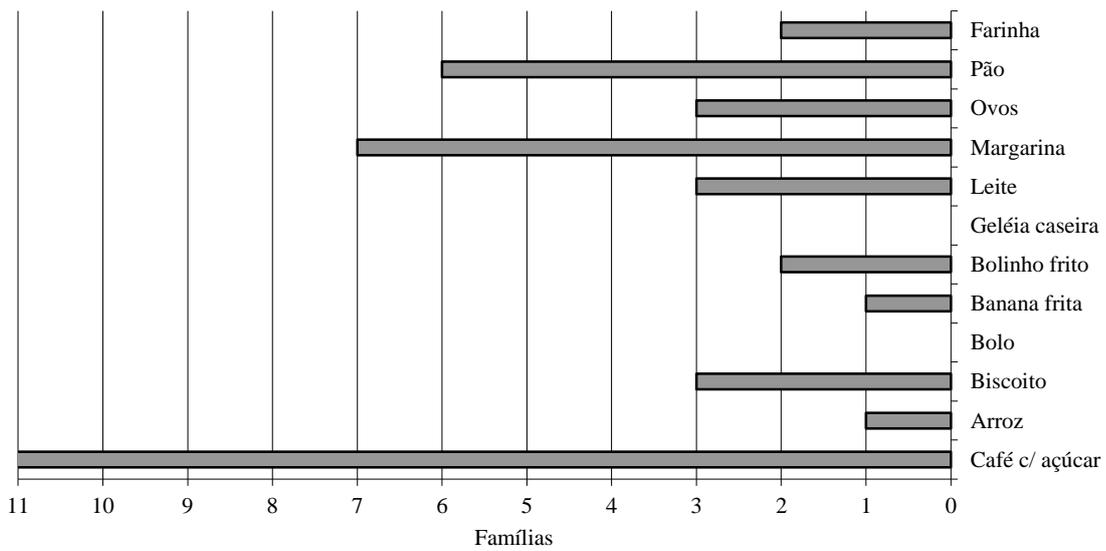


Gráfico 23 - Recordatório 24horas: café da manhã

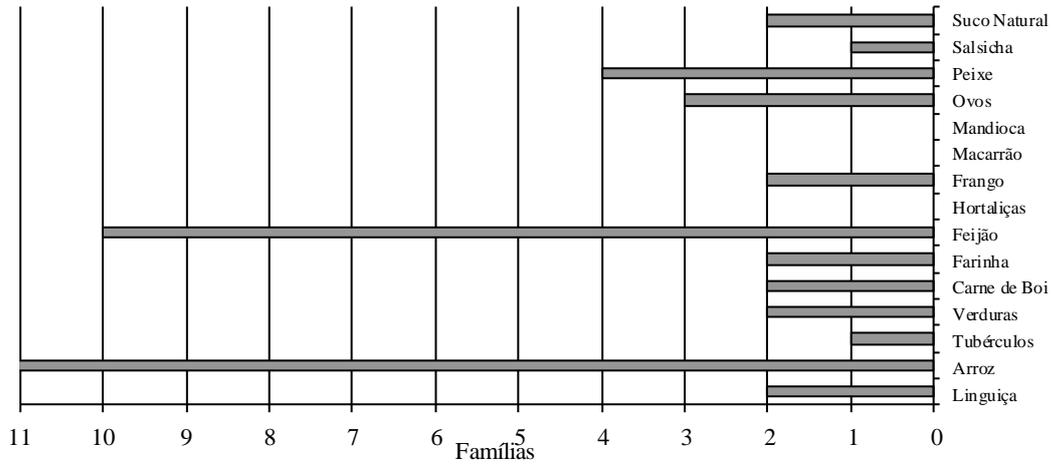


Gráfico 24 - Recordatório 24horas: almoço

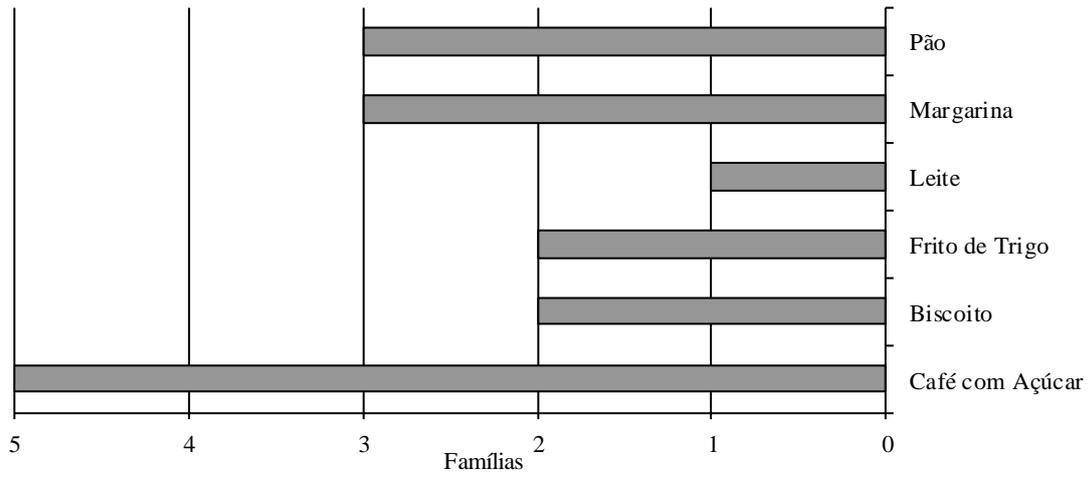


Gráfico 25 - Recordatório 24horas: lanche da tarde

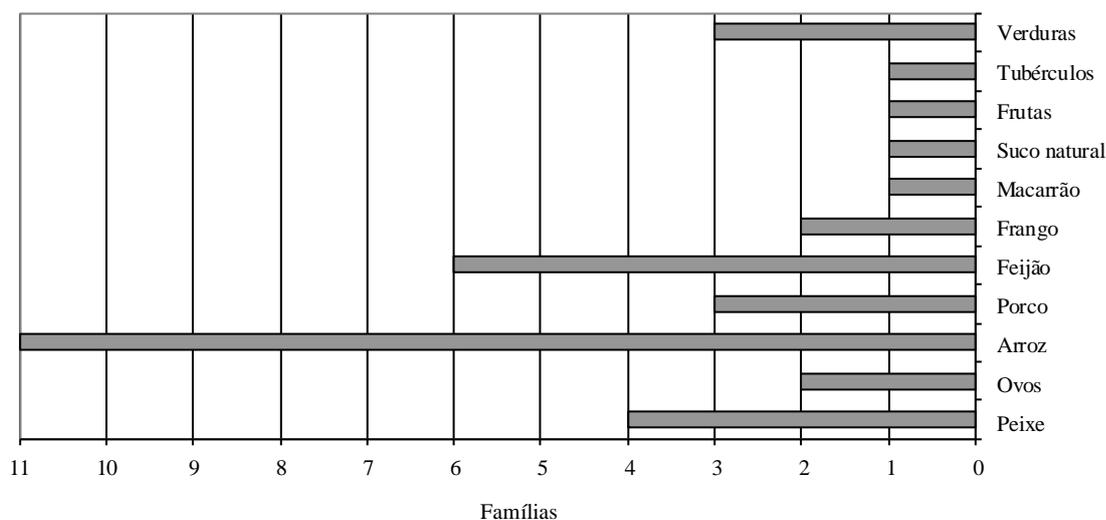


Gráfico 26 - Recordatório 24horas: jantar

Entre as festas, permanecem as religiosas, como o Terço Cantado, que ocorre principalmente na Festa de Santo Antônio e dia de Nossa Senhora Aparecida.

Registra-se também que A Festa da Ostra, manifestação social relacionada à nova atividade produtiva, deixou de ser realizada, nos últimos anos de coleta de dados, por dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Na perspectiva sociocultural destaca-se a mudança nos hábitos alimentares e nos modos de produção/obtenção dos alimentos, com maior dependência de produtos externos à comunidade, podendo comprometer a soberania alimentar.

6.2.1.4 Perspectiva Política

Nesta perspectiva, consideramos a participação e envolvimento dos membros da comunidade nas ações dos projetos, buscando autonomia.

A análise da participação dos moradores de Mandira nas reuniões (Conselho Deliberativo da Resex, Associação e Projetos) e tomadas de decisão, demonstra que apesar de registro da presença, muitas vezes, não há envolvimento nas tomadas de decisão. Este fato foi relatado anteriormente durante o desenvolvimento dos projetos do PDA com manejo de ostra nativa e com criação da Resex:

Desde o início do projeto a maior dificuldade encontrada foi a pequena participação da comunidade. Nas reuniões era clara a presença de uma liderança, sendo que os demais membros da comunidade, mesmo presentes, raramente expressavam suas opiniões. O mesmo acontecia com

as tarefas relacionadas ao projeto, pouquíssimas pessoas da comunidade estavam realmente envolvidas. A partir de diagnosticada a dificuldade de participação da comunidade, seguida pela percepção do grupo que o plano de manejo não poderia ser realizado com a participação de uma pequena parte da comunidade, a coordenadora do projeto e uma técnica do Instituto de Pesca se propuseram a formular um roteiro com perguntas relacionadas ao Plano de Manejo, aplicando-o em todas as casas dos associados. Quanto à gestão da associação, o sucesso depende do aumento da participação da comunidade (tanto em reuniões quanto assumindo tarefas da associação).

Em nossas entrevistas, os moradores relataram que as tomadas de decisão se limitam apenas aos membros da diretoria, que ocupam e já ocuparam cargos anteriormente. Os atuais membros são aqueles com maior articulação e assim, para muitas famílias, eles acabam tomando as decisões. Nos relatórios do projeto PDA houveram vários relatos referentes à baixa participação da comunidade: “atualmente participam aproximadamente 20 a 30 pessoas nas reuniões da associação (44 associados) e menos de 10% dos associados tomam decisões”.

Em outro relatório do projeto é citado que

anteriormente a entidade estava muito centrada em um líder, que acabava se tornando o responsável por todas as conquistas da comunidade, bem como de todas as insatisfações da mesma. Muitos dos associados não conheciam a prática da gestão da REMA e nem ao menos entendiam qual era a função da associação para o Mandira. Atualmente, apesar de ainda haver falhas nas funções da nova gestão, mais famílias estão envolvidas no processo e atuando com mais responsabilidade com relação a REMA.

Com o desenvolvimento dos projetos, mesmo havendo pouca participação, a comunidade passou a ter maior atuação, não apenas nas ações diretamente relacionadas às propostas do Projeto, mas em articulação com outras comunidades e entidades, como Fóruns, Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - EAACONE, movimento negro no Brasil. A formação de novas lideranças, de acordo com os relatórios consultados foi determinante para aumentar a participação da comunidade.

Uma alteração interessante que ocorreu durante o projeto foi a mudança dos membros da diretoria, incluindo jovens formados pelo projeto. Os membros anteriores a esta gestão, estavam na diretoria há muitos anos, intercalando funções, devido ao pequeno número de famílias atuantes na REMA. Pequeno aumento quantitativo na participação, mas grande aumento qualitativo. A REMA estava inicialmente centrada em 1 liderança que se posicionava em nome da comunidade. Durante o projeto pelo menos um integrante de cada família participou ativamente das tomadas de decisão e das ações desenvolvidas. Formação de outras lideranças, pelo menos quatro, incluindo mulheres e jovens. A participação da comunidade de forma geral ainda não é ideal, devido à falta ou flutuação no envolvimento com a REMA, mas houve grande avanço no processo de formação para participação.

Nos resultados finais alcançados com o projeto PDA é citada a

maior participação da comunidade durante as reuniões e assumindo responsabilidade nas atividades do projeto, da REMA e da Cooperostra e a participação da comunidade, que ainda precisa aumentar bastante, principalmente quanto a necessidade de mais pessoas assumirem responsabilidades dentro do projeto, possibilitando um empoderamento mais igualitário dos moradores do Mandira.

No relatório final do projeto em 2008, consta a “participação bastante instável dos associados ao longo do período do projeto, necessitando a manutenção de estratégias de mobilização”.

A participação se torna fundamental para o êxito das Políticas Públicas, tanto as que visam o desenvolvimento sustentável, quanto as que possuem caráter mais social e através da participação se obtém melhores resultados qualitativos e quantitativos (PAREDES, 2011), além da autonomia da comunidade nos processos.

Esta mobilização entre as famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos foi prejudicada, não tendo a mesma continuidade com o final do Projeto. Também houve desconfiança dos moradores com relação à Diretoria e assim, a formação de capital social também ficou prejudicada.

Estes fatores não significam que o projeto de criação da Resex não foi participativo, mas após os problemas com a COOPEROSTRA, houve desmobilização e desmotivação das famílias, com redução da participação e envolvimento, observados atualmente.

Segundo os relatórios do projeto e entrevistas, ainda há desconfiança relativa à diretoria da comunidade “A credibilidade da REMA aumentou, devido a sua maior atuação local e pela maior participação dos associados, mas ainda existem conflitos e desconfianças com relação à diretoria, independente da equipe”.

Nas normas das Reservas Extrativistas é incluída a necessidade de participação no sentido de promover o empoderamento da comunidade, e para que ela seja protagonista de sua própria história (GOHN, 2004). Este tema entrou na pauta das Políticas Públicas e busca processos que tenham a capacidade de gerar novos mecanismos de desenvolvimento sustentável, com a mediação de agentes externos, quando necessário. O empoderamento está relacionado ao processo de

mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar as comunidades, em seu crescimento e autonomia, com melhoria gradual de seu modo de vida.

Segundo Berkers et al. (2001) a valorização dos saberes locais e a participação das comunidades no processo de gestão são fundamentais para o manejo sustentável de recursos. Na elaboração do Plano de Manejo, mesmo havendo a participação, não houve o envolvimento dos atores nas tomadas de decisão e a continuidade da mobilização, dificultando a produção de capital social.

Na perspectiva política, é possível considerar que a reduzida participação e envolvimento das famílias compromete a autonomia relacionada às ações na Resex, o que pode levar à dependência de agentes externos ou a tomada de decisão centralizada nos membros da Diretoria para a solução dos problemas.

6.2.2 Projeto com sistemas agroflorestais

6.2.2.1 Perspectiva Econômica

Apenas 6 famílias trabalham com agricultura, constituindo-se essa a principal fonte de renda. Dentre as que trabalham com cultivo da ostra, apenas uma dedica-se também à roça de subsistência, realizada em área reconhecida, mas ainda não titulada da comunidade. Vale referir que as áreas boas para a agricultura, estão localizadas nesse território, sendo que as já tituladas se encontram em encostas e morros, oferecendo maior dificuldade para o manejo.

A atividade agrícola das famílias se caracteriza pelo cultivo de diversas espécies de hortaliças e frutos, cultivados com técnicas agroecológicas e em sistemas agroflorestais¹¹. Estes sistemas possuem espécies como palmito jussara e pupunha, palmeira real, azeitona-do-ceilão, araticum, pitanga, banana, entre outras espécies frutíferas.

Alguns autores tem destacado a importância destes sistemas para a agricultura familiar no combate à pobreza, na segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais (PALUDO e COSTABEBER, 2012).

As famílias também realizam a coleta de frutos nativos com objetivo de consumo e comercialização, tanto *in natura*, como no preparo de licores e geléias.

¹¹ Os sistemas agroflorestais são sistemas de produção agrícola que consorciavam espécies florestais (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e animais, na mesma área e numa sequência temporal. Criam-se diferentes estratos vegetais, procurando imitar uma floresta natural, onde as árvores, pela influência que exercem no processo de ciclagem de nutrientes e no aproveitamento da energia solar são considerados os elementos estruturais básicos para a estabilidade do sistema.

Os frutos mais obtidos são jussara, araticum, abiu, pitanga e cambuci. Os produtos artesanais são preparados nas próprias residências das famílias durante a semana, incluindo banana *chips*, mel, geléias, licores, pães, carnes defumadas e produtos típicos da alimentação, como beiju de arroz. As próprias famílias buscaram as informações e testaram as melhores técnicas para este processamento. A maior diversidade de produtos comercializados e de atividades econômicas ocorre nesse Projeto, incluindo também produtos de origem animal, como carnes defumadas e peixes.

Observa-se maior diversidade de itens produzidos e explorados do meio natural, como observado no Gráfico 27.

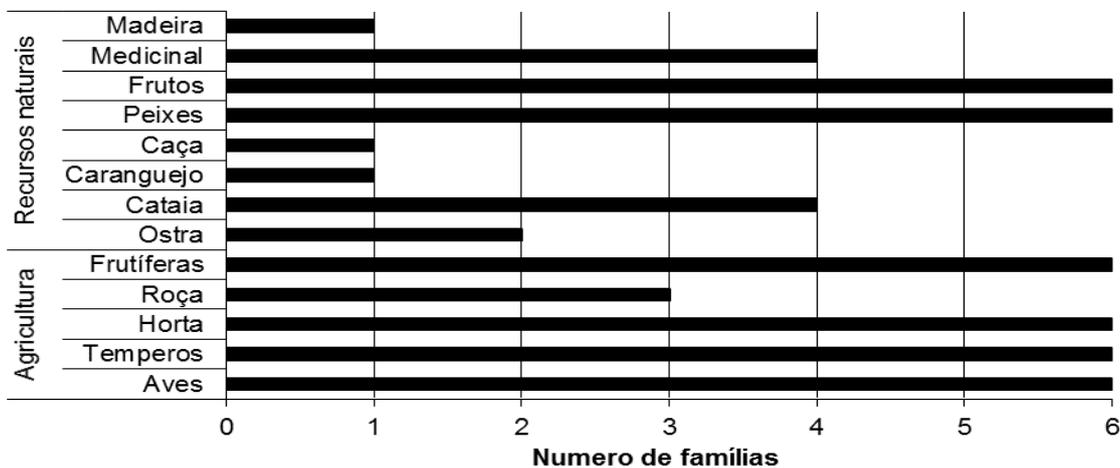


Gráfico 27 - Uso de recursos naturais e produção entre as famílias que trabalham com agroecologia

Esta iniciativa agroecológica teve início entre os próprios agricultores que posteriormente obtiveram apoio com o projeto da ONG PROTER, através do PDA para implantação dos sistemas agroflorestais em 2006, e os capacitou em agroecologia e sistemas agroecológicos de produção.

O cultivo de hortaliças ocorre em uma área de aproximadamente 300m² e seu manejo consiste no uso de dejetos animais como fonte de nutrientes e uso de caldas e extratos para controle de insetos e doenças, embora seja rara sua necessidade. A criação animal é composta de gado, frango, porcos e pato.

Nesse modo de produção torna-se importante a diversificação, com integração de produtos agrícolas e criação animal, reduzindo a necessidade de insumos externos, como observado. A diversificação da produção é uma estratégia para se alcançar menor dependência de insumos externos e este projeto proporcionou maior relação com as demais atividades desenvolvidas pelas famílias,

incluindo a agricultura de subsistência, pois há roças de coivara para autoconsumo, a criação animal, a produção hortícola e frutífera.

A agricultura de subsistência é praticada por poucas famílias na comunidade, principalmente por aquelas que têm na agricultura sua base econômica, conforme já referido.

Nota-se que as práticas, iniciativas e conhecimentos dos agricultores constituem o ponto de partida deste Projeto, que atuou como mobilizador das iniciativas de desenvolvimento, buscando integração das atividades e diferentes recursos naturais existentes, o que pode denotar referência ao território.

Os produtos são comercializados em uma feira agroecológica na cidade de Cananéia/SP, organizada aos sábados, com venda direta ao consumidor, apresentando grande diversidade de produtos (Gráfico 28). Inicialmente houve apoio da Prefeitura Municipal de Cananéia para sua realização, principalmente para transporte dos produtos e atualmente a Feira não conta com mais com apoio do Poder Público.

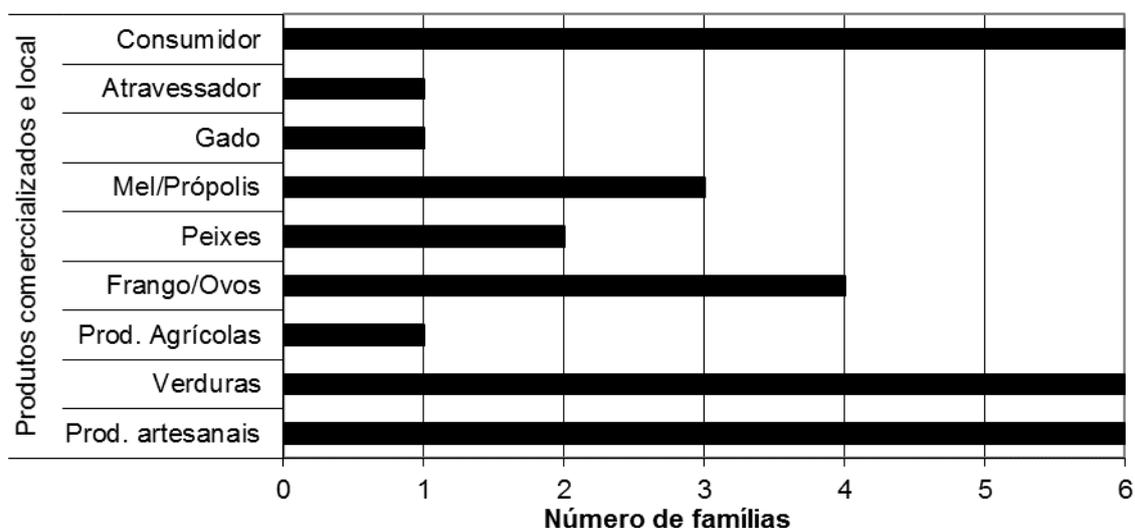


Gráfico 28 - Produtos comercializados e locais de comercialização

Esta feira permite a comercialização direta ao consumidor, com agregação de valor aos produtos, que variam de acordo com a sazonalidade de cada espécie, presente no território, tanto nativa, quanto cultivada. Os canais curtos de

comercialização¹² são orientados para os mercados locais e proporcionam melhor retorno econômico para o agricultor, que recupera assim, sua autonomia, deixando de ser subordinado apenas à produção. Esta mudança tem um reflexo territorial que devolve poder e independência ao meio rural frente ao meio urbano e a prioridade passa a ser a alimentação sadia dos agricultores, associada à comercialização (SEVILLA GUZMÁN e SOLLER, 2010). Além disso, a venda direta proporciona maior proximidade entre agricultor e consumidor e auxilia a sustentabilidade da produção, pois o sistema produtivo tem lógicas agroecológicas e busca novas atividades potenciais, explorando o território como fonte de recursos. Também, reduz a necessidade de transporte dos produtos e os custos relacionados (SOLLER, 2009).

Normalmente estas feiras são administradas através de parceria entre o Poder Público local, as associações de produtores e Instituições de apoio, aumentando o poder político dos agricultores, ao atuarem nessas lógicas.

No Brasil, tem sido observado em propriedades agroecológicas que trabalham com venda em circuitos curtos, maior diversificação de produtos, incluindo produtos vegetais e animais (DAROLT e CONSTANTY, 2008), assim como observado em Mandira. Por um lado, isso é desejado, pois atende aos princípios agroecológicos e explora os diferentes recursos do território e maior variedade de produtos, mas, por outro, torna o planejamento produtivo mais complexo.

A combinação entre agroecologia e circuitos curtos de comercialização pode repercutir nas diferentes dimensões territoriais, como a econômica, por meio da valorização da paisagem e dos recursos naturais; a sociocultural, através da aproximação de produtores e consumidores e o conhecimento local associado ao manejo com valorização da cultura local e práticas alimentares; e a ambiental, através do uso de práticas sustentáveis de produção.

¹² Ainda não existe uma definição oficial no Brasil sobre circuito curto, mas os representantes do setor agroalimentar na França tem utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo um intermediário entre produtor e consumidor, segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007). Dois casos podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local). Outras denominações como “circuitos de proximidade” (AUBRI e CHIFFOLEAU, 2009) ou “circuitos locais” têm sido utilizadas para reforçar a proximidade geográfica e o aspecto social/relacional como a ligação entre consumidor e produtor, o desenvolvimento local e a territorialização da alimentação (MARECHAL, 2008).

Na perspectiva econômica, destaca-se a diversificação de produtos para venda, o que contribui para o manejo sustentável das diferentes espécies. O processamento dos produtos, associado à venda direta ao consumidor, por meio da participação na Feira Agroecológica, agrega valor e proporciona melhor remuneração às famílias.

6.2.2.2 Perspectiva Ambiental

Os sistemas de produção observados entre as famílias possuem baixa dependência de insumos externos, utilizam os recursos renováveis locais, valorizam o conhecimento local e tem a função de consumo interno e comercialização. Estas premissas estão em consonância com algumas das propostas por Gliessman (2000) para o manejo sustentável dos agroecossistemas.

Estes sistemas promovem a complexidade e diversidade de produtos, com interações entre espécies, não sendo resumidos à substituição de insumos externos ou sintéticos por sustentáveis. Para Paludo e Costabeber (2012) o redesenho de agroecossistemas através dos sistemas agroflorestais vêm se mostrando viável tanto do ponto de vista econômico, como ecológico, recuperando sua capacidade produtiva. Os autores relataram que estes sistemas também tem promovido a fixação dos agricultores no campo, o resgate da autoestima das famílias e o incentivo às formas associativistas.

Algumas pesquisas têm indicado que a venda em canais curtos e direto ao consumidor promove o estímulo à diversificação da produção, aumentando a biodiversidade agrícola e a complexidade e equilíbrio dos agroecossistemas. Esse pode ser o motivo da maior diversidade de cultivos observados entre as famílias de Mandira.

A base de manejo e produtividade é a diversidade, minimizando as necessidades de insumos, com potencialização dos ciclos naturais do agroecossistema, promovendo a produção dos insumos no próprio território. As características das áreas de produção das famílias podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características ecológicas das áreas de estudo

Área	Diversidade	Cobertura solo	Insumos
1	20 sp.	100%	Esterco e Serrapilheira
2	18 sp.	90%	Esterco
3	14 sp.	100%	Serrapilheira
4	22 sp.	70%	Esterco e Serrapilheira
5	10 sp.	60%	Esterco
6	11 sp.	80%	Esterco e Serrapilheira

Os sistemas agroflorestais implantados pelas famílias se caracterizam como sucessionais biodiversos¹³, análogos em estrutura e função às florestas tropicais. Estes sistemas tem se mostrado promissores para produção com a conservação dos recursos naturais, inclusive biodiversidade e sem a utilização de insumos externos (PENEIREIRO, 1999). Em estudo na Mata Atlântica foi reconhecido seu potencial para o manejo dos recursos naturais, para geração de renda e segurança alimentar (VIEIRA et al., 2009).

Nessa perspectiva, a diversidade de espécies exploradas e cultivadas e a baixa necessidade de insumos externos, por meio da integração entre produção vegetal e animal, promove maior sustentabilidade à produção, além de diversificar os itens para abastecimento da família.

6.2.2.3 Perspectiva Sociocultural

De acordo com Gimenez (2000) o território é o resultado da apropriação e da valorização do espaço através da representação e do trabalho e enfatiza a relação de uso do mesmo, como exploração econômica, que irá repercutir no sistema sociocultural.

Atualmente verifica-se que os trabalhos desenvolvidos com os sistemas agroflorestais entre as famílias são realizados através de mutirões, como observado nos trabalhos de campo com plantio de palmito pupunha e também para melhorias no sistema de tratamento de esgoto doméstico, com a construção das fossas biodigestoras.

¹³ Sistemas agroflorestais sucessionais biodiversos são sistemas dirigidos pela sucessão natural, com alta diversidade de espécies.

Estas famílias também trabalham com roças de subsistência, através do sistema de coivara com plantio de arroz, feijão, milho, mandioca e batata doce, utilizando plantios consorciados e variedades locais. As áreas possuem em média 0,5 hectares e se destinam apenas para consumo. Segundo Munari (2009) esse é um complexo sistema agrícola, desenvolvido pelas populações tradicionais, sendo uma das práticas mais antigas e consideradas como um sistema de organização e uso dos recursos naturais, decorrente da evolução cultural e biológica nas áreas naturais; representa as experiências acumuladas ao longo de séculos de interação entre população e natureza.

Esta prática está baseada em um conhecimento profundo dos processos naturais e das espécies florestais, fruto do processo histórico e social destas comunidades, tendo sido a principal estratégia de subsistência dos povos tradicionais no Vale do Ribeira. É a prática material que apresenta o maior potencial de interferência na paisagem habitada pelos quilombolas, relacionando-se com aspectos culturais, econômicos e ambientais envolvidos na relação entre a cultura das populações e a floresta local (MUNARI, 2009). Foi através deste sistema, que a autonomia foi alcançada pelas famílias, sendo um dos elementos identificados na definição de comunidades remanescentes de quilombos.

Porém, pesquisas vêm apontando a redução nesta prática entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e entre os fatores associados a esta mudança está o estímulo à realização de cultivos comerciais, atrelado ao aumento da renda familiar, como subsídios do governo e as restrições ambientais que limitam a derrubada de novas áreas da floresta (PEDROSO-JUNIOR et al., 2008). Todos estes fatores são observados também em Mandira, como causas da redução desta prática, sendo observada apenas entre as famílias que tem a agricultura como fonte de renda.

Como consequência, ocorre a perda das técnicas e do conhecimento associado à coivara, bem como das variedades agrícolas, acarretando na diminuição do capital social e cultural. Estes são adaptações das populações ao ambiente, que permitirá explorar de forma bem sucedida e equilibrada os recursos naturais, sem exceder a capacidade suporte (MUNARI, 2009).

As comunidades rurais têm criado sistemas agrários locais ao longo dos séculos, através da coevolução biológica e social e neste processo de apropriação dos recursos naturais, de trabalho na terra, tem sido criada sua cultura e identidade

e dificilmente uma população as mantém se o trabalho na terra não tiver um papel central, como historicamente tem sido (ACOSTA, 2007).

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, o território era apropriado por meio dos usos e práticas que desenvolviam (FERREIRA, 2006), orientadas para autoconsumo e comercialização dos excedentes. Essas atividades socioeconômicas se configuram como práticas culturais, como a agricultura de subsistência, que utiliza o sistema de pousio e a mão-de-obra familiar, identificando-se com a autonomia das famílias.

A organização da produção considera os ciclos da natureza, e a partir destes, as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho são construídos.

Este manejo dos agroecossistemas realizado pelas famílias, com maior diversidade e integração entre produção animal e vegetal e exploração de espécies nativas, implica diretamente na oferta de mais produtos para autoconsumo, tanto de origem vegetal, quanto animal, respeitando os ciclos naturais, a sazonalidade de produção e a oferta dos recursos disponíveis no território.

Segundo Sevilla-Guzmán e Soler (2009), nos últimos anos o estudo da agroecologia tem se apoiado para a compreensão do sistema agroalimentar em seu conjunto, dando cada vez maior importância à análise das relações intersetoriais e especialmente à articulação entre a produção e o consumo através de redes, bem como dos canais curtos de comercialização.

Os sistemas alimentares são a interação complexa entre todas as dimensões, ecológica, técnica, social e econômica, que determinará se estes podem ser sustentáveis em longo prazo (BUTTEL, 1993).

Percebe-se entre as famílias que o consumo de hortaliças e frutos (Gráficos 31, 35 e 36) ocorre com frequência. A principal fonte de proteína animal se dá com consumo de peixes e em menor frequência frango (Gráfico 29). Também possuem menor dependência de compra de alimentos, incluindo como citado, produtos básicos como arroz e feijão, além de apresentar maior diversificação alimentar. Esta maior oferta está relacionada com a maior diversidade de produtos explorados para venda, incluindo criações animais, hortaliças, frutos e alimentos processados artesanalmente.

Os sistemas de produção agroecológica e os sistemas agroflorestais potencializam a biodiversidade e contribuem desta forma, com a diversidade de alimentos para o consumo da família. A valorização dos alimentos locais e do

autoconsumo contribuem também para a conservação da biodiversidade, além do resgate do valor cultural do alimento. Para Sevilla Guzmán (2001) quando os componentes socioculturais, incluídos os hábitos alimentares, são trabalhados de forma igualitária às variáveis ecológicas e agrônômicas dos agroecossistemas, tem-se como resultado o fortalecimento das especificidades socioculturais da comunidade, a valorização da alimentação e dos alimentos locais.

Há maior consumo de sucos naturais (Gráficos 33, 35 e 36) observado no recordatório 24horas e a base alimentar se dá através do consumo de arroz, feijão e farinha de mandioca (Gráficos 32,35 e 36), entretanto, a produção desses itens ocorre localmente.

Os alimentos industrializados mais frequentes são os laticínios (Gráficos 30 e 34).

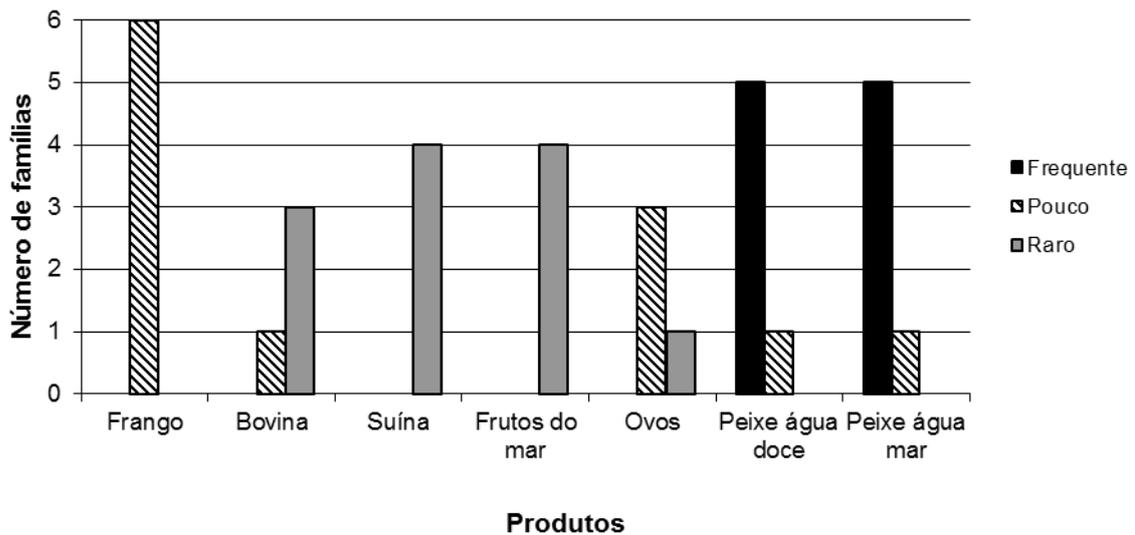


Gráfico 29 - Fontes de proteína animal na alimentação das famílias que trabalham com agroecologia

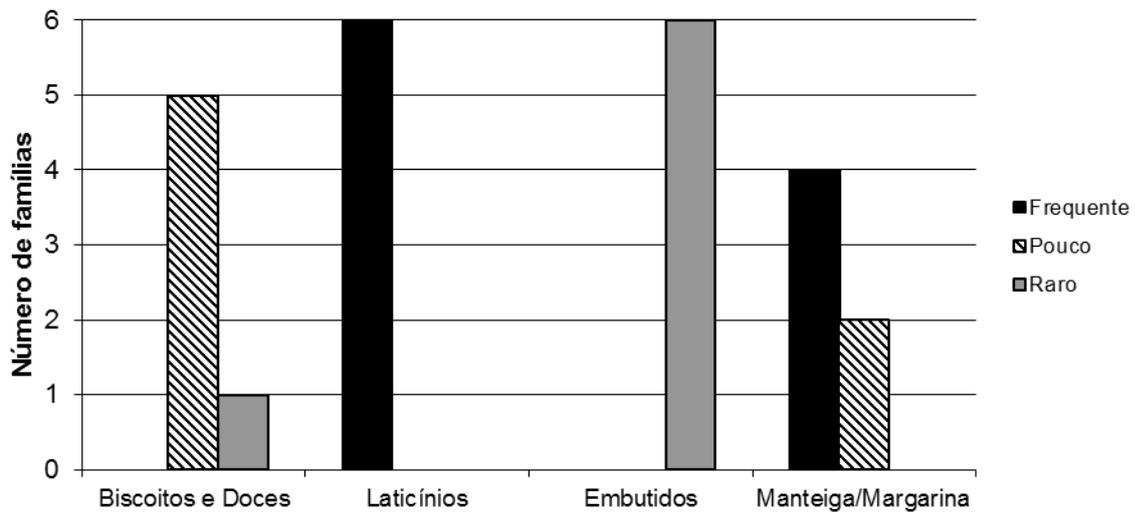


Gráfico 30 - Alimentos embutidos e industrializados consumidos pelas famílias que trabalham com agroecologia

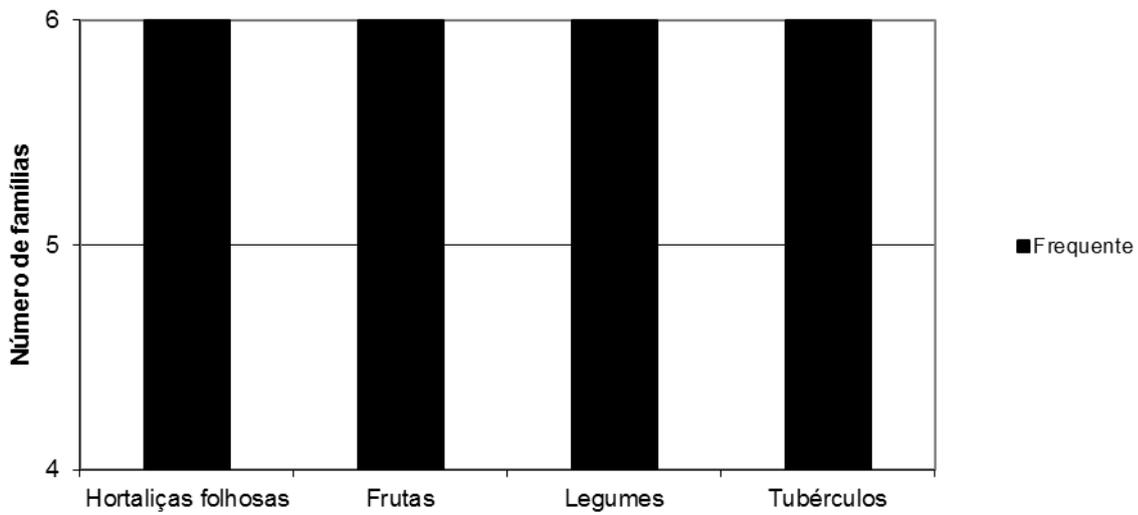


Gráfico 31 - Fontes de alimentos vegetais na alimentação das famílias que trabalham com agroecologia

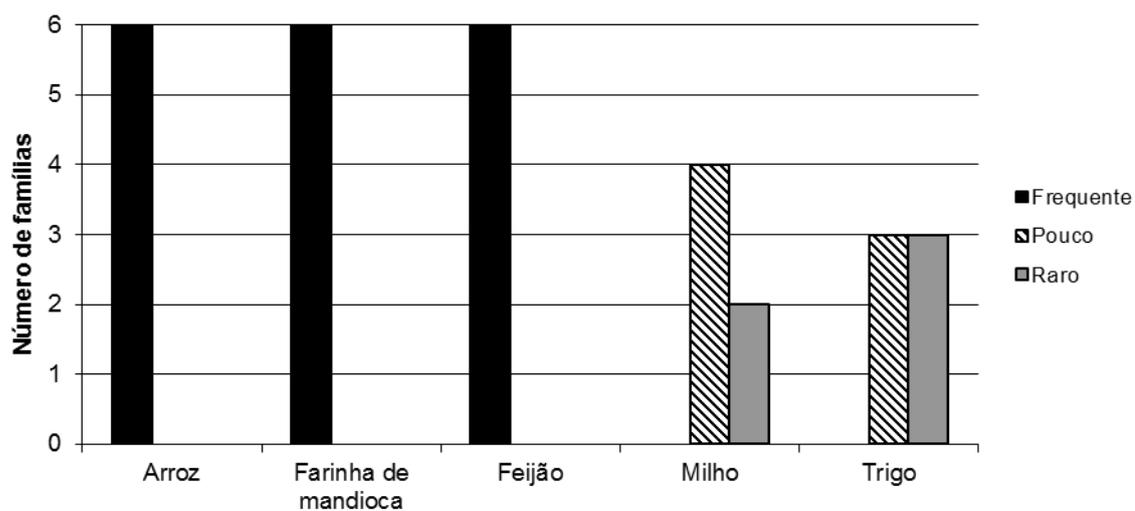


Gráfico 32 - Fontes de proteína e carboidrato na alimentação das famílias que trabalham com agroecologia

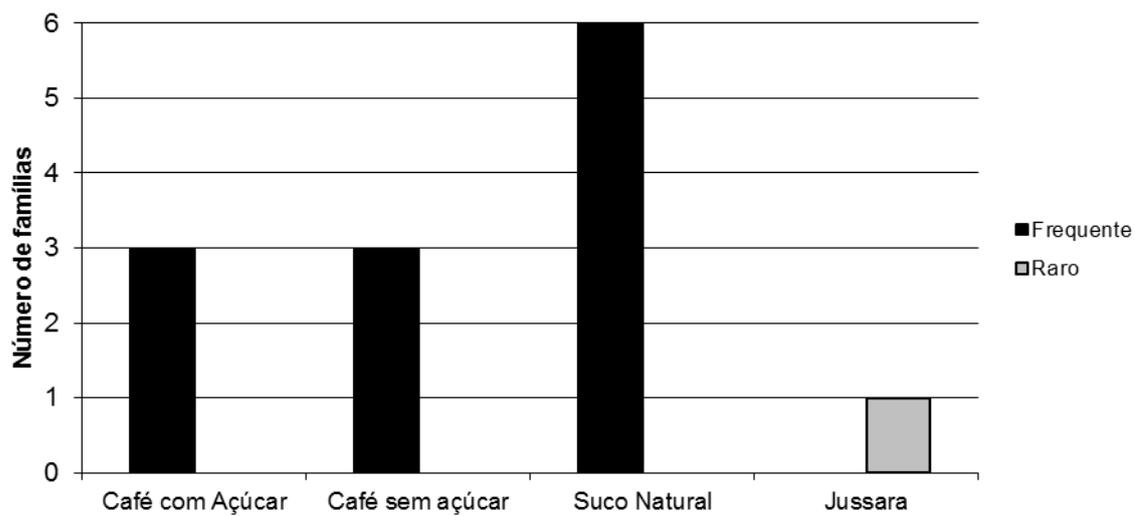


Gráfico 33 - Bebidas mais consumidas pelas famílias que trabalham com agroecologia

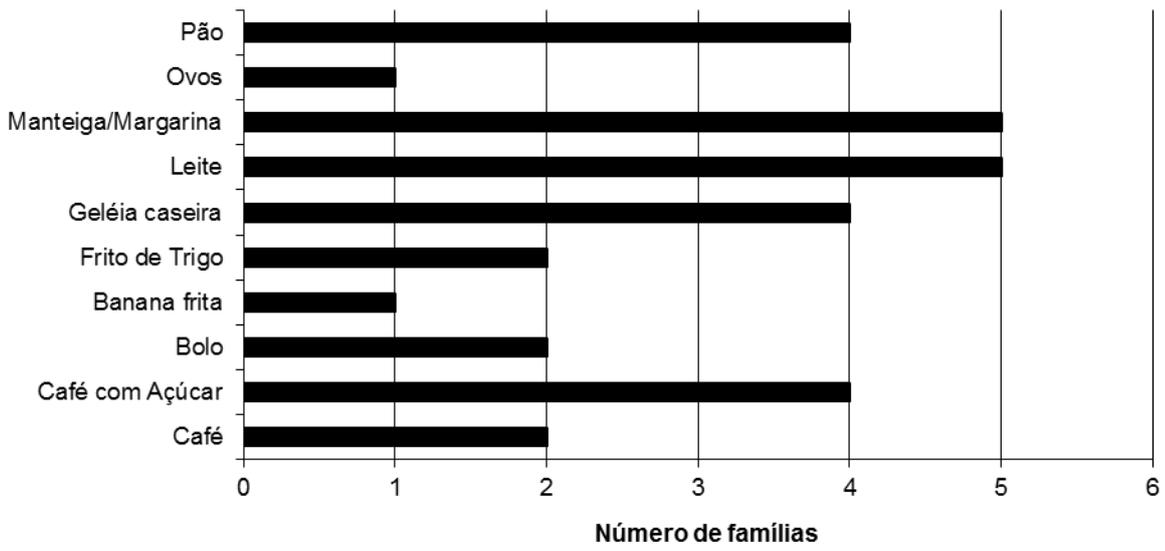


Gráfico 34 - Recordatório 24horas: café da manhã

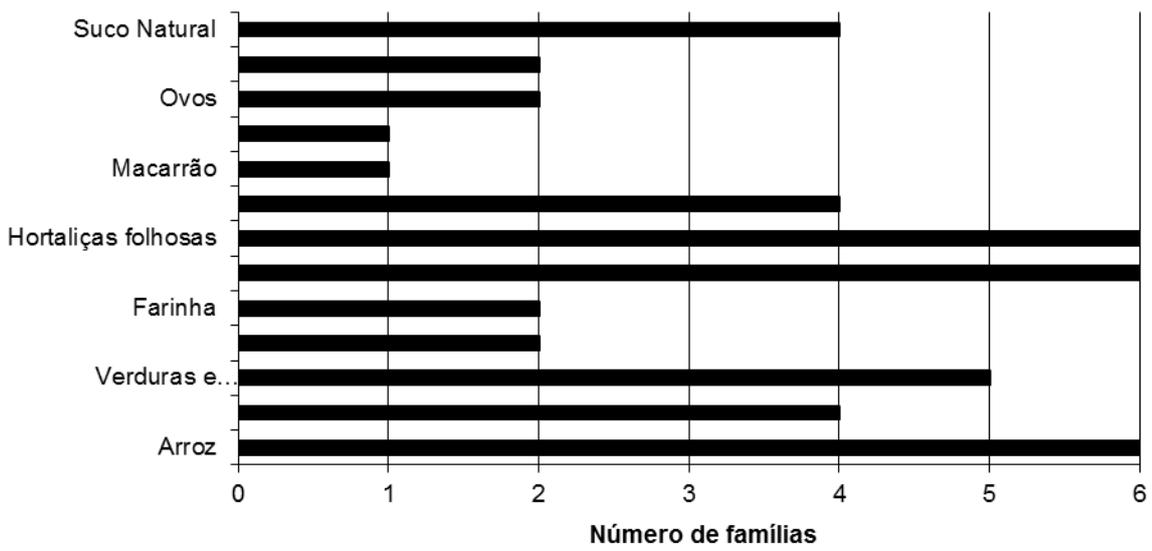


Gráfico 35 - Recordatório 24horas: almoço

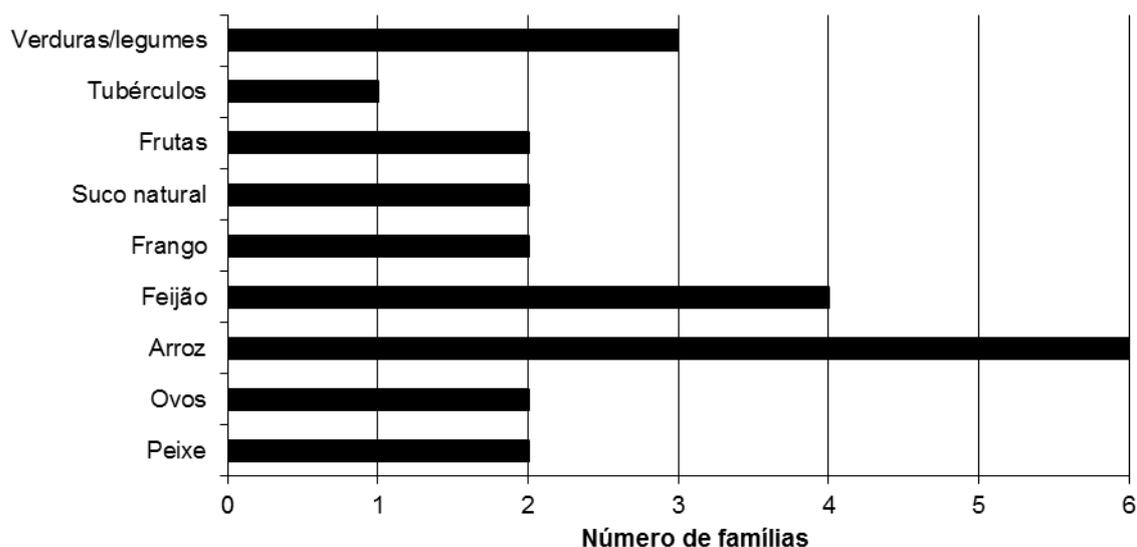


Gráfico 36 - Recordatório 24horas: jantar

Na perspectiva sociocultural, destaca-se o trabalho realizado em mutirões; a produção nas roças de coivara, sendo uma das práticas mais antigas e relacionadas à autonomia e cultura quilombola; e a produção para autoconsumo, com maior diversidade de itens consumidos e menor dependência de alimentos externos e industrializados.

6.2.2.4 Perspectiva Política

A venda através de circuitos curtos proporciona aos agricultores, maior autonomia, em comparação com demais formas de comercialização, que segundo Darolt e Constanty (2008), torna o sistema de produção simplificado e especializado em um ou dois produtos, repetindo a lógica comercial e industrial utilizada em sistemas convencionais.

As famílias atuam na Associação Rede Cananéia, com reuniões realizadas constantemente e estão envolvidas nestas ações, desempenhando funções e assumindo as tarefas, muitas vezes realizadas em sistemas de mutirão.

O empoderamento está relacionado ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar as comunidades, em seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas material. Todos estes fatores podem ser observados nos projetos e ações entre as famílias. Percebe-se que por haver menor intervenção de agentes externos, estas famílias se empoderaram das ações e tomam as decisões conjuntamente, aumentando a

participação, a cooperação e a confiança entre elas. Este Projeto, tendo uma perspectiva mais ampla, que se aproxima da abordagem territorial, promoveu a formação de capital social.

O Projeto proporcionou maior envolvimento das famílias em todos os processos. A intervenção técnica externa é mínima, atuando apenas como financiador e articulador inicial das ações. O grupo deste Projeto, após a obtenção dos recursos financeiros, organiza mutirões entre as famílias beneficiadas para a execução das ações.

Há também maior cooperação, inclusive na comercialização, que ocorre aos sábados na cidade de Cananéia/SP em uma feira agroecológica. Não são todos os produtores que participam neste momento, porém, os demais levam os produtos de todos para serem comercializados. Percebe-se maior envolvimento destas famílias em todas as etapas dos projetos, desde sua formulação - em que todos participam das decisões, na implantação e comercialização. Assim, fica evidente que a participação neste caso, proporcionou a cooperação entre famílias e a formação de capital social.

Quando a ancoragem territorial é a base de construção de Políticas Públicas, estas se tornam ricas em capital social e assim obtém-se melhores resultados com as ações implementadas. Um território rico em capital social pode abrigar recursos humanos e naturais para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

As Políticas Públicas recentes estão propiciando a emergência de novos atores sociais, induzindo a reelaboração de conceitos, como o de identidade sociocultural, que inclui a noção e o lugar do trabalho e as relações de trabalho com o meio ambiente. Porém, muitas vezes as Políticas Públicas reintroduzem a questão da centralidade do trabalho, na sua perspectiva de competitividade e, para ser eficiente a renúncia aos saberes locais e apropriação de outros, levando à perda do controle do processo em sua totalidade, criando dependência aos técnicos externos à comunidade (GEHLEN, 2004).

No caso dos produtores agroecológicos, juntamente com a lógica econômica, competição e inserção no mercado, trabalha-se ainda com os modos de produção tradicional, como as roças de coivara, com finalidade de abastecimento da família, que está relacionado ao seu sistema cultural, em que estas práticas sempre foram responsáveis pela reprodução da família.

Para Nicola e Diesel (2006) o trabalho dos agentes externos tem que estar intimamente relacionado com a formação de capital social, para assim, proporcionar o desenvolvimento das comunidades, o que pode ser observado nesse Projeto.

Nessa perspectiva, observa-se que a participação e envolvimento das famílias proporcionaram maior cooperação e autonomia, com formação de um importante capital social para as relações endógenas e exógenas à comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos projetos de criação da Resex e manejo de *Crassostrea brasiliana* em Mandira, houve valorização da atividade, com agregação de valor e maior rendimento econômico, com escoamento da produção e visibilidade para a comunidade. Importante destacar o papel da COOPEROSTRA como um facilitador nesse processo. Porém, os problemas internos à organização da Cooperativa estão proporcionando o desligamento de extrativistas e a busca de alternativas econômicas com trabalhos assalariados e a COOPEROSTRA ainda apresenta problemas financeiros, o que desestimulou a permanência de alguns cooperados, que preferem vender para atravessadores.

Além disso, com o aumento no número de extrativistas de ostra e a especialização nessa atividade, tem ocorrido a redução em seu estoque, segundo a percepção dos moradores, levando ao uso de áreas fora da Resex.

A partir da perspectiva econômica do território, os dois projetos implantados contribuíram para a melhoria da renda, sendo o montante obtido semelhante entre ambos. Porém, a venda direta ao consumidor, no caso dos sistemas agroflorestais, tem contribuído com a maior oferta de produtos e diversificação das atividades econômicas.

Há maior dependência do mercado externo para as famílias que se dedicam ao manejo da ostra e caranguejo, diferentemente daquelas que se dedicam aos sistemas agroflorestais, com maior autonomia para produção e comercialização e diversidade de produtos, contribuindo para o manejo e oferta de alimentos.

Na perspectiva ambiental, a especialização da atividade de manejo de ostra, associada a maior quantidade de extrativistas desse recurso, pode estar relacionada à redução dos estoques naturais. Os sistemas agroflorestais apresentam diversidade de espécies, contribuindo para o manejo e uso dos recursos locais como insumos, integrando a criação animal e vegetal, o que em princípio leva a maior sustentabilidade.

Assim, no presente estudo, o projeto de sistemas agroflorestais proporcionou a autonomia, a cooperação entre as famílias, com realização de mutirões, contribuindo para a formação de capital social e confiança entre as mesmas; o sistema agroalimentar mais saudável, maior diversificação da dieta e práticas sustentáveis de produção. Estes elementos estão vinculados à identidade

quilombola. Em oposição, as famílias que se dedicam ao manejo de recursos marinhos, apresentam maior dependência de alimentos externos, adquiridos em supermercados, e maior consumo de itens industrializados. Também, entre essas, há menor cooperação e apenas em alguns casos, o trabalho é realizado entre as famílias nucleares, não sendo observado/relatado, a realização de mutirões.

Na perspectiva política, o projeto de sistemas agroflorestais promoveu autonomia das famílias, com intervenção técnica externa mínima e participação nas tomadas de decisão e conselhos. Entre as demais famílias, há menor participação e envolvimento, com poucos membros tomando decisões e assumindo cargos.

O projeto de sistemas agroflorestais insere-se no “território construído”, de acordo com a perspectiva de Pecqueur (2000), com cooperação e formação de capital social, enquanto que o projeto relacionado à Resex insere-se no “território dado”, formado por decisões administrativas e técnicos externos à comunidade e estabelecido por questões financeiras (com redução da área inicialmente proposta, para evitar desapropriação). As formas de manejo foram estabelecidas por técnicos, o que não promoveu seu total cumprimento.

Desse modo, no presente estudo de caso, o Projeto de sistemas agroflorestais pareceu promover um processo com maior chance de sustentabilidade, o que vem confirmar a hipótese inicial apresentada. Também há a referir o custo de implantação do projeto de ostras, comparativamente ao de Sistemas agroflorestais, o que leva a ponderar que com menor valor de investimento torna-se possível alcançar resultados positivos.

A regularização fundiária do território Mandira apresenta-se também como uma perspectiva importante, pois poderá permitir o desenvolvimento de novas alternativas econômicas, vinculadas à abordagem territorial.

Considerando que esta pesquisa foi realizada tomando como análise os projetos desenvolvidos apenas na comunidade quilombola de Mandira, há que reconhecer a especificidade dos dados apresentados, o que leva a considerar a necessidade do estudo de outros casos, buscando-se verificar a inserção da abordagem territorial. Por outro lado, os dados coletados não permitiram o aprofundamento da análise dos atores envolvidos e o modo de implementação e gestão dos Projetos, o que poderia contribuir para melhor explicitar as diferenças de resultados nos casos analisados.

Esses resultados podem confirmar a hipótese de que essa perspectiva se constitui um importante instrumento de avaliação de Projetos e também pode contribuir na implementação de ações de Políticas Públicas agroecológicas.

REFERÊNCIAS

ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro, 1994. 8p.

ACOSTA, R.N. **Territorio, identidades y medio ambiente**: los nuevos contextos del desarrollo rural. Extremadura: Red de Desarrollo rural de Extremadura, 2007. 8p.

ALMEIDA, A.W.B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: E. C. O'DWYER (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002. cap. 1, p. 43-83.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. 325p.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 455p.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Porto Alegre: Guaíba, 2002. 592p.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 120p.

ARAÚJO, M.S.G.; LIMA FILHO, D.L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 113-131, out 2012.

ARAÚJO, M.S.L.C.; CALADO, T.C.S. Bioecologia do caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus) no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú/Manguaba (CELMM), Alagoas, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 169-181, dez 2008.

ARRUTI, J.M.A. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2006. p. 75-110.

ARRUTI, J.M.A. Políticas públicas para quilombos: um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. **Tempo de Presença**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 6-10, 2008.

ASSUNÇÃO, L. Quilombos: comunidades remanescentes – RN. **Revista Galante**, Natal, v. 3, n.17, 2006. Disponível em: <
http://www.cchla.ufrn.br/ppgas/arquivos/artigos/Comunidades_remanescentes_de_quilombos_no_RN.pdf. Acesso em: 10 mar. 2011.

AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, Paris, v. 5, p. 53-97, 2009.

BARROS, G.S.C. Política agrícola no Brasil. In: MARQUES, P. E. M (Org.). **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade**: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais. Piracicaba: Série Pesquisa, 2010, cap. 5, p. 55-70.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.

_____. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Diário Oficial**, Brasília, 11 jan. 2010.

_____. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial**, Brasília, 20 nov. 2003.

_____. Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial**, Brasília, 07 fev. 2007.

_____. Decreto n. 4739 de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, **Diário Oficial**, 13 jun. 2003.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial. Programa Brasil quilombola: comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas. Brasília: PR/SEPPIR, 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Artigo 68. Acesso em: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=141>. Acesso em: 25 jul. 2010.

_____. Decreto n. 4.883/03, de 20 de novembro de 2003. Transfere a competência que menciona na referida Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 20 de novembro de 2003.

_____. Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Conversão da Medida Provisória n. 535, de 2011 e Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. **Diário Oficial**, Brasília, 14 de outubro de 2011.

_____. Portaria da Fundação Cultural Palmares n. 98, de 26 de novembro de 2007. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto n. 4.887/03. **Diário Oficial**, Brasília, 26 nov. 2007.

_____. Portaria n. 52, de 30 de setembro de 2003. Proíbe a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização dos indivíduos da espécie *Ucides cordatus*, popularmente conhecido como caranguejo-uçá, bem como as partes isoladas (quelas, pinças, garras ou desfiado), durante o período que especifica. **Diário Oficial**, Brasília, 02 out. 2003.

_____, Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial**, Brasília, 25 jul. 2006.

_____. Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial**, Brasília, 20 de agosto de 2012.

_____. SNUC. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 18 de julho de 2000.

BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.C.; POMEROY, R. S. **Managing Small-Scale Fisheries: Alternative Directions and Methods**. Ottawa: International Development Research Centre, 2001. 250p.

BIASE, L. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. **Artigos...** Florianópolis, 2007.p 1-27.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L’espace géographique**, Paris, n. 4, p. 249-262, 1981.

BRANDÃO, C. R. **Olhares Cruzados**. São Paulo: Biruta, 1991. 167p.

BUTTEL, F.H. Environmentalization and greening: origins, processes and implications. In: HARPER, S. (Org.). **The greening of rural policy international perspectives**. London: Belhaven Press, 1993. p. 12-26.

CAMBUY, A.O.S. Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico. 2006. 67p. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em Nutrição) - Departamento de Nutrição, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CAMPOLIM, M.B.; MACHADO, I.C. Proposta de ordenamento da exploração comercial da ostra do mangue *Crassostrea brasiliiana* na região estuarino-lagunar de Cananéia-SP. In: SEMINÁRIO CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 1., 1997, São Paulo. **Artigos...** Instituto de Estudos Avançados da USP: São Paulo, 1997. p. 275-287.

CAMPOLIM, M.B.; MACHADO, I.C.; PEREIRA, O.M.; BASTOS, A.A. Ostra: manejo de bancos naturais, depuração e comercialização. Ilha Comprida: Projeto de Execução Descentralizada. 1998. 13p.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, Murcia, v. 6, p. 63-74, 2012.

CARDOSO, T.A. **A construção da gestão compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia, SP.** 2008. 130p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CARDOSO, T.A.; NORDI, N. **Gestão compartilhada na Resex do Mandira, na busca da atuação participativa.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. 2008. 56p.

CARRIL, L.F.B. **Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência.** 1995. 244p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CGPAN. Relatório de gestão. Brasília, 2005. 51p. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/relatorio_2005_cgpan.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1, p. 1-8, fev. 2007.

CHAMBERS, R.; GHILDYAL, B.P. La investigación agrícola para agricultores con pocos recursos: el modelo del agricultor, primero y último. **Agroecología y Desarrollo**, Santiago, n. 2/3, p. 9-24, jun. 1992.

CONWAY, G.R.; BARBIER, E.D. Después de la revolución verde: agricultura sustentable para el desarrollo. **Agroecología y Desarrollo**, Santiago, n. 4, p. 55-57, 1990.

CRUZ, B.N. Soportes teóricos y etnográficos sobre conceptos de território. **Revista Co-herencia**, Medellín, v. 8, n. 14 Enero - Junio 2011. p. 209-229.

CRUZ, B.N. **De lo bravo a lo manso: Territorio y Sociedad en los Andes (Macizo Colombiano).** Quito: Abya-Yala, 2000. 180p.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 277-299.

DAROLT, M.R.; CONSTANTY, H. Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In: FÓRUM INTERNACIONAL DO COMPLEXO

AGROINDUSTRIAL ORGÂNICO E BIOTECNOLOGIAS, 2008, Curitiba. **Resumos...** Curitiba, 2008. p. 44-45.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001. 161p.

DÓRIA, S.Z. O Quilombo do Rio das Rãs. In: O'DWYER, E.C. (Org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: Edição ABA- Associação Brasileira de Antropologia, 1995. cap. 1, p. 3-34.

DURSTON, J. Que és el capital social comunitário? Santiago del Chile, CEPAL, 2000, 44 p.

FARJADO, S. A questão locacional e a Nova Geografia. **Ambiência**, Guarapuava, v.6, n. 1, p. 161-168, jan. 2010.

FEIJÓ, L.F. **Relatório sobre mercado da ostra de Cananéia**. São Paulo: Fundação Florestal. 1999. 57p.

FERREIRA, S.R.B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEOgrafia**, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

FIGUEIREDO, M.C.; BOAZ, C.M.S.; BONACINA, C.M.; FABRICIO, F.K.; SILVA, K.V.C.L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 130-135, maio/ago. 2011.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**: uma visão do estado da arte. Santiago: RIMISP, 2006. 47p.

GALVÃO, M.S.N.; PEREIRA, O.M.; MACHADO, I.C.; PIMENTEL, C.M.M.; HENRIQUES, M.B. Desempenho da criação da ostra de mangue *Crassostrea* sp. a partir da fase juvenil, em sistema suspenso, no estuário de Cananéia e no mar de Ubatuba (SP, Brasil). **Boletim Instituto Pesca**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 401 - 411, 2009.

GARCIA, J.L. **Antropología del territorio**. Madrid: Taller de ediciones Josefina Betancor, 1976. 350p.

GARCIA, T.R. **Impactos da implantação de uma cooperativa de produção de ostra junto a comunidades extrativistas caiçaras do Litoral Sul/SP: um estudo de caso.** 2005. 104p. Dissertação (Mestrado Qualidade e Produtividade Animal) - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2005.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades. In: BARBERO, J.M.; ROCHE, F.L.; ROBLEDO, A. (Org.). **Cultura y región**. Bogotá: CES, 2000. p. 87-132.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ijuí, 2001. 222p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 653p.

GLIESSMAN, S.R. (Org.) **Agroecosystem sustainability: developing practical strategies.** Florida: CRC Press, 2000. 224p.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

GONÇALVES, M.A. Analogia e escrita etnográfica. In: _____. **Traduzir o outro: etnografia e semelhança.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. cap. 1, p. 17-51.

GUZMÁN CASADO, G.G.; SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M.G. **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 223p.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1987. 224p.

HENRIQUES, M.B.; PEREIRA, O.M.; CASARINI, L.M.; MACHADO, I.C. Avaliação do estoque e proposta de extração sustentada da ostra *Crassostrea brasiliiana*

(Lamarck, 1819) na Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia-SP (25° S; 48° W). **Arquivos de Ciências do Mar**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 1-7, 2010.

HENRIQUES, M.B.; MACHADO, I.C.; FAGUNDES, L. Análise econômica comparativa dos sistemas de cultivo integral e de “engorda” da ostra do mangue *Crassostrea* spp. no estuário de Cananéia, São Paulo, Brasil. **Boletim do Instituto da Pesca**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 307-316, 2010.

HOLANDA, L.B.; BARROS FILHO, A.Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. *Revista Paul Pediatría*, n. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

ICMBio. **Plano de Manejo Participativo**: Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/São Paulo. São Paulo, 2010. 192p.

INCRA. Instrução Normativa n. 49, de 15 de setembro de 2008. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial**, Brasília, 16 set. 2008.

ITESP. **Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Ivaporunduva**. São Paulo, 1998. 64p.

ITESP. **Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Mandira/Cananéia-SP**. São Paulo, 2002. 50p.

JANKOWSKY, M. **Perspectiva a um manejo sustentável subsidiado pela ecologia humana: o caso da captura do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, no Município de Cananéia, SP, Brasil**. 2007. 92p. Dissertação (Mestrado Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

KIM, S.; MOON, S.; POPKIN, B. M. The nutrition transition in South Korea. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 71, n. 1, p. 44-53, 2000.

LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. In: REVUE D'ECONOMIE RÉGIONALE ET URBAINE, 5., 1985, Bordeaux. **Resumos...** ASRDLF: Bordeaux, 1985. p. 837-847.

LEITE, I.B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, I.B. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização. **Horizontes antropológicos**: diversidade cultural e cidadania, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.123-150, maio 1999.

LOPES, H.T.; SIQUEIRA, J.J.; NASCIMENTO, B. **Negro e Cultura Negra no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987. 136p.

LOURENÇO, A. E.; SANTOS, R. V.; ORELLANA, J. D.; COIMBRA JR., C. E. Nutrition transition in Amazonia: Obesity and socioeconomic change in the Surui Indians from Brazil. **American Journal of Human Biology**, v. 20, n. 5, p. 564-571, 2008.

MACENA, H.L.S.; ÂNGELO, M.D.L.; NASCIMENTO, J.W.C. Território, cultura e identidade: compreendendo a questão “quilombola”. In: JORNADA DO TRABALHO – CENTRO DE ESTUDOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO, 11., 2010, João Pessoa. **Resumos...** João Pessoa, 2010, 14 p. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzWEs0TjhZLWtENnc/edit>. Acesso em: 25 set. 2012.

MACHADO, I.C. **Um retrato do extrativismo: a sustentabilidade na exploração comercial da ostra de mangue em Cananéia / SP**. 2009. 140p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MACHADO, I.C.; FAGUNDES, L.; HENRIQUES, M.B. Perfil socioeconômico e produtivo dos extrativistas da ostra de mangue *Crassostrea* spp. em Cananéia, São Paulo, Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 40, n. 7, p. 67-79, jul. 2010.

MACHADO, I.C.; KOGA, S.M.; WOIOECHOVSKY, E.; GELLI, D.S. Estudo da ocorrência de contaminação orgânica no estuário de Cananéia-SP, Brasil, como subsídio para a extração, manejo e cultivo da ostra de mangue *Crassostrea brasiliiana*. 1. Avaliação da qualidade da água. **Higiene alimentar**, São Paulo, v. 14, n. 72, p. 66-75, 2000.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, 2001.

MALCHER, M.A.F. Identidade quilombola e território. In: COMUNICAÇÃO DO FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, 3, 2009. Belém. **Artigos...** Belém, 2009. p. 399-421.

MALDONADO, Wanda T. P. V. Ordenamento da exploração de ostra do mangue no estuário de Cananéia. Relatório interno da Fundação Florestal, 1999.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. França: Ed. Educagri, 2008. 216p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/condraf/noticias/item?item_id=9398867. Acesso em: 30 abril 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Subprograma Projetos Demonstrativos PDA. Componente: Ações de Conservação da Mata Atlântica, Brasília, 2006. 55p.

MOLLER H.F.; BERKERS, F.; LYVER, P.O.; KISLALIOGLU, M. Combining science and traditional ecological Knowledge: monitoring populations for co-management. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 9, n. 3, p. 2, 2004.

MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: Editora Senac. 2008. 207 p.

MONTELES, J.S.; CASTRO, T.C.S.; VIANA, D.C.P.; CONCEIÇÃO, F.S.; RANÇA, V.L.; FUNO, I.C.S.A. Percepção socioambiental das marisqueiras no município da Raposa - MA. **Revista Brasileira de Engenharia da Pesca**, São Luís, v 4, n. 2, p. 34-45, 2009.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L.; POPKIN, B. M. The burden of disease from undernutrition and overnutrition in countries undergoing rapid nutrition transition: A view from Brazil. **American Journal of Public Health**, v. 94, n. 3, p. 433-434, 2004.

MORUZZI MARQUES, P.E.M (Org.). **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade**: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais. Piracicaba: Série Pesquisa, n. 60, Departamento de Economia, Administração e Sociologia. 2010. 187p.

MORUZZI MARQUES, P.E.M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACEDO, T. **Brasil/África**: como se o mar fosse mentira. São Paulo: Ed. UNESP; 2006. cap. 18, p. 327-360.

MUNARI, L.C. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local**. 2009. 218p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURRIETA, R.S.S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 39-88, 2001.

NICOLA, M.P.; DIESEL, V. A formação de capital social e o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 1, p. 41-44, 2006.

NORDI, N. **Os catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Várzea Nova (PB)**: uma abordagem ecológica e social. 1992. 107p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

O Observador Econômico e Financeiro. v. 20 n. 230, p.10-25. Abril. 1955.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PAREDES, S.V. Evaluando la participación social: democracia y políticas públicas. **Revista Mexicana de Sociología**, México, D.F., v. 73, n. 1, p. 105-137, 2011.

PECQUEUR, B. **Le développement local**: mode ou modèle. 2eme ed. Paris: Syros-alternatives Découverte, 2000. 120p.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1/2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. **Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques**. Paris: L' Harmattan, 1996. 246p.

PEDROSO-JUNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bolotim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PENEIREIRO, F.M. **Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso**. 1999. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

PEREIRA, O.M.; MACHADO, I.C.; HENRIQUES, M.B.; GALVÃO, M.S.N.; BASTOS, A.A. Avaliação do estoque da ostra *Crassostrea brasiliiana* (Lamarck, 1819) no manguezal da região estuarino-lagunar de Cananéia (25°S; 48°W). **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 49-62, 2000.

PEREIRA, A.L.C. **Estrutura populacional do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Brachyura, Ocypodidae) e sustentabilidade do extrativismo na reserva extrativista do Mandira, Cananéia, São Paulo, Brasil**. 2010. 79p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

PIPERATA, B. A. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and the nutrition transition. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2007.

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2007.

POULAIN, J.P. **Sociologia da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC, 2004. 311p.

POLLAN, M. **Em Defesa da Comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 272 p.

PROTER – Programa da Terra Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural. Relatório do Projeto PDA, 2011. Disponível em: <http://www.proter.org.br/pda_081_ma.html>. Acesso em: 10 ago. 2011.

RIOS, F.T. Diversidad y sentido patrimonial: contribuciones desde la antropología del territorio al estudio de comunidades tradicionales. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.5, n. 2, p. 153-167, 2011.

RIOS, F.T. Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales. *Revista Horizontes Antropológicos*, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 105-115, 2006.

SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C. **Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia – domínio Mata Atlântica**. São Paulo: Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 22, 1996. 48p.

SANTOS, K.M.P.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 227p.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200p.

SCARPIN, E. **São Paulo “Bagre” – o imaginário religioso num bairro rural de Cananéia**. 1991. 192p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 1-10, 2002.

SEVILLA GUZMAN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.35-45, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E. **La perspectiva sociológica en agroecología: una sistematización de sus métodos y técnicas**. Córdoba: ISEC, 2001. 134p.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino America. Disponível em: <<http://geografiaposgrado.files.wordpress.com/2009/04/agroecologia-y-desarrollo-rural1.pdf>>. Acesso em: 28 ago.2013.

SEVILLA GUZMÁN, E.;WOODGATE, G. La agroecología como estratégia metodológica de transformación social. 2009. Disponível em: <<http://agroeco.org/brasil/material/EduardoSevillaGuzman.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.N. Ecosociología: algunos elementos teóricos para el análisis de la coevolución social y ecológica en la agricultura. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Andalucía, n. 52, p. 7-45, 1990.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER, M. Del desarrollo rural a la agroecologia: hacia un cambio de paradigma. **Documentación Social**, Sevilla, n. 155, p. 23-39, 2009.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re”construcción de la soberanía alimentaria. **Revista Agroecologia**, Porto Alegre, v. 1, p. 7-18, 2006.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, Andalucía, v. 26, p. 190-217, 2010.

SILVA, P.S. **Políticas públicas e mediação social na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas, RS**. 2007. 105p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, R.F. **Dos Rios aos Manguezais, Caranguejos, Peixes e Guarás: Ccomunicação para o Desenvolvimento Local na comunidade Agropesqueira de Tamateua – Reserva Extrativista Marinha Caeté – Taperaçu, Bragança, Pará**. 2007. 150p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. P. E. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

SOJA, E.W. **Postmodern Geographies**. London: Verso, 1989. 228p.

SOLER, M.; CALLE, A.C. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. **PH Cuadernos**, Andalucía, v. 26, p26-38, 2010.

SOLER, M.M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. 2009. 142p. Dissertação (Mestrado em Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura Ecológica) - Universidad Internacional de Andalucía, Universidad de Córdoba, 2009.

SOLER, M.M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. 38p.

SOUZA, A.S.; SOARES, L.F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. In: CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 11. 2011. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2011. p. 55-70.

SPÍNOLA, A.W.P. Metodologia de trabalho científico em ciências ambientais. São Paulo: Monole, 2005, 78 p.

SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, p. 121-147, 2004.

TARDIDO, A. P.; FALCÃO, M. C. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Rev Bras Nutr Clin.**, v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

TAVARES, E.D. A urgência de políticas públicas com base na agroecologia. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/artigos/ppagroeco.htm>. Acesso: 11 mar. 2011.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2000. 260p.

VERDUM, R. **Terras e territórios quilombolas no PPA 2012-2015**. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/terras-e-territorios-quilombolas-no-ppa-2012-2015>. Acesso em: 05 jul. 2012.

VIEIRA, D.L.M.; HOLL, K.D.; PENEIREIRO, F.M. Agro-Successional Restoration as a Strategy to Facilitate Tropical Forest Recovery. **Restoration Ecology**, Washington, v. 17, n. 4, p. 451–459, 2009.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61p.

ANEXO



Identificação da Resex



Sede da Associação.



Viveiros de engorda de ostra



Viveiros de engorda de ostra



Viveiros de engorda de ostras



Estrutura de depuração da COOPEROSTRA



Ostras após depuração



Ostras fixadas às raízes do mangue



Retiradas de ostras do mangue



Mudas de palmito pupunha para plantio



Plantio de pupunha nas agroflorestas



Agrofloresta com presença de palmito jussara



Quintal com palmito jussara



Roça de coivara com plantio de mandioca



Roça de coivara com arroz